

RELATÓRIO DE GESTÃO 2018



COFECON
CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA



COFECON

CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

MISSÃO

Contribuir para o desenvolvimento socioeconômico do país e assegurar o exercício legal e ético da profissão do economista.

VISÃO

Ser referência como entidade profissional que contribui de forma decisiva para o desenvolvimento econômico com justiça social.



Relatório de Gestão Referente ao Exercício de 2018

Conselho Federal de Economia - Cofecon

Presidente Econ. Wellington Leonardo da Silva
Vice-Presidente Econ. Bianca Lopes de Andrade Rodrigues

Relatório de Gestão do exercício de 2018, apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada a apresentar, nos termos do art. 70 da Constituição Federal; elaborado de acordo com as disposições:
IN TCU 63/2010, DN-TCU 170/2018 e Portaria TCU 369/2018

Coordenadora do Relatório: Aline Tales Ferreira - Superintendente em exercício
Colaboradores: José Luiz Pereira Barboza - Técnico em Contabilidade, Manoel José Castanho - Jornalista e Jane Lopes da Silva - Assessora da Presidência

Maio/2019

Brasília-DF

LISTA DE SIGLAS E ABREVIações

CLC - Comissão de Licitação do Cofecon
COFECON - Conselho Federal de Economia
CORECON - Conselho Regional de Economia
CTC - Comissão de Tomada de Contas
ECV - Economistas em condição de voto
GT - Grupo de Trabalho
PBE - Prêmio Brasil de Economia
SINCE – Simpósio Nacional dos Conselhos de Economia
CONCLA – Comissão Nacional de Classificação

LISTA DE TABELAS, QUADROS, GRÁFICOS E FIGURAS

QUADROS:

- Quadro 1 - Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas (página 11)
- Quadro 2 - Processos analisados pela Comissão de Tomada de Contas (página 28)
- Quadro 3 – Demonstrativo da Gestão de Riscos (página 28)
- Quadro 4 – Repercussão das Notas Oficiais (página 40)
- Quadro 5 – Demandas dos Corecons nas Sessões Ampliadas (página 51)
- Quadro 6 – Evolução das Receitas e Despesas do Conselho Federal de Economia: 2014 a 2018 (página 58)
- Quadro 7 – Detalhamento de despesas com pessoal, diárias e passagens: 2012 a 2018 (página 59)
- Quadro 8 – Detalhamento do percentual de despesas por grupo (página 62)

GRÁFICO:

- Gráfico 1 - Economistas em Condições de Voto (página 56)

FIGURAS:

- Figura 1 – Estrutura Organizacional (página 11)
- Figura 2 – Mapa Estratégico (página: 23)
- Figura 3 – Capas das Revistas Economistas (página: 25)

SUMÁRIO

1. SEÇÃO 1 – MENSAGEM DA PRESIDÊNCIA	08
2. SEÇÃO 2 - VISÃO GERAL E ORGANIZACIONAL DO AMBIENTE EXTERNO	09
2.1. Identificação da unidade prestadora de contas	09
2.2. Finalidade e competências	09
2.3. Normas e regulamento de criação, alteração e funcionamento da unidade	09
2.4. Breve histórico da entidade	10
2.5. Estrutura Organizacional	20
2.6. Ambiente Externo	20
2.7. Modelo de negócios	20
3. SEÇÃO 3 – PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E GOVERNANÇA	22
3.1. Principais objetivos estratégicos	22
3.2. Mapa estratégico	23
3.3. Principais canais de comunicação com a sociedade e as partes interessadas	24
4. SEÇÃO 4 – GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS	27
4.1. Principais riscos	27
4.2. Gestão de riscos de controles internos	27
4.3. Detalhamento individualizado dos principais riscos e da resposta a cada um deles	28
5. SEÇÃO 5 – RESULTADOS DA GESTÃO	30
5.1. Resultados alcançados frente a cada um dos objetivos estratégicos	30
5.2. Principais projetos / iniciativas	46
5.3. Indicadores de desempenho	46
6. SEÇÃO 6 – ALOCAÇÃO DE RECURSOS E ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO	57
6.1. Declaração dos titulares da Secretaria – Executiva responsável pelo planejamento, pelo orçamento e pela administração	57
6.2. Gestão Orçamentária e Financeira	58
6.3. Gestão de Pessoas	59
6.4. Gestão de Licitações e Contratos	60
6.5. Gestão Patrimonial e Infraestrutura	60
6.6. Gestão da Tecnologia da Informação	62
6.7. Gestão de Custos	62
6.8. Sustentabilidade Ambiental	62
7. SEÇÃO 7 – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	63
7.1. Declaração do Contador	63
7.2. Balanço Orçamentário	64
7.3. Balanço Patrimonial	65
7.4. Balanço Financeiro	67

7.5.	Comparativo da Receita Orçada com Arrecadada 2018	68
7.6.	Comparativo da Receita Orçada com Arrecadada 2017	69
7.7.	Comparativo de Despesa Orçada com Arrecadada 2018	70
7.8.	Comparativo de Despesa Orçada com Arrecadada 2017	72
7.9.	Demonstrativo das Variações Patrimoniais	74
8.	SEÇÃO 8 – ANEXOS E APÊNDICES	75
8.1.	Declaração de integridade, pelos responsáveis pela governança, do relato integrado.	75

SEÇÃO 1. MENSAGEM DA PRESIDÊNCIA

Prezadas e Prezados,

Temos a honra de encaminhar o Relatório da Gestão 2018 do Conselho Federal de Economia. Ele reúne informações, não sobre todas, mas acerca das mais importantes ações executadas durante o ano ou, em alguns casos, ainda em fase de execução, e constitui prestação de contas aos Economistas e à sociedade acerca da utilização que foi feita, no ano, de parcela do dinheiro pago pelas pessoas físicas e jurídicas registradas nos Conselhos Regionais de Economia em função de exercerem atividades que são prerrogativas dos profissionais economistas, por força de lei.

No que diz respeito à defesa das prerrogativas profissionais dos Economistas tentamos, na companhia dos Presidentes dos Corecons do Pará-Amapá e do Amazonas, instar, por via negocial, a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia e o Banco da Amazônia a respeitarem nossa profissão no que diz respeito à responsabilidade pela assinatura dos projetos técnico-econômicos e avaliações de viabilidade econômico-financeira, referentes aos projetos submetidos àquelas Instituições. No caso do BASA, em função da fase negocial não ter surtido efeito, impetramos a competente ação judicial.

Como uma das iniciativas voltadas à interlocução direta com a sociedade, a fim de difundir propostas alternativas de Política Econômica, coordenamos as reuniões do Fórum Nacional pela Redução da Desigualdade Social no Brasil. Como produtos concretos apontamos a proposta de reforma tributária objeto do livro “A Reforma Tributária Necessária: Diagnósticos e Premissas” organizado pela Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (ANFIP) e Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital (Fenafisco), entidades participantes do Fórum, contemplando o primeiro eixo da Campanha, e a realização do Seminário Reestruturação da Seguridade Social e da Educação, referente ao segundo eixo.

Outra forma de interagir com a sociedade foi a publicação de uma dezena de notas oficiais, que se encontram no final do relatório. Além disto, foram concedidas centenas de entrevistas a emissoras de TV; rádio, jornais, revistas e publicações de várias instituições. Todas com o objetivo de levar ao conhecimento da sociedade propostas alternativas de Política Econômica.

Bem, como resumo, isto basta.
Boa leitura!



Wellington Leonardo da Silva PRESIDENTE
Bianca Lopes de Andrade Rodrigues VICE-PRESIDENTE

SEÇÃO 2. VISÃO GERAL E ORGANIZACIONAL DO AMBIENTE EXTERNO

2.1. Identificação da unidade prestadora de contas

Denominação Completa: Conselho Federal de Economia

Denominação Abreviada: COFECON

Natureza Jurídica: Autarquia Federal CNPJ: 33.758.253/0001-25

Principal Atividade: Fiscalização Profissional Código CNAE: 9412-0/01

Telefones/Fax Contato: (61) 3208-1800 (61) 3208-1814

Endereço Eletrônico: cofecon@cofecon.org.br

Página na Internet: www.cofecon.gov.br

Endereço Postal: Setor Comercial Sul, Quadra 02, Bloco B, Edifício Palácio do Comércio, Salas 1201 a 1211, Brasília-DF.

Missão: Contribuir para o desenvolvimento socioeconômico do país e assegurar o exercício legal e ético da profissão do economista.

Visão: Ser referência como entidade profissional que contribui de forma decisiva para o desenvolvimento econômico com justiça social.

2.2. Finalidade e competências

O Conselho Federal de Economia (COFECON), com sede na Capital Federal, e os Conselhos Regionais de Economia (CORECON), criados pelo art. 6º da Lei 1411/51 (com a redação dada pela Lei 6021/74), são autarquias dotadas de personalidade jurídica de direito público para o cumprimento das missões fixadas por aquela Lei (art. 1º § 1º da Lei 6.537/78).

Compete ao Conselho Federal de Economia (art. 7º da Lei 1411/51)

- a) contribuir para a formação de sadia mentalidade econômica através da disseminação da técnica econômica nos diversos setores de economia nacional;
- b) orientar e disciplinar o exercício da profissão de economista;
- c) tomar conhecimento de quaisquer dúvidas suscitadas nos Conselhos Regionais e dirimi-las;
- d) organizar o seu regimento interno;
- e) examinar e aprovar os regimentos internos dos C.R.E.P. e modificar o que se tornar necessário, a fim de manter a respectiva unidade de ação;
- f) julgar, em última instância, os recursos de penalidades impostas pelos C.R.E.P.
- g) promover estudos e campanhas em prol da racionalização econômica do país;
- h) fixar a jurisdição e o número de membros de cada Conselho Regional, considerando os respectivos recursos e a expressão numérica dos Economistas legalmente registrados em cada Região. (Redação dada pela Lei nº 6.537, de 1978)
- i) elaborar o programa das atividades relativas ao dispositivo das letras *a* e *g* para sua realização por todos os Conselhos;
- j) servir de órgão consultivo do Governo em matéria de economia profissional.

2.3. Normas e regulamento de criação, alteração e funcionamento da unidade

Lei nº 1.411, de 13 de agosto de 1951

Dispõe sobre a Profissão de Economista.

Decreto n.º 31.794, de 17 de novembro de 1952

Dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de economista, regida pela Lei nº 1.411, de 13.08.1951, e dá outras providências.

Lei n.º 6.021, de 03 de janeiro de 1974

Altera dispositivos da Lei n.º 1.411, de 13.08.1951, que dispõe sobre a profissão de economista; atualiza valores das anuidades, taxas e multas, subordinando as a percentuais do maior salário mínimo, e altera a denominação dos Conselhos Federal e Regionais.

Lei n.º 6.206, de 07 de maio de 1975

Dá valor de documento de identidade às carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional e dá outras providências.

Lei n.º 6.537, de 19 de junho de 1978

Altera dispositivos da Lei n.º 1.411, de 13.08.1951, que dispõe sobre a profissão de Economista.

Lei nº 6.839, de 30 de outubro de 1980

Dispõe sobre o registro de empresas nas entidades fiscalizadoras do exercício de profissões.

Lei n.º 12.514, de 28 de outubro de 2011

Dá nova redação ao art. 4º da Lei nº 6.932, de 7 de julho de 1981, que dispõe sobre as atividades do médico-residente e trata das contribuições devidas aos conselhos profissionais em geral.

2.4. Breve histórico da entidade

O Conselho Federal de Economia é uma autarquia de fiscalização profissional. Foi criado pela Lei nº 1.411/51, que regulamenta a profissão de Economista. Até o ano de 2001 teve seu funcionamento na cidade do Rio de Janeiro, tendo posteriormente sua sede transferida para Brasília.

Ao longo de 67 anos o COFECON tem desempenhado suas principais atribuições legais, como contribuir para a formação de sadia mentalidade econômica no país e servir como órgão consultivo do governo em matéria profissional. Tem também representação em todo o país, por meio dos Conselhos Regionais de Economia (CORECONS) para atuar na fiscalização profissional, garantindo à sociedade que esta importante atividade será exercida apenas por pessoas devidamente habilitadas para tal.

Seu Plenário é composto por um grupo de 18 conselheiros efetivos e 18 suplentes, com representantes das cinco regiões do país.

2.5. Estrutura Organizacional

O Conselho Federal de Economia é constituído:

I – de um Plenário, seu Órgão Deliberativo, integrado por 18 (dezoito) Conselheiros Efetivos e mesmo número de Suplentes, eleitos na forma estabelecida pela legislação pertinente, renovando-se 1/3 (um terço) anualmente.

II – da Presidência, seu Órgão Executivo, a que se subordinam os serviços técnicos e administrativos criados pelo Conselho em razão de suas finalidades legais.

III – das Comissões, constituídas para a execução de determinadas tarefas ou para atingir fins que não justifiquem a criação de serviço permanente.

Figura 1 - Estrutura Organizacional



A estrutura organizacional do COFECON contempla o processo de divisão do trabalho e alocação de responsabilidades e está assim definida:

- Plenário: órgão superior de decisão colegiada;
- Comissões e Grupos de trabalho: órgãos deliberativos em matérias específicas;
- Presidente e Vice-Presidente: órgão principal de decisão singular;
- Unidades organizacionais vinculadas direta e imediatamente ao Presidente: Procuradoria Jurídica, Superintendência, secretaria e Comunicação.

Quadro 1 - Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas

Áreas Subunidades Estratégicas	Titular	Cargo	Período de Atuação
Plenário	Conselheiros Efetivos Antonio Corrêa de Lacerda Antônio de Pádua Ubirajara e Silva Antonio Melki Júnior		

	<p>Bianca Lopes de Andrade Rodrigues Denise Kassama Franco do Amaral Eduardo Rodrigues da Silva Felipe Macedo de Holanda Fernando de Aquino Fonseca Neto Henri Wolf Bejzman Júlio Flávio Gameiro Miragaya Maria Auxiliadora Sobral Feitosa Nei Jorge Correia Cardim Nelson Pamplona da Rosa Paulo Brasil Corrêa de Mello Pedro Andrade de Oliveira Sérgio Guimarães Hardy Waldir Pereira Gomes Wellington Leonardo da Silva Conselheiros Suplentes Arthur Nemrod Menezes Guimarães Clovis Benoni Meurer Evaldo Silva Henrique Jorge Medeiros Marinho João Bosco Ferraz de Oliveira Luiz Antonio Rubin Marcelo Pereira Fernandes Maria do Socorro Erculano de Lima Maurílio Procópio Gomes Paulo Roberto Polli Lobo Paulo Salvatore Ponzini Ricardo Valério Costa Menezes Róridan Penido Duarte Sávio de Jesus Tourinho da Cunha Sebastião Demuner Wilson Roberto Villas Boas Antunes</p>	Conselheiros Federais	01/01/2018 a 31/12/2018
Comissões	* Vide Abaixo	Conselheiros Federais	01/01/2018 a 31/12/2018
Grupos de Trabalho	* Vide Abaixo	Conselheiros Federais	01/01/2018 a 31/12/2018
Presidente Vice-Presidente	Wellington Leonardo da Silva Bianca Lopes Rodrigues	Presidente Vice-Presidente	01/01/2018 a 31/12/2018
Superintendente Interina	Ana Cláudia Ramos Pinto	Superintendente Interina	01/01/2018 a 31/07/2018
Superintendente Interina	Aline Tales Ferreira	Superintendente Interina	01/08/2018 a 31/12/2018
Procuradoria Jurídica	Fábio Ronan Miranda Aves	Procurador Chefe	01/01/2018 a 31/12/2018
	Paulo Roberto Samuel Alves Júnior	Assessor	
	Jhêssica de Moraes Ferreira	Estagiária	
	Amauri Godio Cardoso	Estagiário	
Assessoria Presidência	Jane Lopes Silva	Assessora	01/01/2018 a 31/12/2018
	Raphael Pacheco Filho	Assessor	

	Mayara Maria de Oliveira Sousa	Estagiária	
	Tháís Marques Lacerda	Estagiária	
Apoio Administrativo	Daniel Nunes de Oliveira,	Assistente Administrativo	01/01/2018 a 31/12/2018
	Danielle Costa Barbosa		
	Lilian de Souza Barbosa		
Assessoria Econômica	Maria Aparecida Carneiro	Economista	01/01/2018 a 31/12/2018
Contabilidade	Antônio Tolentino	Contador	01/01/2018 a 31/12/2018
	José Luiz Pereira Barbosa	Técnico Contábil	
Comunicação	Natália Lepsch Kenupp	Assessora	01/01/2018 a 31/12/2018
	Manoel José Castanho	Jornalista	
	Júlio César Poloni de Góes	Assessor	
Tecnologia da Informação	Alexandre Café Rodrigues	Assessor	01/01/2018 a 31/12/2018
	Danyel Willian Santos Teófilo	Técnico de Informática	
	Bianca Alves Nogueira	Estagiária	
Licitação e Pessoal	João Henrique Vieira Costa	Assistentes Administrativo	01/01/2018 a 31/12/2018
	Ana Claudia Ramos Pinto		
Serviços Administrativos	Edna Barroso Machado	Serviços Administrativos	01/01/2018 a 31/12/2018
	Bruna Lopes	Estagiária	
	Oliver Sousa Alves	Estagiário	
	Sindy Cavalcante Batista	Estagiária	

Competências

São atribuições do Plenário:

- I – estimular a disseminação da ciência econômica nos diversos segmentos da sociedade brasileira, buscando promover estudos que resultem nas práticas mais adequadas ao país;
- II – determinar a orientação, supervisão e disciplina da fiscalização do exercício profissional, com vistas a manter a uniformidade de atuação dos Conselhos Regionais;
- III – conhecer e dirimir as dúvidas suscitadas pelos Conselhos Regionais;
- IV – alterar o Regimento Interno;
- V – examinar e aprovar os regimentos internos dos Conselhos Regionais, modificando-os, caso necessário, para manter-se a respectiva unidade de orientação e ação;
- VI – julgar, em última instância, os recursos interpostos contra os atos dos Conselhos Regionais;
- VII – decidir sobre a criação, fusão e organização dos Conselhos Regionais, fixando-lhes a jurisdição e o número de seus membros, considerando a expressão quantitativa dos economistas e a dotação relativa dos recursos;
- VIII – decidir sobre o programa de trabalho;
- IX – oferecer subsídios à formulação e implementação da política econômica governamental e, em assuntos que interessem a economia nacional, à ação do Congresso Nacional, além de aprovar e emitir quaisquer pronunciamentos em nome da instituição em temas econômicos, sociais ou políticos, podendo delegar esta atribuição, mediante Resolução, ao Presidente, a Comissões próprias ou a Conselheiros;
- X – eleger, dentre os Conselheiros, o Presidente e o Vice-Presidente;
- XI – deliberar sobre proposta orçamentária, suas alterações e abertura de créditos adicionais segundo proposição da Presidência, considerando o programa anual de trabalho;
- XII – homologar orçamentos, reformulações, alterações e abertura de créditos adicionais, provenientes dos Conselhos Regionais;
- XIII – aprovar o Plano de Cargos e Salários (PCS) e suas alterações, bem como a tabela salarial dos empregados do quadro de pessoal do COFECON e os índices de atualização da mesma;

- XIV – autorizar a criação de cargos, funções, níveis de remuneração, e, bem assim, aprovar o regulamento de promoções e suas alterações, nos termos do Plano de Cargos e Salários (PCS) e em estrita observância ao que preceitua a legislação aplicável em vigor;
- XV – aprovar a criação de comissões ou grupos de trabalho;
- XVI – julgar o relatório anual de atividades e a prestação de contas do exercício anterior, observado o disposto neste Regimento em relação à Comissão de Tomada de Contas, ficando impedidos de votar esta matéria o Presidente, o Vice-Presidente e os Conselheiros que os tenham eventualmente substituído nos atos de gestão do exercício considerado;
- XVII – deliberar sobre as prestações de contas dos Conselhos Regionais, após o exame da Comissão de Tomada de Contas;
- XVIII – deliberar previamente sobre mutações patrimoniais, doações, legados, subvenções, convênios e toda forma de auxílio financeiro aos Regionais e a terceiros;
- XIX – autorizar operações referentes à compra, venda, doação em pagamento, aluguel e permuta de imóveis pelos Conselhos Regionais, observando as disposições legais;
- XX – deliberar sobre atos que contrariem a ética profissional, definidos em legislação própria, quando se tratar de competência do Conselho Federal;
- XXI – zelar pela observância dos dispositivos do Código de Ética Profissional do Economista;
- XXII – decidir sobre os meios hábeis que objetivem a valorização profissional do Economista, particularmente quanto à melhoria de sua capacidade técnica e à utilização de seu saber específico nos diferentes setores da economia nacional;
- XXIII – estimular a elaboração de trabalhos na área de economia aplicada especialmente sobre problemas do desenvolvimento econômico-social, podendo, para esse fim, estabelecer prêmios anuais.

São atribuições dos Conselheiros:

- I – participar das Sessões do Conselho e do Tribunal Superior de Ética; II – relatar os processos e desempenhar encargos para os quais forem designados; III – integrar comissões ou grupos de trabalho, quando designados; IV – representar o Conselho, quando designados; V – conhecer previamente a pauta da Sessão e a minuta da ata da Sessão a ser aprovada.

São atribuições do Presidente:

- I – cumprir e fazer cumprir a Lei, o Regulamento, este Regimento, as Resoluções, Deliberações e demais atos normativos do Conselho;
- II – administrar e representar legalmente o Conselho;
- III – dar posse aos Conselheiros e convocar os Suplentes;
- IV – distribuir aos Conselheiros, para relatar, os processos ou matérias que devam ser submetidos à deliberação do Plenário;
- V – propor ao Plenário atos deliberativos;
- VI – convocar e presidir as sessões do Conselho e as do Tribunal Superior de Ética;
- VII – propor ao Plenário a constituição de comissões ou grupos de trabalho;
- VIII – exercer os atos relativos à política e administração de pessoal, observando o disposto no art. 10, incisos XIII e XIV deste Regimento;
- IX – autorizar o pagamento das despesas orçamentárias ou especiais votadas pelo Plenário e, juntamente com o responsável designado para a Tesouraria, ou seu substituto legal, movimentar contas bancárias, assinar cheques e passar recibos;
- X – submeter ao Plenário, na primeira sessão de seu mandato, o programa de trabalho;
- XI – encaminhar à deliberação do Plenário a proposta orçamentária e suas alterações, bem como o relatório anual de Prestação de Contas;

- XII – delegar competências regimentais incluídas nas alíneas II, VIII, IX e XIV a Conselheiros e funcionários, respeitados os princípios legais da delegação de competência e do controle interno;
- XIII – decidir “ad referendum” do Plenário, nos casos em que se faça inadiável e imprescindível a tomada de decisão sobre matérias de competência do Plenário e seja impossível a convocação tempestiva desse colegiado, ao qual deverá ser a decisão submetida na sessão imediatamente posterior para homologação. Neste caso, poderá o Plenário revogar ou alterar, posteriormente, tais deliberações, preservando-se os legítimos efeitos gerados até esse momento;
- XIV – acautelar os interesses dos Conselhos Federal e Regionais e os da categoria profissional, adotando as providências necessárias.

São atribuições das Comissões Permanentes e Temáticas:

Comissão de Tomada de Contas

Atribuições: Acompanhar as demonstrações de receita e despesa do Cofecon, conferindo a regularidade das despesas efetivadas, inclusive dos bens patrimoniais permanentes. Exercer o papel de controle interno do Sistema, emitindo pareceres conclusivos sobre registros, prestação de contas e balancetes trimestrais do Sistema Cofecon/Corecon.

Componentes: Efetivos: Nelson Pamplona da Rosa (Presidente), Maria Auxiliadora Sobral Feitosa e Paulo Brasil Corrêa de Mello. Suplentes: Antonio Melki Jr., Arthur Nemrod Menezes Guimarães e Pedro Andrade de Oliveira. Interfaces: Antonio Tolentino e José Luiz Pereira Barboza.

Comissão de Licitação

Atribuições: Efetivar os processos de aquisição de bens e de contratação de serviços, de acordo com os parâmetros definidos pela Lei Federal nº 8.666/93.

Componentes: Efetivos: Eduardo Rodrigues da Silva (Presidente), Ana Claudia Ramos Pinto e João Henrique Vieira Costa. Suplentes: Júlio Miragaya e Alexandre Café Rodrigues. Interfaces: Ana Claudia Ramos Pinto e João Henrique Vieira Costa.

Comissão de Planejamento Estratégico, Planejamento Estratégico, Modernização e Qualidade de Gestão

Atribuições: Consolidar a efetivação do Planejamento Estratégico do Conselho com vistas ao fortalecimento operacional do Sistema. Aperfeiçoar o Setor de Tecnologia da Informação (TI), com vistas à modernização da estrutura administrativa não só do Cofecon como também do fortalecimento do próprio Sistema.

Componentes: Bianca Lopes de Andrade Rodrigues (Coordenadora), André Luís Braga Rodrigues dos Santos, Jin Whan Oh e Paulo Brasil Corrêa de Mello. Interfaces: Ana Claudia Ramos Pinto e Alexandre Café Rodrigues.

Comissão de Educação

Atribuições: Organizar e promover o Prêmio Brasil de Economia, Personalidade Econômica do Ano e Gincana Nacional de Economia. Promover mecanismos que estreitem a relação do Cofecon com as universidades e as escolas de economia do país, assim como os cursinhos e escolas de ensino médio. Articulação e participação, junto a outras entidades, no acompanhamento das diretrizes curriculares do curso de economia no país.

Componentes: Denise Kassama Franco do Amaral (Coordenadora), Antonio Corrêa de Lacerda, Antônio de Pádua Ubirajara e Silva, Carlos Alberto Safatle, Eduardo Rodrigues da Silva, Henri Wolf Bejzman, Marcelo Pereira Fernandes, Paulo de Tarso Alves Guilhon, Ricardo Silveira da Paixão, Simone Magalhães e Waldir Pereira Gomes. Interfaces: Jane Lopes da Silva e Júlio César Poloni de Góes.

Comissão de Comunicação

Atribuições: Aperfeiçoar os mecanismos de comunicação do Sistema Cofecon/Corecons e a comunicação interna, inserindo-o na agenda econômica e na mídia nacional e nos Estados. Revisar os mecanismos da página do Cofecon na Internet. Produzir a revista do Cofecon.

Componentes: Waldir Pereira Gomes (Coordenador), Antonio Corrêa de Lacerda, Antonio Melki Jr., Denise Kassama Franco do Amaral, Felipe Macedo de Holanda, Jin Whan Oh e Wellington Leonardo da Silva. Interfaces: Júlio Cesar Poloni de Góes, Manoel José Castanho e Natália Lepsch Kenupp Batista

Comissão de Normas, Legislação e Ação Parlamentar

Atribuições: Acompanhar a aplicação de normas e procedimentos do Sistema Cofecon/Corecons. Revisar e atualizar a Consolidação da Legislação da Profissão do Economista. Acompanhar os projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional que são do interesse dos economistas brasileiros, com apoio da assessoria parlamentar.

Componentes: Antonio Melki Jr.(Coordenador), Nei Jorge Correia Cardim, Paulo Dantas da Costa, Pedro Afonso Gomes, Róridan Penido Duarte e Wilson Roberto Villas Boas Antunes. Interfaces: Fábio Ronan Miranda Alves, Daniel Nunes de Oliveira e Jane Lopes da Silva.

Comissão de Fiscalização e Registro Profissional

Atribuições: Acompanhar a fiscalização em todo o Sistema Cofecon/Corecon. Acompanhar e verificar as condições do exercício da profissão de economista e as habilitações para o registro do profissional. Apreciar e relatar os processos relativos à atividade fim de registro e fiscalização.

Componentes: Pedro Andrade de Oliveira (Coordenador), Bianca Lopes de Andrade Rodrigues, Nelson Pamplona da Rosa, Paulo Hermance Paiva e Paulo Roberto Polli Lobo. Interfaces: Daniel Nunes de Oliveira e Maria Aparecida Carneiro.

Comissão de Política Econômica

Atribuições: Pesquisar, discutir e promover a participação efetiva dos economistas no desenvolvimento econômico do país e sua inserção na economia mundial. Posicionar-se sobre os impactos das políticas econômicas. Elaborar estudos e avaliações referentes à situação da desigualdade na distribuição espacial da renda no Brasil, possíveis avanços e suas causas. Estimular a publicação de artigos relacionados ao tema nos sites e nas publicações do Sistema Cofecon/Corecon e avaliar a edição pelo Cofecon de uma coletânea sobre o tema, com artigos elaborados pelos Corecons.

Componentes: Antonio Corrêa de Lacerda (Coordenador), Antonio Melki Jr., Carlos Eduardo Soares de Oliveira Júnior, Eduardo Rodrigues da Silva, Felipe Macedo de Holanda, Fernando de Aquino Fonseca Neto, Heric Santos Hossoé, Jin Whan Oh, Júlio Miragaya, Róridan Penido Duarte, Waldir Pereira Gomes, Wellington Leonardo da Silva, Eliane Cristina de Araújo Sbardellati e Roberto Bocaccio Piscitelli. Interfaces: Maria Aparecida Carneiro, Júlio César Poloni de Góes e Natália Lepsch Kenupp Batista.

Comissão de Desenvolvimento Regional

Atribuições: Apoiar a realização de seminários e encontros nacionais e regionais sobre a questão do desenvolvimento regional. Participar de eventos nacionais e regionais relacionados ao tema. Promover a avaliação das políticas públicas que tratam da questão regional, considerando seus diversos aspectos: desenvolvimento, planejamento e ordenamento territorial.

Componentes: Felipe Macedo de Holanda (Coordenador), Bianca Lopes de Andrade Rodrigues, Denise Kassama Franco do Amaral, Eduardo José Monteiro da Costa, Fernando de Aquino Fonseca Neto, Heric Santos Hossoé, João Rogério Sanson, Júlio Miragaya, Nei Jorge Correia Cardim, Paulo de Tarso Alves Guilhon e Teresinha de Jesus Ferreira da Silva. Interfaces: Jane Lopes da Silva e Maria Aparecida Carneiro.

Grupo de Trabalho Estudar a Situação Financeira e Patrimonial dos Conselhos Regionais

Atribuições: Atuar junto às Superintendências do Patrimônio da União nos Estados visando a cessão de imóveis para instalação dos Conselhos Regionais que não possuem sede própria, ou que não dispuserem de sede adequada para a execução de suas atividades-fim.

Componentes: Pedro Andrade de Oliveira (Coordenador), André Luís Braga Rodrigues dos Santos, Bianca Lopes de Andrade Rodrigues, Frednan Bezerra dos Santos, José André de Lima Freitas da Silva, Nei Jorge Correia Cardim, Ricardo Silveira da Paixão, Rogério Vianna Tolfo e Sebastião Demuner. Interfaces: Antonio Tolentino e Jane Lopes da Silva

Grupo de Trabalho Voto Eletrônico

Atribuições: Providenciar o desenvolvimento de sistema próprio de votação eletrônica, objetivando sua implantação em todos os Conselhos Regionais de Economia.

Componentes: Antonio Melki Jr. (Coordenador), Jin Whan Oh e Paulo Brasil Corrêa de Mello. Interfaces: Alexandre Café Rodrigues e Ana Claudia Ramos Pinto.

Grupo de Trabalho Composição do Plenário

Atribuições: Apoiar e estimular a elaboração de projeto capaz de ampliar o nível de participação dos Conselhos Regionais de Economia no plenário do Cofecon, desde que respeitados os princípios da democracia direta, da proporcionalidade e da viabilidade econômico-financeira, além da aprovação do Since.

Componentes: Denise Kassama Franco do Amaral (Coordenadora), Antonio Melki Jr., Eduardo Rodrigues da Silva, Felipe Macedo de Holanda, Henri Wolf Bejzman, Heric Santos Hossoé, Pedro Andrade de Oliveira e Waldir Pereira Gomes. Interfaces: Ana Claudia Ramos Pinto e Fábio Ronan Miranda Alves.

Grupo de Trabalho Mulher Economista

Atribuições: Aperfeiçoar a participação das economistas na economia brasileira bem como estimular a participação mais efetiva no âmbito do Sistema Cofecon/Corecons. Pesquisar o perfil e área de atuação com maior participação das economistas e conhecer a estrutura do mercado de trabalho.

Componentes: Bianca Lopes de Andrade Rodrigues (Coordenadora), Ana Cláudia Arruda Laprovitera, Celina Ramalho Ramalho, Denise Kassama Franco do Amaral, Fabíola Andrea Leite de Paula, João Manoel Gonçalves Barbosa, Maria Auxiliadora Sobral Feitosa, Maria Cristina de Araújo, Maria do Socorro Erculano de Lima, Mônica Beraldo Fabrício da Silva, Nancy Gorgulho Chaves Braga, Simone Magalhães, Tânia Cristina Teixeira, Teresinha de Jesus Ferreira da Silva e Waldir Pereira Gomes. Interfaces: Jane Lopes da Silva e Natália Lepsch Kenupp Batista.

Grupo de Trabalho Estatísticas Econômicas

Atribuições: Elaborar um banco de dados com informações de natureza econômica que possa subsidiar as atividades dos Conselheiros. Elaborar proposta metodológica para a disponibilização sistemática de indicadores conjunturais e da percepção de tendências de comportamento das principais variáveis macroeconômicas pelo Cofecon para a categoria profissional dos economistas, setor empresarial e financeiro, acadêmicos de economia e setor público.

Componentes: Pedro Andrade de Oliveira (Coordenador), Felipe Macedo de Holanda, Fernando de Aquino Fonseca Neto e José Antonio Lutterbach Soares. Interfaces: Maria Aparecida Carneiro e Alexandre Café Rodrigues.

Grupo de Trabalho Perícia Econômico-Financeira, Mediação e Arbitragem

Atribuições: Realizar estudos visando a proposição de ações para fortalecer as atividades de Perícia Econômico-Financeira e Mediação e Arbitragem, divulgando-a entre profissionais e estudantes de Ciências

Econômicas e tomadores de serviços, promovendo capacitação técnica e certificação de competência das especialidades (Consolidação, 4.3).

Componentes: Fernando de Aquino Fonseca Neto (Coordenador), Luiz Antonio Rubin (Coordenador técnico da área de Mediação e Arbitragem), Tiago Jazynski (Coordenador técnico da área de Perícia Econômica-Financeira), José Marcos de Campos, Marcos Kruse, Marcos Matos Brito de Albuquerque Junior, Maria Auxiliadora Sobral Feitosa, Pedro Afonso Gomes, Ricardo Valério Menezes Costa, Sérgio Guimarães Hardy, Severino Ferreira da Silva, Simone Magalhães, Vanya Marcon e Vilma Guimarães. Interfaces: Jane Lopes da Silva e Daniel Nunes de Oliveira

Grupo de Trabalho Responsabilização Social

Atribuições: Estudar a implantação de programas de responsabilidade social e economia solidária no sistema Cofecon/Corecons, de modo que suas ações impactem na sociedade de forma positiva.

Componentes: Efetivos: Denise Kassama Franco do Amaral (Coordenadora), Henri Wolf Bejzman, Terezinha de Jesus Ferreira da Silva e Thales de Souza Campos. Interfaces: Jane Lopes da Silva e Daniel Nunes de Oliveira.

Grupo de Trabalho Transparência

Atribuições: Conduzir o processo de implantação, aperfeiçoamento e disseminação da cultura de observância à transparência no âmbito do Sistema Cofecon/Corecons, e zelar pelo cumprimento da Lei nº 12.527/2011.

Componentes: Henri Wolf Bejzman (Coordenador), Maria Auxiliadora Sobral Feitosa e Pedro Andrade de Oliveira. Interfaces: Ana Claudia Ramos Pinto, Alexandre Café Rodrigues e Danyel Willian Santos Teófilo.

Grupo de Trabalho Corecon Jovem Acadêmico

Atribuições: Estudar e Implementar programas e ações voltados aos estudantes de economia para que eles entendam o papel do Sistema Cofecon Corecons, bem como promover as atividades dos Regionais junto aos estudantes e vice-versa.

Componentes: Eduardo Rodrigues da Silva (Coordenador), Antonio Corrêa de Lacerda, Denise Kassama Franco do Amaral e Waldir Pereira Gomes. Interfaces: Daniel Nunes de Oliveira e Júlio Poloni de Góes.

Grupo de Trabalho Concurso Público do Sistema Cofecon/Corecon

Atribuições: Realizar estudos e emitir um parecer sobre a viabilidade de continuar realizando o concurso público do Sistema Cofecon/Corecons.

Componentes: Wellington Leonardo da Silva (Coordenador). Interfaces: Ana Claudia Ramos Pinto e Fábio Ronan Miranda Alves.

Redução de Gastos do Conselho Federal de Economia

Atribuições: Analisar e implementar ações de redução dos Gastos do Conselho Federal de Economia.

Componentes: Nelson Pamplona da Rosa (Coordenador) e Wellington Leonardo da Silva. Interfaces: Ana Claudia Ramos Pinto, Antonio Tolentino e José Luiz Pereira Barboza.

Economista Empreendedor

Atribuições: Estimular o empreendedorismo entre os economistas brasileiros.

Componentes: Denise Kassama Franco do Amaral. Interfaces: Daniel Nunes de Oliveira e Maria Aparecida Carneiro.

Articulações com o CFA

Atribuições: Realizar articulações com o CFA relativas ao andamento do PLS 658/2007.

Componentes: Wellington Leonardo da Silva (Coordenador), Paulo Dantas da Costa e Róridan Penido Duarte. Interfaces: Ana Claudia Ramos Pinto e Fábio Ronan Miranda Alves.

Absorção de cursos com forte conteúdo de Economia

Atribuições: Realizar estudos para a ampliação no quadro de registrados do Sistema Cofecon/Corecons, buscando absorver o registro de profissionais oriundos de outros cursos de bacharelado e tecnólogo com formação correlata ou presença de forte conteúdo de Economia.

Componentes: Denise Kassama Franco do Amaral (Coordenadora), Antônio de Pádua Ubirajara e Silva, Antonio Melki Jr., Eduardo Rodrigues da Silva, Marcelo Pereira Fernandes, Tânia Marques e Waldir Pereira Gomes. Interface: Maria Aparecida Carneiro.

Conselho Editorial da Revista Economistas

Competências: Aprovar a pauta e avaliar o conteúdo da revista, aprovando ou não a sua publicação.

Membros: Wellington Leonardo da Silva (coordenador), Antonio Corrêa de Lacerda, Antônio de Pádua Ubirajara e Silva, Denise Kassama Franco do Amaral, Dércio Garcia Munhoz, Eduardo José Monteiro da Costa, Fernando de Aquino Fonseca Neto, Felipe Macedo de Holanda, Gilson de Lima Garófalo, José Luiz Pagnussat, Júlio Miragaya, Luiz Calor Delorme Prado, Roberto Bocaccio Piscitelli, Róridan Penido Duarte, Sidney Pascoutto da Rocha e Waldir Pereira Gomes. Interfaces: Júlio Cesar Poloni de Góes, Manoel José Castanho e Natália Lepsch Kenupp Batista.

Superintendência

Dentro das funções da Superintendência estão o acompanhamento e apoio às Comissões para garantir que as metas destas sejam atingidas; o acompanhamento do orçamento e dos projetos do Cofecon; assegurar o atendimento ao Sistema Cofecon/Corecon; cumprir e fazer cumprir o Regimento do Cofecon; coordenar as atividades de planejamento, programação, orçamentação e controle no âmbito de sua competência; organizar e executar as Sessões Plenárias Ordinárias e Ampliadas ao Cofecon, bem apoiar a realização de outros eventos constantes do Calendário do Sistema Cofecon/Corecons.

Procuradoria Jurídica

A Procuradoria Jurídica do Conselho Federal de Economia (COFECON) é responsável pelo tratamento de demandas jurídicas e administrativas da autarquia, assim como é responsável por representar os interesses do Conselho nas esferas judiciais e extrajudiciais perante os Poderes Públicos, além de prestar consultoria e assessoramento jurídico. Além disso, o setor lida com matérias jurídicas de média ou grande complexidade, seja mediante pareceres opinativos, seja mediante despachos jurídicos envolvendo matérias e questões eminentemente de cunho jurídico, elaboração de pareceres, prestação de auxílio aos Conselhos Regionais de Economia e aos demais setores do COFECON. A Procuradoria Jurídica também acompanha e atua nos trabalhos das Comissões de Normas e Legislação, bem como nos trabalhos da Comissão Permanente de Licitação.

Destaca-se, ainda, como papel de atuação da Procuradoria, o trabalho de assessoramento jurídico junto às Sessões Plenárias que ordinariamente são realizadas, a participação nas reuniões, o acompanhamento dos trabalhos desenvolvidos pelo Fórum dos Conselhos Federais de Profissões Regulamentadas, bem como a atuação junto a todos os eventos previstos no Regimento Interno do Conselho Federal de Economia que são realizados durante o ano.

2.6. Ambiente Externo

2.6.1 Cenário econômico

As receitas do Conselho Federal Economia são provenientes, em sua quase totalidade, de um quinto (20%) das anuidades pagas pelos economistas e empresas registrados nos Conselhos Regionais de Economia. Desta forma, seu financiamento se limita pelo número de economistas existentes no país, registrados e adimplentes.

A atuação do Cofecon se dá no território nacional, e o Brasil enfrenta uma grave crise econômica. A profunda recessão vivida em 2015 e 2016, somada ao pífio crescimento em 2014, 2017 e 2018, elevaram bastante o desemprego, trazendo a taxa média de desocupação para o patamar de 12,3% em 2018. Isso significa que há menos pessoas trabalhando – inclusive economistas. Tal fato aumenta a quantidade de pedidos de suspensão de registro, bem como a inadimplência, impactando diretamente na arrecadação do Conselho Federal de Economia.

2.6.2 Legislação profissional

A atualização da legislação profissional do economista é uma questão prioritária para o Cofecon, uma vez que a Lei 1.411/51 encontra-se defasada e carece de clareza quanto ao campo de atuação profissional do economista. Tal questão prejudica a fiscalização profissional, impactando também na arrecadação da autarquia.

A tramitação do Projeto de Lei do Senado 658/2007 não tem sido fácil, porque profissionais de outros campos que possuem algumas atividades em comum com os economistas – como é o caso dos contadores e administradores – também estão tentando atualizar suas legislações. O projeto tramitava na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e tinha como relator o senador Romero Jucá.

Entretanto, em reunião extraordinária realizada no dia 07 de fevereiro, a CAS aprovou o requerimento 143/2017, da senadora Ana Amélia (PP/RS), para que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) manifeste-se sobre “acerca dos limites constitucionais, legais e do processo legislativo na apreciação de proposições de iniciativa legislativa que tenham como objeto a regulamentação de profissões ou de atividades ocupacionais”. Segundo a senadora, das 120 propostas que tramitavam na CAS, 99 eram projetos que tratavam, de alguma forma, do exercício profissional. A aprovação do requerimento suspendeu a tramitação dos projetos que diziam respeito ao exercício profissional. Em dezembro, a matéria foi declarada prejudicada na CCJ e enviada para arquivo. O PLS 658/07, por sua vez, também foi enviado ao arquivo porque sua tramitação não foi concluída até o final da legislatura. O Cofecon trabalhará para desarquivá-lo em 2019.

O Cofecon, ao mesmo tempo, continuou trabalhando junto ao Conselho Federal de Contabilidade e ao Conselho Federal de Administração a fim de solucionar aspectos divergentes de cada projeto de lei.

2.7. Modelo de Negócios

O Conselho Federal de Economia recebeu, no Art. 7º da Lei 1.411/51, dez atribuições. Dentre elas, sete são de caráter interno e dizem respeito à própria organização e à dos Conselhos Regionais de Economia. Levando em conta que a arrecadação do Cofecon provém dos Conselhos Regionais de Economia, a autarquia promove encontros de funcionários, um espaço de capacitação e troca de experiências para que cada Regional possa realizar melhor suas atividades, prestando um melhor serviço ao economista que se encontra na ponta.

As demais atribuições, que têm caráter externo, são as seguintes:

- a) contribuir para a formação de sadia mentalidade econômica através da disseminação da técnica econômica nos diversos setores de economia nacional;
- g) promover estudos e campanhas em prol da racionalização econômica do país;
- j) servir de órgão consultivo do Governo em matéria de economia profissional.

A fim de contribuir para a formação de sadia mentalidade econômica no país, o Conselho Federal de Economia promove, em suas sessões plenárias, a discussão de temas da conjuntura econômica, emitindo notas oficiais sobre o tema debatido. As notas são divulgadas à imprensa e aos interessados.

Além disso, todos os anos é realizado o Prêmio Brasil de Economia, certame que reconhece as melhores produções técnicas dos economistas em cinco áreas: livro de economia, tese de doutorado, dissertação de mestrado, artigo técnico/científico e monografia de graduação. O melhor trabalho em cada uma destas áreas recebe um prêmio em dinheiro.

O Congresso Brasileiro de Economia, realizado a cada dois anos, é um espaço de discussão econômica voltado aos economistas e à sociedade como um todo. O evento é organizado pelo Cofecon e pelo Conselho Regional de Economia em cuja jurisdição for realizado. A próxima edição ocorrerá em 2019, em Florianópolis.

Entre os estudos e campanhas realizados em prol da racionalização econômica do país, destaca-se a Campanha Nacional pela Redução da Desigualdade Social, dirigida pelo Cofecon, com a parceria de cerca de 30 entidades dos mais variados segmentos.

No que diz respeito à última atribuição, destaca-se a participação do Cofecon no Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), órgão que tem a função de produzir inteligência financeira e promover a proteção dos setores econômicos contra a lavagem de dinheiro e o financiamento do terrorismo.

SEÇÃO 3 - PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E GOVERNANÇA

3.1 Principais objetivos estratégicos

MISSÃO: Contribuir para o desenvolvimento socioeconômico do país e assegurar o exercício legal e ético da profissão do economista.

VISÃO: Ser referência como entidade profissional que contribui de forma decisiva para o desenvolvimento econômico com justiça social.

Objetivos estratégicos:

Perspectiva SOCIEDADE:

- 1) Consolidar o Cofecon como órgão consultivo nacional no âmbito das questões econômicas;
- 2) Fortalecer, junto à sociedade, uma imagem do Sistema e do Economista de credibilidade e reconhecimento em questões econômicas;
- 3) Participar ativamente dos grandes temas socioeconômicos no âmbito público e privado.

Perspectiva BENEFICIÁRIOS:

- 4) Promover ações de conscientização dos Corecons para o trabalho em "rede" dentro do Sistema;
- 5) Promover a disseminação das melhores práticas de gestão para todo o Sistema Cofecon/Corecons;
- 6) Fomentar, realizar e divulgar contribuições sobre temas relevantes para a sociedade brasileira;
- 7) Ampliar a participação de estudantes, bacharéis em economia e economistas no Sistema Cofecon/Corecons;
- 8) Defender e ampliar o campo de atuação do profissional economista;
- 9) Promover a valorização do economista.

Perspectiva PROCESSOS INTERNOS:

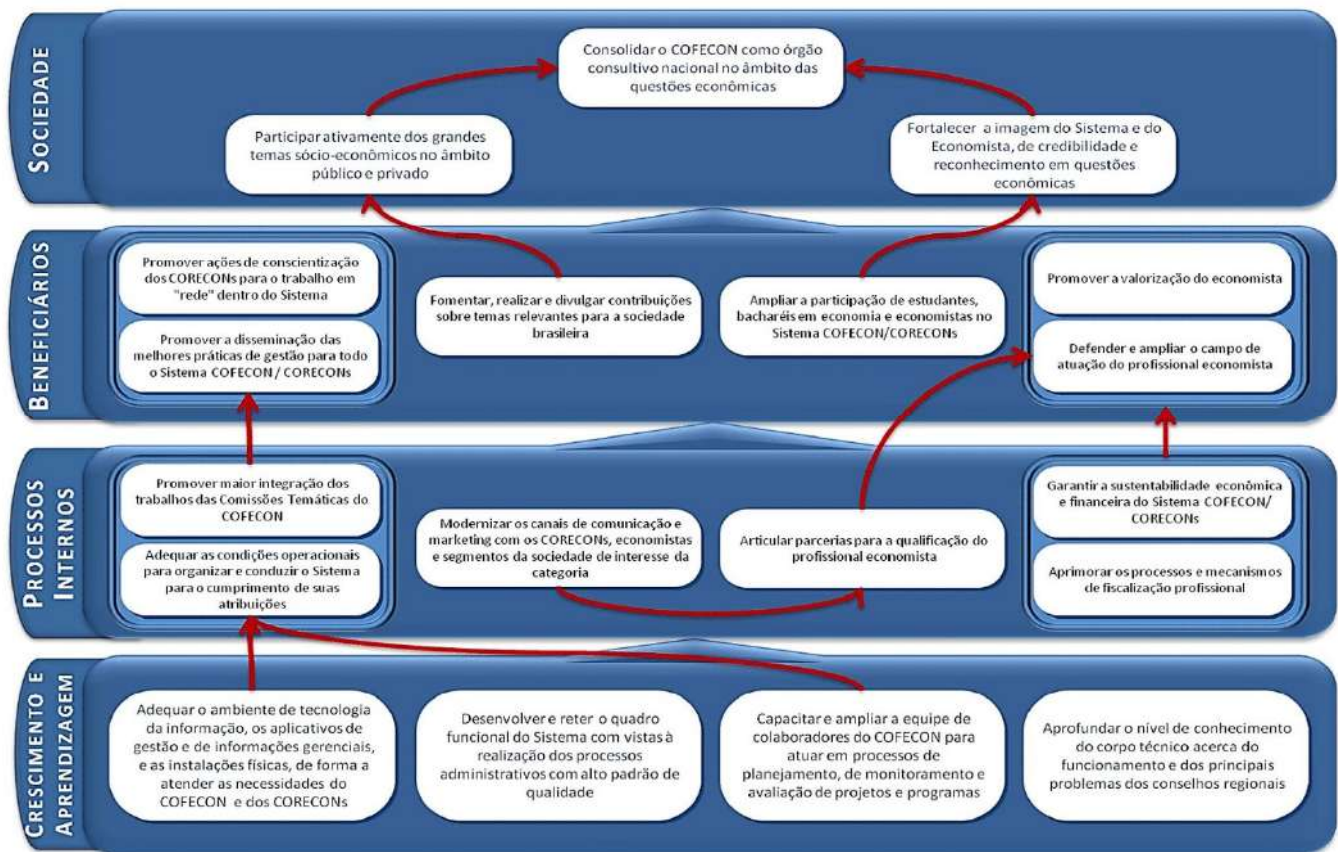
- 10) Modernizar os canais de comunicação e marketing com os Corecons, economistas e segmentos da sociedade de interesse da categoria;
- 11) Promover maior integração dos trabalhos das Comissões Temáticas do Cofecon;
- 12) Articular parcerias para a qualificação do profissional economista;
- 13) Aprimorar os processos e mecanismos de fiscalização profissional;
- 14) Garantir a sustentabilidade econômica e financeira do Sistema Cofecon/Corecons;
- 15) Adequar às condições operacionais para organizar e conduzir o Sistema para o cumprimento de suas atribuições.

Perspectiva CRESCIMENTO E APRENDIZAGEM:

- 16) Promover contínua modernização do ambiente de tecnologia da informação, os aplicativos de gestão e de informações gerenciais, e as instalações físicas, de forma a atender as necessidades do Cofecon e dos Corecons;
- 17) Desenvolver e reter o quadro funcional do Sistema com vistas à realização dos processos administrativos com alto padrão de qualidade;
- 18) Aprofundar o nível de conhecimento do corpo técnico acerca do funcionamento e dos principais problemas dos conselhos regionais;
- 19) Promover a contínua capacitação da equipe de colaboradores do Cofecon para atuar em processos de planejamento, de monitoramento e avaliação de projetos e programas.

3.2 Mapa Estratégico

Figura 2 – Mapa Estratégico



A estrutura de governança do Conselho Federal de Economia é composta pelas Comissões Permanentes de Licitação e de Tomada de Contas, bem como pela Comissão de Planejamento Estratégico, Modernização e Qualidade de Gestão, instituídas pela Resolução nº 1832 de 30 de julho de 2010, Regimento interno do COFECON:

Art. 58. O Plenário do COFECON, na primeira Sessão anual, elegerá duas comissões permanentes, a Comissão de Tomada de Contas e a Comissão de Licitação.

§ 1.º A Comissão de Tomada de Contas - CTC será constituída de seis membros, escolhidos entre os Conselheiros Efetivos que integram o Plenário, com mandato de 01(um)ano, inadmitida a recondução, em escrutínio aberto e por maioria dos votos, sendo 03 (três) Conselheiros titulares e igual número de Suplentes, com a competência para exercer a função de controle interno do Sistema integrado pelo COFECON e pelos Conselhos Regionais, além das seguintes atribuições:

I. avaliar os controles orçamentários, financeiros e de Gestões internas do COFECON e dos CONSELHOS REGIONAIS, emitindo pareceres que serão submetidos a deliberação do Plenário;

II. proceder verificações e vistorias em qualquer unidade do Sistema COFECON/CORECON.

§ 2.º Em sua primeira reunião a CTC elegerá o seu presidente, ao qual competirá, além da direção dos trabalhos, a convocação das demais reuniões;

§ 3.º É vetada a participação dos atuais presidente e vice-presidente como membros da CTC, bem como dos ex-dirigentes cujas contas estejam pendentes de aprovação.

§ 4.º A Comissão de Licitação será constituída de três membros, um membro escolhido entre os

Conselheiros Efetivos, que a presidirá, e de dois funcionários permanentes do COFECON, com mandato de 01(um) ano, inadmitida a recondução da totalidade de seus membros para a mesma comissão no período subsequente, em escrutínio aberto e por maioria dos votos, com 02 (dois) Suplentes, um do plenário e um do quadro de funcionários do COFECON, com a competência para examinar os processos de aquisição de bens e de contratação de serviços, de acordo com os parâmetros definidos pelo artigo 51 da lei federal nº 8.666/93.

§5º As Comissões Temáticas serão criadas em função do Programa de Trabalho apresentado pelo Presidente e aprovadas pelo Plenário, as quais terão atribuições específicas voltadas para questões dos interesses da ciência econômica, dos profissionais economistas e dos órgãos que integram o Sistema COFECON/CORECONs e serão sempre coordenadas por um membro efetivo do plenário, com prazo de vigência determinado ou indeterminado.

§6º As Comissões Temáticas serão criadas a qualquer tempo, quando motivação pertinente justificar, delas podendo participar profissionais que não integram o Plenário.

3.3 Principais canais de comunicação com a sociedade e as partes interessadas

3.3.1 Fórum Nacional pela Redução da Desigualdade Social

O Fórum Nacional pela Redução da Desigualdade Social, coordenado pelo Cofecon, é o conjunto de entidades que promovem a Campanha Nacional pela Redução da Desigualdade Social no Brasil, movimento que se estrutura em cinco eixos temáticos que reivindicam uma sociedade mais justa, equilibrada, próspera e menos desigual. Os cinco eixos são: mudar o modelo tributário brasileiro; preservar e ampliar os direitos sociais; preservar e ampliar políticas públicas de valorização do trabalho e da educação; reforçar a função social do Estado; ampliar a democracia e a participação social.

Em 25 de abril, a Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (ANFIP) e a Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital (Fenafisco), entidades participantes do Fórum, lançaram o manifesto “Reforma Tributária Solidária, Menos Desigualdade, Mais Brasil”, na Câmara dos Deputados, que contempla o primeiro eixo da Campanha: Mudar o Modelo Tributário – Reduzir a tributação sobre o consumo e a produção e aumentar sobre a renda e a riqueza. A ANFIP e a Fenafisco também lançaram o livro “A Reforma Tributária Necessária: Diagnósticos e Premissas” durante seminário internacional sobre tributação realizado de 4 a 6 de junho de 2018 na cidade de São Paulo.

No segundo semestre do ano, em 14 de dezembro de 2018, o Fórum realizou em Brasília o seminário Reestruturação da Seguridade Social e da Educação, para discutir o segundo eixo da Campanha. O evento teve lugar no auditório da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Distrito Federal (Fecomércio-DF) e contou com tradução em libras, promovendo a acessibilidade das discussões. O Cofecon realizou uma transmissão ao vivo em sua página no Facebook e o vídeo está disponível na íntegra.

3.3.2 Assessoria de Imprensa

O setor de Comunicação é responsável por divulgar as notas oficiais do Cofecon, abastecer o sítio na internet e as redes sociais com notícias, encaminhar entrevistas, cobrir eventos, entre outras atribuições.

Com o novo presidente eleito, a equipe realizou um trabalho de reconhecimento da imprensa nacional, com orientações de mídia training para um bom desempenho nas entrevistas.

A equipe também participou de eventos promovidos pelo Fórum Nacional pela Redução da Desigualdade Social no Brasil, contribuindo para a definição de estratégias de divulgação e coordenando as ações de assessoria de imprensa dos eventos realizados, além de cobertura para site e redes sociais.

Em 2018, a presidência do Cofecon investiu na ida de membros da equipe de Comunicação a eventos cujas

discussões são relevantes para os economistas brasileiros e para o Sistema, como o Fórum Internacional Tributário, em São Paulo (SP), e o XXX Encontro de Entidades de Economistas do Nordeste (ENE), em Imperatriz (MA). O objetivo da presença de jornalistas da equipe do Cofecon em tais eventos foi disseminar as discussões nos sites e redes sociais, além de buscar espaços espontâneos para a autarquia na mídia nas cidades em que foram realizados.

Foram localizadas e monitoradas 645 inserções do Cofecon na mídia em 2018, uma média de 54 por mês. Do total, em relação ao tipo de mídia, 36 foram publicadas pelo rádio, 97 em emissoras de televisão, 142 em veículos impressos e 370 em sites e portais de notícias na internet. Na perspectiva da abrangência dos veículos, 30 inserções foram publicadas em mídias alternativas, 89 em veículos de distribuição local, 112 em “mídias foco” (principais veículos do país), 137 em mídias setoriais e outras 277 em veículos da grande imprensa, com ampla distribuição e audiência. Foram localizadas também 10 inserções do Cofecon em matérias de veículos estrangeiros.

As redes sociais do Cofecon registraram o maior engajamento anual de sua série histórica. Em 2018, o Facebook oficial do Cofecon ganhou 5.414 novos seguidores. As 328 publicações da página no ano, ao todo, alcançaram potencialmente aproximadamente duas milhões de pessoas e tiveram mais de 300 mil curtidas, comentários, cliques e compartilhamentos. O Twitter do Cofecon registrou 301 novos seguidores e aproximadamente duas mil interações distribuídas em 214 publicações. O canal do Cofecon no YouTube teve 17 publicações e gerou mais de 10 mil visualizações. Foram postados 17 novos vídeos no ano. Além do Facebook, do Twitter e do YouTube, redes utilizadas pelo Cofecon há alguns anos, foram criados perfis também no LinkedIn e Instagram. Este último foi um importante veículo da campanha do Dia do Economista 2018 e das atividades realizadas durante o SINCE de Porto Velho. O Instagram do Cofecon foi criado em agosto e, em cinco meses, teve 110 publicações e alcançou mais de 2 mil seguidores.

A página Quero ser economista também ganhou um perfil no Instagram, que serviu de apoio ao III Desafio Quero Ser Economista. Em três meses, o perfil ganhou mais de 200 seguidores e teve 81 publicações. No Facebook, onde promove conteúdos de interesse de estudantes de Ciências Econômicas e de ensino médio, a página ganhou 1.050 seguidores no ano e teve 286 publicações que alcançaram potencialmente mais de 300 mil pessoas e geraram mais de 40 mil curtidas, comentários, cliques e compartilhamentos.

3.3.3. Revista Economistas

A tiragem da revista Economistas se manteve em 5 mil exemplares, com exceção da edição de Julho a Setembro, que foi distribuída no XXVI Simpósio Nacional dos Conselhos de Economia (SINCE) e teve 6 mil exemplares. Também está disponível no sítio do Cofecon na internet em formato digital.

Figura 3 – Capas da Revista Economistas



3.3.4. Campanha do Dia do Economista

Em 2018, o Cofecon trabalhou a valorização profissional, deixando de lado o estereótipo do economista engravatado. Os objetivos foram destacar a importância da profissão, abordar diferentes possibilidades de atuação e valorizar o economista como profissional estratégico e essencial para o País. Foi escolhido o título #Economista para acompanhar as peças de comunicação, por acompanhar a era digital e relacionar-se de forma direta ao tema da campanha e à área de atuação. O título foi inserido junto à imagem do profissional em situações que demonstrem uma amplitude maior do trabalho e não apenas em escritórios. Exemplos: consultoria, perícia econômico-financeira, mediação e arbitragem e terceiro setor.

3.3.6. Desafio Quero Ser Economista

O III Desafio Quero Ser Economista contou com a participação de 741 estudantes de Ensino Médio de 25 estados e do Distrito Federal, o maior contingente registrado em todas as edições. A competição aconteceu de 29 de outubro a 29 de novembro de 2018 na plataforma online do Desafio.

O jogo é uma iniciativa do Cofecon com o objetivo de estimular o estudo das Ciências Econômicas pelos jovens. A estratégia é introduzir, de forma dinâmica e divertida, conceitos econômicos básicos ao campo de conhecimento dos estudantes do Ensino Médio, apresentar a profissão de economista e a atuação deste profissional no mercado de trabalho e, assim, proporcionar um agradável e adequado primeiro contato dos jovens estudantes do Ensino Médio com a área da Economia. Desta forma, o Cofecon busca incentivar o estudo de Ciências Econômicas.

O estudante catarinense Pedro Kurth foi o grande campeão do jogo, o mineiro Rafael Coquejo foi o vice-campeão e a paulista Lídice França conquistou a terceira colocação. Os vencedores ganham, respectivamente, R\$ 1.500,00, R\$ 1.000,00 e R\$ 500,00.

Após o término da competição, a página “Quero Ser Economista”, no Facebook, e o perfil @querosereconomista, no Instagram, que serviram de apoio ao jogo, continuam ativos e oferecem diariamente conteúdos didáticos sobre Economia, com links de matérias, dicas de leitura, definições e conceitos da área. O Desafio há três anos ajuda a atrair jovens internautas a esses espaços, para que tenham acesso a conteúdos econômicos de forma educativa e permanente.

O Desafio Quero Ser Economista é um projeto estratégico e fundamental para o desenvolvimento do Sistema Cofecon/Corecons no curto, médio e longo prazos, pois visa reverter o quadro de queda no número de ingressantes nos cursos de Ciências Econômicas em todo o país e garantir o fortalecimento da classe dos economistas no futuro.

3.3.7. Informativo AEALC

O Cofecon participa ativamente da Associação de Economistas da América Latina e Caribe (AEALC) e no ano de 2017 assumiu a responsabilidade de produzir um boletim de notícias para difundir informações das diversas Associações e Colégios de Economistas que compõem a entidade.

O Informativo AEALC é produzido pelo jornalista Manoel Castanho. É escrito em língua espanhola, por ser o idioma falado na maioria dos países da região. Tem formato A4, com oito páginas, periodicidade trimestral e tiragem de 1.100 exemplares.

SEÇÃO 4 - GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

4.1 Principais riscos

1. Legislação que regulamenta a profissão de economista desatualizada;
2. Projetos de emendas constitucionais visando a desregulamentação da profissão e a não obrigatoriedade do pagamento de anuidades;
3. Invasão no mercado de trabalho por parte de profissionais e conselhos de fiscalização cujas formações proporcionam áreas de sombra com a dos economistas;
4. Tendência nos setores públicos e privados a trabalhar pela desregulamentação da maioria das profissões;
5. Grande número de pedidos de cancelamentos de registros junto aos Conselhos Regionais de Economia;
6. Baixa confiança e pouco reconhecimento da categoria em relação ao trabalho do Sistema Cofecon/Corecons;
7. Desconhecimento de grande parte da população brasileira a respeito do Sistema, do papel do economista na sociedade e de suas áreas de atuação profissional.
8. Perda da sustentabilidade;
9. A evasão dos alunos nos cursos de Ciências Econômicas e pouco interesse dos alunos do ensino médio;
10. Não existência de um código CNAE (Classificação Nacional de Atividades Econômicas) específico para as atividades do profissional de economia.

4.2 Gestão de riscos de controles internos

A gestão de riscos e os controles internos são realizados pela Comissão de Tomada de Contas (CTC). A gestão de riscos é realizada de forma preventiva, com visitas da Comissão aos Conselhos Regionais de Economia e elaboração de ofícios com informações e recomendações. Os controles internos são realizados quando a CTC analisa as peças contábeis enviadas pelos Corecons, tais como propostas orçamentárias e balancetes trimestrais.

Resolução nº 1832 de 30 de julho de 2010, Regimento interno do COFECON:

Art. 58. O Plenário do COFECON, na primeira Sessão anual, elegerá duas comissões permanentes, a Comissão de Tomada de Contas e a Comissão de Licitação.

§ 1.º A Comissão de Tomada de Contas - CTC será constituída de seis membros, escolhidos entre os Conselheiros Efetivos que integram o Plenário, com mandato de 01(um)ano, inadmitida a recondução, em escrutínio aberto e por maioria dos votos, sendo 03 (três) Conselheiros titulares e igual número de Suplentes, com a competência para exercer a função de controle interno do Sistema integrado pelo COFECON e pelos Conselhos Regionais, além das seguintes atribuições:

I. avaliar os controles orçamentários, financeiros e de Gestões internas do COFECON e dos CONSELHOS REGIONAIS, emitindo pareceres que serão submetidos a deliberação do Plenário;

- II. proceder verificações e vistorias em qualquer unidade do Sistema COFECON/CORECON.
 § 2.º Em sua primeira reunião a CTC elegerá o seu presidente, ao qual competirá, além da direção dos trabalhos, a convocação das demais reuniões;
 § 3.º É vetada a participação dos atuais presidente e vice-presidente como membros da CTC, bem como dos ex-dirigentes cujas contas estejam pendentes de aprovação.

Foram trabalhados no exercício de 2018 os processos a seguir relacionados:

Quadro 2 – Processos analisados pela Comissão de Tomada de Contas

Descrição	Quantidade
Balancetes trimestrais	84
Prestação de Contas Anual	25
Propostas Orçamentárias	25
Reformulações Orçamentárias	14
Prestações de Contas de Auxílio Financeiro	12
Total	160

4.3 Detalhamento individualizado dos principais riscos e da resposta a cada um deles

Quadro 3 – Demonstrativo da Gestão de Riscos

Gestão de Riscos No processo de elaboração do planejamento estratégico, a direção e os atores envolvidos identificaram os principais riscos da gestão. Entre os principais riscos identificados, destacamos:	
Principais Riscos	Mitigação
1. Legislação que regulamenta a profissão de economista desatualizada;	Atuação por meio da Comissão de Normas, Legislação e Ação Parlamentar visando a atualização da Lei nº 1.411/1951, por meio do PLS 658/2017. Em dezembro, a matéria foi declarada prejudicada na CCJ e enviada para arquivo. O PLS 658/07, por sua vez, também foi enviado ao arquivo porque sua tramitação não foi concluída até o final da legislatura. O Cofecon trabalhará para desarquivá-lo em 2019.
2. Projetos de emendas constitucionais visando a desregulamentação da profissão e a não obrigatoriedade do pagamento de anuidades;	Atuação junto aos parlamentares visando esclarecer os riscos para a sociedade envolvidos numa possível desregulamentação das profissões, bem como o caráter tributário das anuidades.
3. Invasão no mercado de trabalho por parte de profissionais e conselhos de fiscalização cujas formações proporcionam áreas de sombra com a dos economistas;	Atuação junto aos Conselhos Federais de Administração, Contabilidade e Engenharia visando delimitar as atribuições privativas e as compartilhadas de cada uma das profissões.

<p>4. Tendência nos setores públicos e privados a trabalhar pela desregulamentação da maioria das profissões;</p>	<p>Atuação por meio de campanhas de comunicação visando esclarecer e conscientizar a sociedade em geral da importância da atuação do economista para contribuir para o desenvolvimento sócio econômico do país e assegurar o exercício legal e ético da profissão do economista.</p>
<p>5. Grande número de pedidos de cancelamentos de registros junto aos Conselhos Regionais de Economia;</p>	<p>Apoio aos Corecons na execução de projetos que visem a retenção dos economistas registrados, a exemplo de cursos de capacitação profissional, realização de convênios que forneçam pacotes de benefícios e/ou descontos em serviços para os profissionais em condição de regularidade perante o Conselho Profissional.</p>
<p>6. Baixa confiança e pouco reconhecimento da categoria em relação ao trabalho do Sistema Cofecon/Corecons;</p>	<p>Atuação por meio das Comissões de Planejamento Estratégico, Educação e Comunicação visando promover ampla divulgação das atividades desenvolvidas pelo Sistema Cofecon/Corecons em prol dos economistas e da sociedade.</p>
<p>7. Desconhecimento de grande parte da população brasileira a respeito do Sistema, do papel do economista na sociedade e de suas áreas de atuação profissional;</p>	<p>Atuação por meio das Comissões de Planejamento Estratégico, Educação e Comunicação visando promover ampla divulgação da profissão do economista.</p>
<p>8. Perda da sustentabilidade;</p>	<p>Atuação por meio da Comissão de Planejamento Estratégico visando promover mecanismos para aumentar a arrecadação, seja por meio de cobrança de débitos, fiscalização e autuação do exercício ilegal da profissão ou projetos visando obter quantitativo maior de profissionais registrados no Sistema Cofecon/Corecons. Atuação por meio do grupo de trabalho Redução dos Gastos do Conselho Federal de Economia com vista a analisar e implementar ações de redução das despesas da Autarquia.</p>
<p>9. A evasão dos alunos nos cursos de Ciências Econômicas e pouco interesse dos alunos do ensino médio;</p>	<p>Atuação por meio da Comissão de Educação na realização de projetos voltados para estudantes de nível médio – Desafio Quero Ser Economista e para estudantes de graduação em Ciências Econômicas – Gincana Nacional de Economia. Aproximação com as Instituições de Ensino Superior e com as Escolas de Nível Médio.</p>
<p>10. Não existência de um código CNAE (Classificação Nacional de Atividades Econômicas) específico para as atividades do profissional de economia.</p>	<p>Atuação junto ao Concla – Comissão de Nacional de Classificação e ao Conselho – Fórum dos Conselhos Federais de Profissões Regulamentadas, visando a criação de códigos CNAE específicos para cada uma das profissões.</p>

SEÇÃO 5 – RESULTADOS DA GESTÃO

5.1 Resultados alcançados frente a cada um dos objetivos estratégicos

5.1.1. Perspectiva SOCIEDADE:

Em relação aos resultados alcançados na perspectiva da Sociedade, destacamos as notas oficiais aprovadas pelo Plenário do Cofecon, qual sejam:

a) EM 2018, RETOMAR O CRESCIMENTO COM INCLUSÃO E PROTEÇÃO SOCIAL: O BRASIL NÃO É O MERCADO FINANCEIRO

O Conselho Federal de Economia tem se posicionado e defendido a retomada do crescimento econômico, condição essencial para a redução da taxa de desemprego e para a elevação da renda nacional. Mas não a qualquer custo, e sim propiciando a inclusão e a proteção social e promovendo a melhor distribuição da renda e da riqueza. Ocorre que a retomada do crescimento em curso vem acompanhada de uma persistente piora dos indicadores sociais. Os empregos que estão sendo gerados, por exemplo, são essencialmente informais ou precários.

Dessa forma, devemos avaliar se as propostas de reformas em curso concorrem para a retomada do crescimento nos termos desejáveis, ou têm sido pautadas apenas pelas demandas do mercado financeiro. É o caso da Reforma Tributária, que não pode focar apenas na simplificação tributária, como quer o mercado, que é desejável, mas insuficiente. Ela deve efetivamente mudar nosso modelo tributário regressivo, que tem sido historicamente o principal instrumento de concentração da renda e da riqueza no país.

No 22º Congresso Brasileiro de Economia (CBE), realizado em setembro de 2017 em Belo Horizonte (MG), com a participação de mais de 1.200 economistas e acadêmicos de todo o país, o documento final do evento frisava que “Os bancos e as grandes corporações pretendem impor seus interesses ao conjunto da sociedade brasileira. É imperativo que a vontade soberana do povo esteja acima dos anseios e receios do mercado”.

O que se assiste no cenário brasileiro é a constatação de uma enorme pressão do “mercado”, especialmente o financeiro, sobre a arena política e institucional em suas diversas esferas. Os últimos acontecimentos no cenário político e judiciário evidenciaram a grande influência que o mercado financeiro tem nas decisões políticas, econômicas e institucionais.

Ora, o Brasil não se restringe ao mercado. Não pode o interesse econômico de investidores e especuladores substituir a vontade de 208 milhões de brasileiros, por qualquer que seja. Ao mercado financeiro interessa a politização da justiça, a judicialização da política ou, mais ainda, a criminalização da política, para que ele reine soberano, e assim, imponha sua agenda de reformas: previdenciária, tributária, fim da Lei do Salário Mínimo etc.

Após recente decisão proferida pela justiça federal de Porto Alegre, as manchetes evidenciaram que a sentença contemplara o desejo do mercado financeiro. É importante frisar que não só o julgamento em questão, mas vários atos do Poder Judiciário têm recebido críticas e ressalvas de diversos juristas respeitados e consagrados. O Poder Judiciário não pode ser visto como algo imaculado, isento a equívocos e desvios.

É sintomático que a condenação veio no momento em que o governo federal fixou o novo Salário Mínimo em R\$ 954,00, reajuste de 1,81% (miseros R\$ 17,00) que sequer repõe o INPC (2,06%). Trata-se do menor reajuste do SM em 78 anos, desde sua instituição em 1940. De outro lado, os 43 bilionários brasileiros possuem, segundo a Forbes, fortuna estimada em R\$ 549 bilhões, com aumento de R\$ 65 bilhões em relação a 2016, ou R\$ 1,5 bilhão a mais cada um, em média.

O que se requer nesse momento tão grave da vida nacional é a prevalência dos interesses da população num processo democrático e isento de pressões e constrangimentos do capital financeiro e especulativo.

Conselho Federal de Economia
(27 de janeiro de 2018)

b) COFECON LAMENTA ASSASSINATO DA VEREADORA MARIELLE FRANCO E EXIGE APURAÇÃO DOS FATOS

O Conselho Federal de Economia manifesta profundo pesar diante do brutal assassinato da vereadora Marielle Franco (PSOL-RJ) e do motorista que a acompanhava na noite de quarta-feira, 14 de março, no Rio de Janeiro. O Cofecon exige a imediata e rigorosa apuração dos fatos relacionados ao crime e se solidariza com familiares, amigos e seus companheiros de luta nesse momento de dor e indignação.

Negra, feminista, nascida e criada na favela da Maré, Marielle Franco era socióloga e foi a quinta vereadora mais votada em 2016. Militante dos direitos humanos e da igualdade social, lutava por questões relacionadas à defesa dos direitos das mulheres negras e dos moradores de favelas e periferias. Foi nomeada relatora da comissão que vai acompanhar a intervenção militar e denunciava a violência policial nas comunidades cariocas. Combativa e brilhante em suas exposições, Marielle deixa um legado de luta em favor das causas que defendia. Um dia antes do crime, publicou em suas redes sociais: “Quantos mais vão precisar morrer para que essa guerra acabe?”

Marielle Franco esteve presente à solenidade de posse do presidente do Cofecon, Wellington Leonardo da Silva, de quem era amiga. Na ocasião, a vereadora propôs que os economistas se dedicassem a pensar no impacto de decisões econômicas na vida das pessoas, suas urgências e necessidades, focando nos segmentos mais vulneráveis. “Precisamos pensar no processo político e econômico que viveremos em 2018, mas que seja uma visão além do mercado. Gostaria que esse debate pudesse fazer parte das considerações dos conselheiros do Cofecon, para que homens e mulheres possam viver melhores dias, não só em relação à moeda, mas também à vida, com novas oportunidades, acesso a mobilidade urbana, e a possibilidade de redução de desigualdades dos mais variados tipos. A desigualdade tem vida, tem cor, origem, raça e seus atingidos precisam ter perspectiva de futuro”, observou.

Presidência do Conselho Federal de Economia
(15 de março de 2018)

c) QUESTÃO FISCAL E FINANCIAMENTO DO DESENVOLVIMENTO

O problema fiscal brasileiro deve ser abordado no âmbito das políticas macroeconômicas, assim como seu papel para o desenvolvimento econômico e social. Deve também contemplar a discussão sobre o custo de

financiamento da dívida pública, que no Brasil atinge a média de 5,5% do Produto Interno Bruto (PIB), ao ano, o equivalente a R\$ 363 bilhões, em 2018. Destaque-se adicionalmente que a recessão de 2015 e 2016, e o baixo crescimento de 2017 afetaram negativamente a arrecadação tributária, comprometendo as metas fiscais.

Ademais, nosso modelo tributário regressivo, incidindo fortemente sobre o consumo e produção – e não sobre a renda e a riqueza- além de contribuir para uma maior concentração de renda, sobrecarrega o chamado “custo Brasil”.

É crucial buscar a desindexação da economia, inclusive da dívida pública. O Brasil é o único país que remunera parcela expressiva da sua dívida a taxas de juros reais altíssimas, independentemente do prazo de vencimento, oferecendo pelos seus títulos, ao mesmo tempo, liquidez, segurança e rentabilidade, na contramão de outros países, que estimulam o financiamento de longo prazo. Este quadro cria um constrangimento para os gastos públicos, tornando mais difícil a execução dos investimentos, assim como a manutenção da qualidade dos programas sociais.

Da mesma forma, é fundamental manter e aperfeiçoar a atuação dos bancos públicos, especialmente o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), como impulsionadores do financiamento dos investimentos para a infraestrutura e outros setores, tendo em vista a inexistência de instrumentos de financiamento de longo prazo no mercado financeiro privado a taxas de juros minimamente compatíveis com a rentabilidade esperada dos projetos.

Conselho Federal de Economia
(23 de março de 2018)

d) CARTA ABERTA DO COFECON AOS BRASILEIROS

O Conselho Federal de Economia vem se pronunciar sobre a grave situação de estado de exceção no Brasil, com apoio de setores como financeiro, rentistas, parte do empresariado, do judiciário e das forças armadas. O quadro em curso visa atender além de seus próprios interesses, aos de alguns países estrangeiros que almejam tomar conta das riquezas nacionais, a exemplo do pré-sal, da Embraer, da Eletrobras e, conseqüentemente, da parte da matriz energética derivada das hidrelétricas, dos rios, da base de Alcântara, da Amazônia, do Aquífero Guarani e de muitas outras.

Os últimos lances do desastre foram as manobras levadas a cabo pelo Poder Judiciário, em apoio ao golpe, tal como fizeram quando da deposição do então Presidente da República João Goulart e ao entregar Olga Benário à sanha assassina dos nazistas de Hitler. Esta última, uma cidadã como qualquer um de nós. Certamente estas ações não foram dignas da missão institucional de defesa da democracia e da Constituição brasileiras.

Na véspera, vivandeiras das casernas se pronunciaram em redes sociais da internet, ameaçando enterrar de vez as nossas já combalidas instituições democráticas. Ainda bem que o Comandante da Aeronáutica veio a público com discurso mais democrático e amparado em artigos da Constituição Brasileira que regulam o papel das Forças Armadas.

É importante sublinhar que o pano de fundo dessas diatribes é composto pelo congelamento dos investimentos públicos em educação, saúde e infraestrutura, dentre outros, por vinte anos; o aviltamento

do valor do salário mínimo; a reforma trabalhista; e os assassinatos da Vereadora Marielle Franco e de Anderson Gomes, condutor do veículo em que ela estava, ambos do Rio de Janeiro, e de milhares de jovens negros e negras, brancos e brancas, todos pobres, jogados nesta condição pelos autores do golpe acima nominados.

Como retomar o desenvolvimento econômico, com inclusão social, em meio a tanta insegurança jurídica e instabilidade institucional? Para agravar conjuntura já tão adversa, o comportamento casuístico de nosso Poder Judiciário, ao atingir seu auge neste momento, compromete ainda mais a credibilidade do País no exterior, inviabilizando investimentos e financiamentos externos que nos seriam favoráveis.

Diante deste cenário, urge que os brasileiros e brasileiras se insurjam contra os setores cujos interesses são eliminar os parques benefícios sociais conquistados e entregar as riquezas capazes de garantir o desenvolvimento do Brasil e promover bem-estar para seu povo, ainda que para isto seja necessário lançar o País, irresponsavelmente, em uma divisão temperada pelos ódios, a qual sabemos como começa, mas não como terminará.

Conselho Federal de Economia

(06 de abril de 2018)

e) O PAPEL DO ESTADO NO DESENVOLVIMENTO E A SITUAÇÃO ECONÔMICA, SOCIAL E POLÍTICA DO BRASIL

O Conselho Federal de Economia, entidade representativa dos 250 mil economistas brasileiros, vê com enorme preocupação o atual momento vivido por nosso País, que gera uma visão distorcida em relação ao papel que o Estado deve cumprir na promoção do desenvolvimento e no enfrentamento da crise.

A conjuntura atual nos revela que, no cenário econômico, as perspectivas da retomada do crescimento baseada no resgate da “confiança” não se viabilizaram. Os dados sobre o desempenho do PIB, investimentos e emprego são preocupantes.

As consequências para o mercado de trabalho são aterradoras. Os dados mais recentes da PNAD/IBGE (março de 2018) revelam que o desemprego voltou a crescer, atingindo 13,7 milhões de pessoas, ou 13,1% da PEA. A situação é ainda mais grave quando se considera o chamado desemprego ampliado – a taxa de subutilização da força de trabalho, que inclui desempregados por desalento e ocupados que cumprem jornada de trabalho aquém da que gostariam de cumprir – que alcançou nada menos que 27,7 milhões de brasileiros no 1º trimestre de 2018.

Trata-se de 11,7 milhões de pessoas a mais do que havia no 1º trimestre de 2014 e 7 milhões de pessoas a mais em relação ao contingente existente no 1º trimestre de 2016, quando Temer assumiu o governo. Deve-se registrar, como agravante, o aumento da informalidade e da precarização nas relações de trabalho, fruto da crise econômica e da reforma trabalhista aprovada no final de 2017. Dados da PNAD/IBGE revela que o contingente de extremamente pobres no Brasil ampliou-se em 2,1 milhões no biênio 2016/17, sendo que 1,5 milhão no Nordeste.

Embora o crescimento da miséria, do desemprego e da precarização do trabalho – com o risco iminente de convulsão social – sejam os mais graves problemas sociais, esses não se limitam àqueles. A persistência do desequilíbrio fiscal levou o governo a promover sucessivos cortes em programas sociais. Ademais, aprovou a EC 95, “congelando” os gastos sociais por 20 anos.

De outro lado, o governo implementa ações que enfraquecem a atuação do Estado na promoção do desenvolvimento, como a forte redução nos recursos do PAC, afetando os já parcos investimentos em infraestrutura; pratica um extenso programa de privatizações, envolvendo setores da Petrobrás (campos do Pré-Sal, malha de gasodutos e 4 refinarias), Eletrobrás, Infraero; assinala a venda dos bancos oficiais e reduz a atuação do BNDES como fonte essencial de crédito ao setor produtivo.

O caos gerado no abastecimento de derivados de petróleo, motivado pela greve dos caminhoneiros que protestam contra a forte elevação nos preços dos combustíveis é mais um sintoma das consequências de um Estado que se guia basicamente por regras de mercado e se exime de suas responsabilidades com a promoção do desenvolvimento.

Em suma, as ações do governo caminham no sentido da fragilização do Estado, neutralizando os instrumentos e mecanismos que poderiam induzir o desenvolvimento econômico. O Estado deve ter um papel decisivo para o desenvolvimento, assim afirma a história do nosso país e das nações que ascenderam à condição de desenvolvidas. Dessa forma, deve-se fortalecer o sistema tributário, combatendo a sonegação e a elisão fiscal; tributar efetivamente a renda e a riqueza, desonerando a produção e o consumo; direcionar o orçamento público para o atendimento das demandas sociais e investimentos em infraestrutura; fortalecer as empresas públicas em setores estratégicos como petróleo e energia; e fortalecer o sistema público de crédito.

A não retomada do crescimento econômico e o agravamento da situação social têm sido impulsionadores da crise político-institucional. O descrédito dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário atingiu níveis sem precedentes em nossa história republicana. Há uma absoluta imprevisibilidade em relação às eleições para a presidência da República, que hoje tem nada menos que 21 pré-candidatos, sendo que o que lidera por larga margem todas as pesquisas de intenção de voto, tanto no 1º quanto no 2º turno, encontra-se impedido, baseado num processo com vários procedimentos questionáveis.

A politização do Judiciário tem como consequência a acentuação da polarização na sociedade brasileira e a intensificação do sentimento de intolerância. É conhecida a rejeição de grande parte de setores empresariais e da grande mídia a algumas candidaturas. O que não é admissível é que o mercado, a grande mídia e o Poder Judiciário, busquem tutelar a vontade popular.

Conselho Federal de Economia
(26 de maio de 2018)

f) NOTA DO COFECON SOBRE A GREVE DOS CAMINHONEIROS

A situação em que se encontra a sociedade brasileira, diante da greve dos caminhoneiros, tem suas raízes em um contexto mais amplo, como resultado de uma equivocada política de preços e de produção dos derivados do petróleo praticada pela Petrobras e de valorizações do dólar.

A diminuição da capacidade de refino, da ordem de 24%, segundo dados da Petrobras, quando no passado tínhamos condições de atender à demanda interna de combustíveis em cerca de 90%, enrijeceu a política de preços da Petrobras. A empresa está subutilizando a capacidade de refino de quatro refinarias que fazem parte do plano de desinvestimento da empresa, como estratégia de proporcionar um mercado para os importadores e potenciais compradores. Isso gera uma dependência de importações de derivados do petróleo, transmitindo a volatilidade do câmbio aos seus preços.

Sobre a conjuntura internacional, o governo brasileiro não tem nenhum poder de interferência. O mesmo não podemos afirmar sobre uma política dos derivados do petróleo. Caso a Petrobras utilizasse sua atual capacidade total de refino, da ordem de 2,35 milhões de barris/dia, poderia atender praticamente toda a demanda estimada em 2,4 milhões barris/dia.

Em um primeiro momento, o governo tomou a decisão de não interferir na política de preços praticada pela Petrobras, no sentido de acompanhar a variação do valor do petróleo no mercado internacional, decisão equivocada, quando se sabe que a oferta de óleo e derivados pode suprir integralmente a demanda interna e nem todos os custos da Petrobras são dolarizados. Os reflexos dessa decisão foram nefastos para os caminhoneiros, como também para as empresas distribuidoras de gasolina e diesel e, em última instância, para os consumidores. A solução dessa situação não passa simplesmente pela eliminação de impostos.

Deve sempre ser lembrado que a Petrobras é uma empresa estratégica e suas atividades têm impacto em vários setores da economia.

O Cofecon reconhece os direitos dos caminhoneiros na defesa dos seus interesses, desde que não associados a atividades criminosas de lock out e dentro dos limites que não causem exagerados transtornos à população. O Cofecon se posiciona a favor de uma revisão, por parte do governo, da sua política de preços dos derivados do petróleo e a adoção de ações voltadas para o fortalecimento e retomada plena das atividades estratégicas executadas pela Petrobras, restituindo a normalidade nos setores de transportes e abastecimento da economia brasileira.

Conselho Federal de Economia

(26 de maio de 2018)

g) TAXA BÁSICA DE JUROS - CONDIÇÕES PARA MANTÊ-LA EM NÍVEIS ADEQUADOS

A manutenção das taxas básicas de juros, oscilando em torno dos níveis em que se encontram nos últimos doze meses, mesmo com a economia mais aquecida, é o mais importante desafio para o Banco Central. O Brasil vinha mantendo por décadas, até meados de 2017, taxas de juros entre as mais elevadas do mundo. Quanto mais altas essas taxas sobre os títulos do governo, enquanto avaliados como sem risco significativo, maiores são os seguintes efeitos perniciosos:

(i) Os projetos de investimento no setor produtivo terão menores expectativas de retorno do que os títulos do governo, não compensando serem executados;

(ii) Maiores serão as despesas do governo com pagamento de juros, comprometendo a disponibilidade de recursos para investimentos públicos em infraestrutura, que aumentam o retorno de muitos investimentos privados no setor produtivo;

(iii) Maiores serão os retornos dos que possuem capital, financeiro ou produtivo, em detrimento dos que possuem apenas trabalho;

(iv) Menores as disponibilidades de recursos para gastos sociais, como em saúde, educação e habitação.

Os dois primeiros efeitos inviabilizam um processo de crescimento econômico elevado e sustentável. Os dois últimos concentram ainda mais a renda em um país já extremamente desigual. Nada indica que situação tão desfavorável tenha sido determinada por dificuldades fiscais, seja em termos de deficit ou de dívida, pois é difícil acreditar que o País estivesse apresentando avaliações de risco tão altas de seus títulos públicos a ponto de precisar manter, quase sempre, no período de, ao menos, vinte e cinco anos, a primeira ou segunda mais elevada taxa real de juros do mundo. Além disso, nos poucos períodos em que tivemos taxas reais de juros menos elevadas, inclusive nos últimos doze meses, não se observou fuga de capitais ou qualquer dificuldade de rolagem dos títulos públicos. O que esses fatos indicam é que o governo vem pagando taxas de juros superiores ao mínimo que o mercado exigiria para continuar a financiar a sua dívida.

Restaria, como razão para nossas altas taxas de juros, serem elas as necessárias para compatibilizar a demanda agregada à capacidade produtiva da economia e manter uma âncora para os preços, ainda que flexível, a fim de evitar pressões inflacionárias. Porém, por que tão mais altas que na grande maioria dos países? Alguns argumentam que seria para compensar a prática de taxas favorecidas, nas operações de crédito direcionado – BNDES –, habitacional e agrícola. No mesmo sentido, argumenta-se que a indexação na economia brasileira, tanto a formal quanto a informal, é muito mais forte que em qualquer outro país, intensificando os chamados efeitos de segunda ordem dos choques inflacionários, a inércia inflacionária, que só seria controlada satisfatoriamente com um desaquecimento adicional da demanda e consequente perda de empregos.

O argumento de que esses níveis de taxas de juros são uma forma de controlar nosso peculiar processo inflacionário é plausível. Tanto que, após mais de dois anos de intensa recessão, o Banco Central sentiu-se seguro para praticar níveis mais civilizados. E quando a economia voltar a se aquecer? Continuaremos reféns de um esquema que trava o crescimento da economia e concentra ainda mais a renda? A compatibilização da demanda agregada obtida por meio da contenção do crédito pode ser gerada com taxas de juros menores, se são adotadas medidas adicionais de política monetária – alterações nos limites do Índice de Basileia e nas alíquotas de recolhimento compulsório, limitação das prestações das operações de crédito. Tal contenção no crédito não teria efeitos expressivos sobre os investimentos no setor produtivo, uma vez que, atualmente, a participação das operações de crédito interno no financiamento da FBCF está na ordem de apenas 10% – desembolsos do BNDES e Habitacional.

Manter a taxa básica de juros em níveis adequados, evitando um esquema de política monetária tão desfavorável para a grande maioria, favoreceria a redução do desemprego, a valorização dos salários e a possibilidade de aumento dos gastos sociais (saúde, educação, habitação).

Conselho Federal de Economia

(28 de julho de 2018)

h) CARTA ABERTA À SOCIEDADE BRASILEIRA E AOS CANDIDATOS À PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Os delegados do Conselho Federal de Economia (Cofecon) e dos Conselhos Regionais de Economia (Corecons), reunidos no XXVI Simpósio Nacional dos Conselhos de Economia, realizado em Porto Velho (RO), de 19 a 21 de setembro de 2018, aprovaram esta carta aberta, dirigida à sociedade brasileira e aos candidatos à Presidência da República nas eleições deste ano. Inicialmente, pontuamos que, como todos os que acreditam no desenvolvimento do Brasil, queremos que o país retome o caminho do crescimento. Contudo, defendemos que nem tudo é aceitável, como concentrar ainda mais a renda e a riqueza, reduzir direitos trabalhistas, degradar o meio ambiente, atentando-se para a necessária celeridade nos devidos licenciamentos ambientais.

O ajuste fiscal e as reformas são os temas econômicos que têm predominado na grande mídia, com soluções de aparente consenso, porém não têm colaborado com a reversão do quadro, em particular a retomada dos investimentos produtivos, fundamentais para assegurar taxas de crescimento mais altas no futuro. A retomada do crescimento dependerá de políticas públicas ativas, inclusive com a utilização da política cambial. A necessidade de sustentabilidade fiscal é, de fato, consenso entre os economistas, mas não por meio da Emenda do Teto de Gastos e metas de resultado primário da Lei de Responsabilidade Fiscal, devido a seus resultados pró-cíclicos e concentradores de renda. A partir da crise econômica mundial de 2008, iniciou-se um debate internacional, com o apoio até do FMI, sobre a adoção de regras fiscais mais flexíveis, no curto prazo, que permitissem que os fluxos de receita e despesa fossem usados em políticas anticíclicas. Número crescente de países tem aderido às chamadas “cláusulas de escape”, mantendo limites, de médio e longo prazos, para a dívida ou os gastos.

Ampla reforma tributária, que inverta a regressividade de nossos tributos, aumentando impostos sobre renda e riqueza e reduzindo aqueles sobre o consumo, precisa ser encaminhada. Em particular, impostos sobre dividendos e CPMF alcançam mais os mais ricos e têm grande potencial arrecadatório. Do lado dos gastos, o combate aos privilégios de castas do serviço público, concentradas no judiciário, ministério público e legislativo, pode trazer resultados significativos em termos de desconcentração de renda e eficiência fiscal.

Reforma política estabelecendo regras de financiamento de campanhas eleitorais que não gerem compromissos com interesses privados nem disponibilidade de recursos de origem não identificada, reduziria substancialmente os casos de corrupção como os que têm sido objeto de investigação pela Operação Lava Jato.

A reforma trabalhista e a terceirização irrestrita, por precarizarem as relações laborais e contribuir para concentrar mais a renda e a riqueza, precisam ser revogadas. A despeito dos argumentos que as defendiam, em curto espaço de tempo constatou-se que essas inovações, como o vínculo intermitente, degradaram ainda mais as condições do trabalhador, com reflexos desfavoráveis à atividade econômica. Somase a isso o expressivo aumento do desemprego e da subutilização da força de trabalho.

A população está envelhecendo, o que coloca em pauta a determinação de financiamento sustentável para os benefícios previdenciários. Todavia, equilíbrio atuarial apenas com recursos dos empregadores e empregados, embora indicado para vários dos regimes próprios de previdência social e para a previdência

complementar, não deve ser aplicado ao regime geral de previdência social (RGPS). Ao postergar a concessão de benefícios previdenciários no RGPS, onde a grande maioria tem baixas remunerações, sem compensar com transferências aos de também baixa remuneração, causaria elevações das desigualdades, que já persistem, no país, em níveis inaceitáveis. O princípio constitucional, de regime tripartite, em que o governo participa desse financiamento à previdência social, precisa ser observado.

Essas reformas e “contra reformas”, mesmo quando necessárias para ajustar as instituições de modo favorável ao crescimento econômico inclusivo, rápido e sustentado, não são suficientes para assegurá-lo. A visão, repetida de forma alienante, de que tudo que é feito pelo setor público é ineficiente e corrompido, precisa ser desconstruída. Sem políticas adequadas, continuaremos a alcançar, no máximo, periódicos “voos de galinha”. Falhas do Estado vão existir, ao lado das falhas do mercado, mas ambas precisam ser controladas no difícil caminho de elevar a qualidade de vida de todos

Precisamos de empresas, em setores estratégicos, controladas pelo governo. A Petrobrás seria um caso eloquente, para assegurar montante de renda, gerado pelo pré-sal, suficiente para financiar uma revolução em gastos sociais, potencializadores de capital humano, e em infraestrutura, que viabilizariam investimentos privados para garantir o tão desejado crescimento rápido e prolongado. Mesmo enquanto essa renda do pré-sal não está disponível, é indispensável que as desigualdades sejam mitigadas com gastos sociais e os investimentos sejam incentivados com melhorias na infraestrutura, inclusive por meio de concessões.

Bancos públicos, que em momentos críticos têm sustentado o crédito, como no caso da crise financeira internacional de 2008, também são fonte permanente de crédito de longo prazo, em especial o BNDES. Além disso, esses bancos são instrumentos de grande potencial, ainda pouco explorado, para induzir a redução do spread bancário e precisam ser preservados. Para aumentar a disponibilização de crédito de longo prazo e reduzir o spread bancário, ainda é fundamental a ampliação da concorrência no sistema financeiro.

Taxa básica de juros, por décadas tem contribuído para concentrar renda e travar o crescimento econômico. É essencial reduzi-la a níveis internacionais. Para tanto, o governo precisa intensificar o uso de instrumentos adicionais de política econômica, que auxiliem a taxa básica de juros na determinação de níveis adequados de operações de crédito – alterações nos limites do Índice de Basileia e nas alíquotas de recolhimento compulsório, limitação das prestações das operações de crédito.

Também é essencial incentivar setores de alta produtividade, que disseminam ocupações de alta remuneração, adensando cadeias produtivas internas e participando das cadeias globais em segmentos de alto valor agregado. Para tanto, o Brasil precisa se integrar, de modo estratégico, ao novo consenso sobre política industrial, identificado nas políticas públicas atualmente mais bem sucedidas, em diversos países, em que inovação e modernização tecnológica constituem o objetivo central, sem abandonar o suporte de incentivos fiscais e creditícios. Nesse sentido, o governo americano consignou US\$2,4 bilhões, no orçamento de 2016, para o financiamento de atividades de P&DI na indústria de transformação avançada, permanecendo com os tradicionais gastos militares com P&DI, grande parte aproveitável pela indústria civil. A China vem adotando programas de ciência e tecnologia com enfoques setoriais, utilizando subsídios, financiamento de capital próprio e incentivo fiscal, com ênfase no estímulo à utilização de tecnologias digitais.²

As desigualdades regionais de qualidade de vida continuam evidenciando uma herança escravocrata, para cuja superação pouco se fez nas regiões menos desenvolvidas. Assim, as políticas de desenvolvimento, como os investimentos em infraestrutura, em capital humano e em pesquisa, desenvolvimento e inovação, precisam ser ainda mais intensificadas no Norte e no Nordeste.

1# SCHAECHTER, A.; KINDA, T.; BUDINA, N.; WEBER, A. Fiscal rules in response to the crisis: toward the “next generation” rules. IMF Working Paper, jul. 2012.

2# ORGANISATION FOR ECONOMIC COOPERATION AND DEVELOPMENT (OECD). Science, Technology and Innovation Outlook 2016. Paris: OECD Publishing, 2016.

i) NOTA DO PRESIDENTE DO COFECON SOBRE AS DECLARAÇÕES DO PRESIDENTE ELEITO REFERENTES AO IBGE

Em entrevista realizada no dia 6 de novembro, o presidente eleito, Jair Bolsonaro, questionou a veracidade da metodologia empregada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para cálculo da taxa oficial de desemprego, chegando a se pronunciar no sentido de sua alteração para formular uma “taxa de empregados” e não desempregados.

Essa declaração demonstra, como em outras ocasiões, seu desconhecimento acerca de questões vinculadas às áreas técnicas. Demonstra, também, confirmando sua natureza de desprezo pelas instituições públicas, que poderá intervir nessas instituições para que os resultados gerados sejam de seu agrado pessoal ou do interesse político dos que o apoiaram.

Não se pode considerar, a partir do momento de sua eleição, que se trata de discurso típico de campanha eleitoral. Apesar de muitos considerarem que a partir de 2019 a prática do exercício do cargo não confirmará suas declarações, é preciso que os brasileiros mais responsáveis fiquem atentos e reajam caso venham a ser mantidas declarações estapafúrdias.

As informações produzidas pelo IBGE são reconhecidas por sua qualidade e excelência até no exterior. Seu corpo técnico altamente qualificado é responsável pela elaboração de dados em que a autonomia técnica é fator fundamental para a credibilidade dos trabalhos e pesquisas elaborados.

Dessa forma, a instituição deve ser dotada de total autonomia, sem qualquer influência ou submissão a interesses de governos ou do “mercado”, como forma de garantir sua imparcialidade e a confiabilidade dos dados que produz

Preocupado com a possibilidade de interferências impróprias nas atividades do IBGE, que podem impactar em várias delas, em especial na elaboração de políticas macroeconômicas, e em defesa da autonomia técnica do órgão, desde já manifesto repúdio às declarações do presidente eleito.

Wellington Leonardo da Silva
Presidente do Conselho Federal de Economia
(7 de novembro de 2018)

j) PRESIDENTE DO COFECON REPUDIA AFIRMAÇÃO DE JAIR BOLSONARO DE QUE “QUEM FERROU O BRASIL FORAM OS ECONOMISTAS”

Ao tomar conhecimento da afirmação feita à Folha de São Paulo por Jair Bolsonaro de que “Quem ferrou o Brasil foram os economistas”, venho repudiar veementemente sua assertiva.

Mesmo não estranhando que o autor tenha proferido a frase, tendo em vista que ele mesmo já afirmou não ter conhecimento da Ciência Econômica, devo, por dever de ofício, informar que os insucessos das políticas econômicas que os banqueiros, rentistas e conservadores tentam implantar no País devem ser creditados ao modelo econômico equivocado, escolhido por eles em benefício próprio, e seguido pela maioria dos governantes, que em algumas ocasiões entregaram a gestão até a ex-gerentes de bancos.

Aliás, tal qual o presidente eleito faz agora, com sua equipe de “Chicago boys” retrô, chefiada por Paulo Guedes, cuja matriz teórica não é mais defendida nem por aqueles que foram seus mestres.

A situação pela qual o Brasil passa não se deve à falta de capacidade teórica ou de sólidos conhecimentos técnicos por parte dos Economistas brasileiros, mas sim às escolhas feitas por aqueles que se julgam elite, sem merecer a denominação.

Trata-se de mais uma postura lamentável de quem já teve tantas outras.

Wellington Leonardo da Silva

Presidente do Conselho Federal de Economia

(20 de novembro de 2018)

5.1.1.2 Repercussão das notas

A divulgação das notas oficiais do Cofecon obteve a seguinte repercussão:

Quadro 4 - Repercussão das notas oficiais

Documento	Data	Pessoas alcançadas no Facebook	Envolvimento no Facebook (curtidas, comentários e compartilhamentos)
Nota do Cofecon sobre Política Fiscal	26/01/2018	1.242	52
"O Brasil não é o mercado financeiro"	27/01/2018	5.498	253
Cofecon lamenta assassinato da vereadora Marielle Franco e exige apuração dos fatos	15/03/2018	6.887	428
Questão fiscal e financiamento do desenvolvimento	23/03/2018	2.859	120
Carta aberta do Cofecon aos brasileiros	06/04/2018	1.240.281	63.201
O papel do Estado no desenvolvimento e a situação econômica, social e política no Brasil	26/05/2018	39.798	1.592

Nota do Cofecon sobre a greve dos caminhoneiros	26/05/2018	32.828	1.421
Taxa básica de juros – condições para mantê-la em níveis adequados	28/07/2018	1.612	63
Carta aberta à sociedade brasileira e aos candidatos à presidência da república	21/09/2018	2.322	143
Nota da Presidência sobre as declarações do presidente eleito sobre o IBGE	07/11/2018	37.959	2.357
Presidente do Cofecon repudia afirmação de Bolsonaro "Quem ferrou Brasil foram os economistas"	20/11/2018	36.244	2.258
TOTAL:		1.407.530	71.888

5.1.2 Perspectiva BENEFICIÁRIOS:

No que se refere à perspectiva dos beneficiários, destacamos as ações adotadas em defesa do campo profissional e de valorização do economista, a exemplo da participação em audiências institucionais, bem como em congressos, seminários, palestras e debates:

AUDIÊNCIAS

a) CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL (CNBB)

O presidente do Cofecon, Wellington Leonardo da Silva, reuniu-se no dia 21 de março, na sede da CNBB, em Brasília, com o secretário-geral da entidade, Dom Leonardo Steiner, e o assessor político, Padre Paulo Renato. O objetivo da reunião foi manter a parceria com a entidade em ações como a Campanha pela Redução da Desigualdade Social no Brasil. Steiner mencionou a nota produzida em conjunto com o Cofecon e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) sobre a Reforma da Previdência e destacou que a autarquia teve papel importantíssimo na elaboração do documento, inserindo informações econômicas. “As análises econômicas do Cofecon têm sido muito importantes para nós, inclusive para nossos posicionamentos sobre questões político-econômicas”, observou.

b) CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO

O presidente do Cofecon esteve na sede do Conselho Federal de Administração (CFA) no dia 12 de abril para tratar dos projetos de lei 658/2007 e 439/2015, que atualizam a regulamentação das profissões de economista e administrador. Ele foi recebido pelo presidente do CFA, Wagner Siqueira. Durante a reunião foram definidos os próximos passos nas tratativas com parlamentares em relação ao assunto e também com os representantes do Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Outro ponto abordado foi a Ação Direta de Inconstitucionalidade 2135, com previsão de julgamento para esta quinta-feira no Supremo Tribunal Federal (STF), que envolve o regime jurídico dos funcionários dos conselhos de fiscalização profissional e a possibilidade ou não de contratarem seus funcionários pelo regime celetista ou estatutário.

c) CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE

Os Conselhos Federais de Economia (Cofecon), Administração (CFA) e Contabilidade (CFC) concentram esforços para avançar nos projetos de lei que atualizam a regulamentação profissional das três categorias. Os representantes dessas autarquias federais reuniram-se no dia 26 de abril, na sede do CFC, para definir ações que podem ser realizadas em conjunto com o objetivo de preservar as prerrogativas de economistas, administradores e contabilistas. Pelo Cofecon, participaram o presidente Wellington Leonardo da Silva e a superintendente substituta Ana Claudia Ramos Pinto.

Um dos assuntos abordados foi o Projeto de Lei nº 8423/2017, de autoria da deputada federal Simone Morgado (PMDB-PA), que altera a legislação do contabilista e atribui competências privativas e compartilhadas. Os representantes do Cofecon e CFA afirmaram que o texto apresentado pela parlamentar não agrada nem é de interesse de suas categorias. Também foi abordada a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 2135.

d) SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA (SUDAM) E BANCO DA AMAZÔNIA S/A (BASA)

O presidente do Cofecon, Wellington Leonardo da Silva, o presidente do Corecon-PA/AP, Kleber Mourão, e o presidente do Corecon-AM, Francisco Mourão, participaram de reunião com o superintendente da Sudam, Paulo Roberto Correia da Silva, no dia 16 de maio para tratar sobre a responsabilidade dos projetos técnico-econômicos enviados para a Superintendência. A reunião aconteceu no prédio sede da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia, em Belém.

No dia 17 de maio, o presidente do Cofecon, Wellington Leonardo da Silva; o presidente do Corecon-AM, Francisco Mourão; e o conselheiro regional Antonio Ximenes participaram de reunião com o presidente do Banco da Amazônia, Valdecir José de Souza Tose, na sede do Banco, em Belém. No entendimento do Cofecon, no plano de negócios elaborado para os projetos submetidos ao Banco existem elementos que são privativos do profissional de economia, por isso a necessidade de apresentar atestado de responsabilidade técnica (ART) no projeto de viabilidade econômica, assinada por economista habilitado e em dias com os Regionais.

e) CÂMARA DOS DEPUTADOS

O presidente do Cofecon participou de reuniões na Câmara dos Deputados, nos dias 23 e 24 de maio, para tratar das renovações dos incentivos fiscais concedidos aos empreendimentos instalados na área de atuação da Sudam e Sudene, que vencem em 31 de dezembro deste ano.

O objetivo da visita ao parlamento foi discutir com deputados e assessores sobre a necessidade da formação de uma Frente Parlamentar para se discutir o assunto, além de audiências públicas sobre a matéria. O presidente esteve nos gabinetes dos deputados federais Glauber Braga, Chico Alencar, Jandira Feghali, Alessandro Molon, Ivan Valente e Edmilson Brito Rodrigues, e na liderança do Partido Socialismo e Liberdade.

f) CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

O presidente do Cofecon esteve na sede do Conselho Nacional de Educação (CNE) no dia 8 de novembro para participar de reunião com o conselheiro da entidade Rafael Lucchesi Ramacciotti, o qual também é economista. O objetivo do encontro foi pleitear a inclusão do ensino de Economia e Educação Financeira na grade curricular dos ensinos fundamental e médio. Rafael Lucchesi afirmou que a preocupação do Cofecon está contemplada nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, que orientam o planejamento curricular das escolas e sistemas de ensino. O conselheiro do CNE comprometeu-se a enviar as novas Diretrizes ao presidente do Cofecon.

g) AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

O conselheiro federal Antonio Melki Júnior representou o Cofecon em audiência pública organizada pela Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados. O debate ocorreu em Brasília, no dia 20 de novembro, e teve como tema “Debater o desenvolvimento econômico na perspectiva da Reforma Tributária Solidária”. Também participaram como expositores o presidente da Federação Nacional do Fisco Estadual (Fenafisco), Charles Johnson da Silva Alcântara; o representante do Ministério da Fazenda, Fernando Mombelli; e o deputado federal Vicente Cândido.

Melki destacou a Campanha pela Redução da Desigualdade Social no Brasil, iniciativa coordenada pelo Cofecon que conta com o apoio de mais de 30 entidades, entre elas a Fenafisco e a Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (ANFIP), parceira da Fenafisco no movimento Reforma Tributária Solidária.

O conselheiro abordou medidas como a Emenda Constitucional nº 95/2016, que institui o teto dos gastos públicos, e a reforma da previdência ao ressaltar que os governantes e parlamentares têm discutido as despesas não financeiras e se esquecem do custo do financiamento da dívida pública. “O custo do financiamento da dívida pública está na ordem de 5,9% do PIB, algo em torno de R\$ 360 bilhões. O valor é muito alto e a situação não é muito bem explicada, como por exemplo, há uma remuneração alta dos títulos e liquidez imediata, o que é um contrassenso”, disse o conselheiro do Cofecon.

Melki também destacou que a carga tributária brasileira, em torno de 34% do PIB, não é alta se compararmos com outros países. “É alta a partir do momento em que não há uma correspondência dessa carga tributária, porque está sendo usada de outra forma. Temos que diminuir a aplicação do imposto sobre o consumo porque impacta principalmente os mais pobres e aumentar a tributação sobre o patrimônio. É possível examinar a possibilidade de termos a aplicação de imposto sobre as transações financeiras, nem que seja um valor simbólico, para que facilite o acompanhamento e evite a evasão fiscal”, defendeu o economista. Na ocasião, Charles Alcântara apresentou o livro A Reforma Tributária Necessária: Diagnósticos e Premissas, produzido pela Fenafisco em parceria com a ANFIP.

h) CONGRESSO DA ANGE

O presidente do Cofecon, Wellington Leonardo da Silva, participou da mesa de abertura do XXXIII Congresso da Associação Nacional de Cursos de Graduação em Ciências Econômicas (ANGE), evento realizado na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) no dia 3 de outubro.

O presidente do Cofecon destacou que há uma solicitação dos Conselhos Regionais de Economia de que se discuta na academia e que seja feito um trabalho com os coordenadores de curso de Ciências Econômicas para verificar a possibilidade de inclusão na grade horária de algumas disciplinas sobre áreas de trabalho que têm demandado a atuação de economistas, como Perícia e Mediação e Arbitragem. Wellington Leonardo também abordou o cenário eleitoral e a conjuntura econômica a partir do pleito de 2018.

SEMINÁRIOS, PALESTRAS E DEBATES

a) FÓRUM DOS CONSELHOS FEDERAIS DE PROFISSÕES REGULAMENTADAS

O presidente do Cofecon, Wellington Leonardo da Silva, participa regularmente do Fórum dos Conselhos Federais de Profissões Regulamentadas, o chamado Conselhão. Neste âmbito são discutidos assuntos de interesse de todos os Conselhos.

b) PALESTRA NA UFRJ

O presidente do Conselho Federal de Economia, ministrou palestra na tarde do dia 28 de março na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), localizada em Seropédica (RJ). Na ocasião, conversou com alunos do curso de Ciências Econômicas sobre “O que é ser economista e qual o seu mercado de trabalho”.

c) ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA

O presidente do Cofecon participou da abertura do XXIII Encontro Nacional de Economia Política, realizada no dia 13 de junho na Universidade Federal Fluminense, em Niterói-RJ. O tema do evento foi “Crise, austeridade e luta de classes: o Brasil em um beco sem saída”.

d) ENCONTRO ANUAL DE ECONOMISTAS DA UNOCHAPECÓ

Cerca de 100 pessoas, entre professores, estudantes e egressos do curso de Ciências Econômicas da Unochapecó, participaram no dia 20 de junho do 1º Econo+, o Encontro Anual de Economistas da Unochapecó. O presidente do Cofecon, Wellington Leonardo da Silva, participou do evento e, na ocasião, falou sobre a necessidade de atualizar a lei que regulamenta a atuação dos economistas. O 1º Econo+ buscou discutir e abordar temas relevantes, além de proporcionar um espaço de networking entre profissionais do mercado e acadêmicos.

e) IV SEMANA ACADÊMICA DA UNIOESTE

O presidente do COFECON participou como palestrante da IV Semana Acadêmica da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Campus de Francisco Beltrão. O economista esteve na mesa de debates sobre conjuntura econômica nacional, realizada no dia 6 de agosto. Segundo a organização do evento, a iniciativa de convidar o presidente do Cofecon partiu dos alunos da UNIOESTE, “em função do discurso de posse ao assumir a presidência da entidade e também de entrevistas e reportagens que eles acompanharam na mídia”, informou o convite.

f) XI ENCONTRO INTERNACIONAL DA ASSOCIAÇÃO KEYNESIANA BRASILEIRA

O presidente do Conselho Federal de Economia, Wellington Leonardo da Silva, participou do XI Encontro Internacional da Associação Keynesiana Brasileira, realizado de 15 a 17 de agosto na Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em Porto Alegre. O economista participou da mesa sobre conjuntura econômica no dia 16 de agosto. O evento teve como tema “Desafios para a Economia Brasileira: uma perspectiva keynesiana”. Em sua apresentação, o presidente do Cofecon destacou quais seriam as condições necessárias para o Brasil se tornar um país desenvolvido ou uma potência econômica.

g) PALESTRA NA CÂMARA BRASIL-ALEMANHA

O presidente do Conselho Federal de Economia, Wellington Leonardo da Silva, ministrou palestra na Reunião de Diretoria da Câmara Brasil-Alemanha, um encontro fechado onde estão presentes cerca de 60 CEOs/presidentes das grandes e médias empresas alemãs no Brasil. O evento ocorreu no dia 23 de agosto, na cidade de São Paulo, e o presidente falou sobre “Situação política e econômica do Brasil”. A Câmara Brasil-Alemanha é presidida por Wolfram Anders, da empresa Robert Bosch Ltda.

h) SEMINÁRIO AESSORES ECONÔMICOS DOS PRESIDENCIÁVEIS

No dia 25 de julho o Conselho Federal de Economia promoveu, em parceria com o Conselho Regional de Economia do Distrito Federal (Corecon-DF), um debate com assessores econômicos dos presidentiáveis. O evento foi realizado no dia 25 de julho, no auditório do Memorial Darcy Ribeiro, na Universidade de Brasília (UnB). O seminário teve lugar durante o 44º Encontro Nacional dos Estudantes de Economia (Eneco), também no campus da UnB, e contou com uma massiva participação de universitários.

Todas as legendas foram convidadas a participar das discussões e os assessores tiveram o mesmo tempo para exposição de suas ideias. Estiveram presentes: a assessora Luciana Acioly, representando o pré-candidato Aldo Rebelo (SD); o assessor Nilson Araújo, representando o pré-candidato João Vicente Goulart (PPL); o assessor Pedro Garrido, representando a pré-candidata Manuela D'Ávila (PCdoB); o assessor Christian Lohbauer, representando o pré-candidato João Amêdo (Novo); o assessor Guilherme Mello, representando o pré-candidato Lula (PT); o assessor José Márcio Camargo, representando o pré-candidato Henrique Meirelles (MDB); o assessor Marco Antonio Rocha, representando o pré-candidato Guilherme Boulos (PSOL); e o assessor Mauro Benevides, representando o pré-candidato Ciro Gomes (PDT).

Como forma de alertar os assessores para a importância de discutirem uma reforma do modelo tributário brasileiro, cada um deles recebeu uma cópia do trabalho "Reforma Tributária Necessária: Diagnóstico e Premissas", coordenado pelo professor Eduardo Fagnani (Unicamp) e produzido pela Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip) e pela Federação Nacional do Fisco (Fenafisco), tendo como ponto de partida as discussões do Fórum Nacional pela Redução da Desigualdade Social, iniciativa coordenada pelo Cofecon. O livro contou com a colaboração de 42 especialistas e parte do pressuposto que a regressividade do sistema tributário brasileiro é um dos fatores responsáveis pela desigualdade social no País.

Em sua fala de abertura, o presidente do Cofecon, Wellington Leonardo da Silva, apontou que o Brasil tem todas as condições para ser uma potência. "Temos território, população, recursos naturais, mercado interno e a falta de disputas regionais. Mas voltarmos a estar a reboque do que há de pior no mundo. O cenário político atual está dissociado da construção de um país mais igualitário".

5.1.3 Perspectiva PROCESSOS INTERNOS:

No tocante aos processos internos, destacamos melhorias no processo eleitoral eletrônico, qualificação profissional dos economistas por meio da realização de cursos de perícias econômico financeira:

a) ELEIÇÕES ELETRÔNICAS

Desde 2015 o processo eleitoral dos Cofecon é realizado pelo Cofecon por meio de uma plataforma online. A ferramenta, além de dar mais segurança à eleição, permite que todos os economistas possam exercer seu direito ao voto, onde quer que estiverem. Em 2018, pela primeira vez, os economistas de todos os estados e do Distrito Federal puderam escolher seus representantes pela internet em um sistema único. Além de representar uma modernização do sistema eleitoral, a votação online aumenta a eficiência do processo e garante a privacidade e o sigilo do voto. Todo o procedimento é feito na internet, desde o cadastro de senha para votação até a apuração dos votos. Para garantir a segurança e confiabilidade do sistema, todo o processo eleitoral, do início ao fim, é acompanhado por uma auditoria externa independente.

O sistema foi desenvolvido pela Scytl, empresa especializada em tecnologias e soluções para eleições online, e auditado pela The Perfect Link. A auditoria externa é um importante mecanismo que atesta a lisura do pleito e a conformidade do sistema eleitoral. Essa sistemática é fundamental para garantir a segurança e a eficácia da democracia no Sistema Cofecon/Corecons.

Para votar, o profissional deve estar devidamente registrado no Corecon de seu estado e adimplente com as anuidades e débitos de qualquer natureza perante o Conselho Regional.

b) PERÍCIA ECONÔMICO-FINANCEIRA

O Grupo de Trabalho Perícia Econômico-Financeira e Mediação e Arbitragem (GTPM) desenvolveu cursos de capacitação em Perícia em 2018. Ao todo, foram realizadas sete qualificações, em duas modalidades: Perícia e Assistência Técnica Econômico-Financeira, de 80 horas, e Perícia Previdenciária Atuarial, de 20 horas.

A Perícia Econômico-Financeira é uma área de atuação do economista, em que assessora o juiz ou árbitro ou as partes em um litígio, realizando laudo pericial ou parecer técnico. O campo de atuação é amplo – incluindo avaliações patrimoniais, cálculo de liquidação de sentença trabalhista, revisões de cláusulas econômico-financeiras de contratos, indenizações, entre outros. Em razão dessa amplitude de possibilidades de atuação, o Cofecon definiu a estratégia de investir na área e capacitar os profissionais economistas a ingressarem no ramo da Perícia Econômico-Financeira.

Os cursos pretendem contribuir para fortalecer a presença da profissão na especialidade. Os cursos são destinados especialmente a economistas e estudantes de Ciências Econômicas, que corresponderam a mais de 90% dos capacitados.

5.1.4 Perspectiva CRESCIMENTO E APRENDIZAGEM:

No quesito crescimento e aprendizagem, destacamos as ações desenvolvidas pelo Setor de Tecnologia da Informação do Cofecon que teve como diretrizes a modernização de seus sistemas e serviços, bem como o suporte no ambiente interno e aos Conselho Regionais, visando alcançar melhores níveis de proatividade a incidentes e melhora da qualidade dos serviços deste Conselho.

O detalhamento das atividades desenvolvidas pelo Setor de Tecnologia da Informação está disponível na Seção 6 deste Relatório.

5.2 Principais projetos / iniciativas

AÇÕES INTERNAS

a) PROCURADORIA JURÍDICA

Em 2018 destaca-se a atuação em vários processos judiciais que tramitam nas diversas esferas e instâncias do Poder Judiciário, em especial perante a primeira e a segunda instâncias da Justiça Federal e da Justiça Trabalhista.

No âmbito da Justiça do Trabalho, a Procuradoria atuou em seis processos. Um deles refere-se à ação movida pela Sra. Raquel Brelaz da Silva Godoi, na qual requer sua nomeação no concurso público do Cofecon e seus reflexos, para o cargo de jornalista, bem como indenização por danos morais. Após defesa apresentada pelo Cofecon, o processo foi suspenso ante decisão proferida no âmbito do Supremo Tribunal Federal (STF), que reconheceu repercussão geral da questão constitucional envolvendo competência material (tema nº 922/STF), até ulterior decisão do STF.

Outra ação de importante relevância refere-se ao processo envolvendo o espólio do ex-funcionário Elifas, no qual o Cofecon foi condenado a pagar aproximadamente R\$ 650.000,00 a título de verbas trabalhistas, decorrentes de demissão sem justa causa e sem o devido processo administrativo disciplinar. Foi formalizado um acordo judicial para que o pagamento da condenação se dê em duas parcelas, sendo a primeira

para o ano de 2018 e a segunda, devidamente atualizada, para o início de 2019. Por fim, após tratativas desta Procuradoria junto ao juízo, o Cofecon foi isento do pagamento das custas processuais no importe de aproximadamente R\$ 13.000,00.

Outra demanda, que se encontra pendente de julgamento no Tribunal Superior do Trabalho (TST), refere-se à ação movida pelo Sindicato dos Empregados em Conselhos do Distrito Federal (SINDECOF/DF) que objetiva a condenação deste conselho ao pagamento das contribuições sindicais referentes aos últimos 05 (cinco) anos, além de multa.

Por fim, três processos trabalhistas referem-se a ações movidas por empregados do Cofecon, nas quais, em síntese, pugnam pelo reconhecimento de desvio de função, bem como indenização por danos morais. Tais processos, após atuação da Procuradoria Jurídica, foram julgadas improcedente no que toca ao desvio de função, cuja decisão foi mantida após recurso; quanto aos danos morais, o COFECON foi condenado inicialmente ao pagamento global de R\$ 45.000,00. Entretanto, após interposição de recurso e sustentações orais, o valor total das condenações foi diminuído para R\$ 20.000,00.

Com relação aos processos tratados no âmbito da Justiça Federal, destacam-se nove deles. O primeiro refere-se à ação judicial relacionada às eleições de 2016 realizadas no âmbito do Conselho Regional de Economia da 2ª Região (Corecon-SP), haja vista decisão deste COFECON que anulou o pleito. O segundo refere-se ao pleito eleitoral de 2017 do mesmo Regional, onde se pugna pela declaração de nulidade da obrigatoriedade de realização das eleições exclusivamente por meio eletrônico. Outra demanda envolvendo o Corecon-SP relaciona-se ao repasse da cota-parte. O Regional requer a nulidade dos repasses via sistema de cobrança compartilhada. Em tal processo, foram interpostos embargos de declaração pelo Cofecon (com possibilidade de posterior apelação) visando sanar contradição e omissão na sentença que julgou improcedente os pedidos do Corecon-SP e o condenou a observar as regras editadas pelo COFECON apenas na parte que toca ao também indeferimento do pagamento de multa, juros e correção monetária em razão do envio intempestivo da cota-parte do COFECON para o exercício de 2017, o qual se encontra pendente de julgamento.

O quarto processo refere-se à ação judicial movida pelo Sr. Manuel Enríquez García, na qual pleiteia a anulação de processo administrativo de apuração de responsabilidade, bem como o pagamento de danos morais. Em tal processo, além da Procuradoria ter requerido sua virtualização e tramitação no PJE, foi peticionado pedido de revogação de medida de urgência suspendendo a tramitação do processo administrativo. Tal processo encontra-se pendente de julgamento.

O quinto processo relaciona-se à ação civil pública impugnando edital de concurso público da ABIN promovido pelo CEBRASPE, no qual foi recentemente apresentado réplica à contestação. Tal processo encontra-se pendente de julgamento. Outra ação ajuizada pelo Cofecon, junto ao CORECON/AM, envolve o Banco da Amazônia (BASA), a qual visa garantir a observância das normas e das atividades dos economistas. Tal processo encontra-se em fase inicial de tramitação. O sétimo processo refere-se a uma ação judicial movida pela UNAFISCO requerendo a não obrigatoriedade de registro dos servidores da Receita Federal junto aos Corecons.

Por fim, os últimos dois processos em trâmite na justiça federal referem-se a demandas relacionadas a nomeação no concurso público do Cofecon, as quais foram julgadas improcedentes em primeiro grau, de modo que aguardam julgamento em segunda instância.

A Procuradoria Jurídica participou do I Encontro Nacional dos Advogados e Procuradores dos Conselhos de Fiscalização, realizado pela ANAPROCONF em São Paulo; do Workshop Soluções inovadoras nas Execuções Fiscais de Conselhos Profissionais, promovido pelo Conselho da Justiça Federal (CJF) em Brasília; e do 4º Fórum de Cidadania Financeira, promovido pelo Banco Central em Brasília.

A Procuradoria atuou ainda em um processo ético oriundo do Corecon-MS e procedeu à análise de inúmeros processos internos, tanto de licitações e contratos da Autarquia quanto processos administrativos em geral, e ainda, os provenientes dos Corecons para análise de recurso.

b) ATENDIMENTO AOS REGIONAIS

O Setor Apoio Administrativo e Atendimento aos Regionais é responsável por receber as demandas internas do Conselho Federal de Economia, dos Conselhos Regionais de Economia e da sociedade, e instruir processos para a Plenária e tramitar internamente aos setores responsáveis no Cofecon. No ano de 2018, o setor foi responsável por responder 515 (quinhentos e quinze) questionamentos dos Corecons (não foram contabilizados os atendimentos à sociedade e nem os atendimentos por telefone), e 3.814 (três mil e oitocentos e catorze) atualizações cadastrais de CPF e CNPJ junto ao banco de dados da Receita Federal (Serpro). Nesse setor, tramitam os processos administrativos inerentes ao registro profissional (99 processos apreciados) e solicitações de auxílio financeiro (18 processos aprovados de 29 processos apreciados, perfazendo R\$ 188.588,92 o valor concedido para os eventos do sistema e relacionados). O detalhamento dos auxílios financeiros concedidos encontra-se na Seção 6 deste Relatório.

c) SESSÕES PLENÁRIAS

682ª SESSÃO PLENÁRIA

Resolução nº 1.982, de 29 de janeiro de 2018

Dispõe sobre o Regulamento do XXIV Prêmio Brasil de Economia.

Resolução nº 1.983, de 29 de janeiro de 2018

Aprova o Regulamento da VIII Gincana Nacional de Economia - 2018.

Resolução nº 1.984, de 29 de janeiro de 2018

Designa composição da Comissão de Tomada de Contas do Cofecon para o exercício 2018.

Resolução nº 1.985, de 29 de janeiro de 2018

Designa composição da Comissão de Licitação do Cofecon.

Deliberação nº 4.894, de 29 de janeiro de 2018

Homologar os processos administrativos apreciados na 682ª Sessão Plenária Ordinária do Conselho Federal de Economia.

683ª SESSÃO PLENÁRIA

Resolução nº 1.986, de 26 de março de 2018

Aprova o Regulamento do III Desafio Quero ser Economista 2018.

Resolução nº 1.987, de 26 de março de 2018

Revoga e inclui dispositivo do normativo relativo a promoção e apoio a eventos de interesse dos economistas, no âmbito do Sistema Cofecon/Corecon, aprovado pela Resolução Cofecon nº 1.896, de 20 de julho de 2013.

Resolução nº 1.988, de 26 de março de 2018

Dispõe sobre a suspensão do mandato de Conselheiro no âmbito do Sistema Cofecon/Corecon.

Resolução nº 1.989, de 26 de março de 2018

Altera e acrescenta dispositivos ao Regimento Interno do Simpósio Nacional dos Conselhos de Economia, aprovado pela Resolução Cofecon nº 1.870, de 11 de maio de 2012.

Deliberação nº 4.895, de 26 de março de 2018

Homologa processos contábeis apreciados na 683ª Sessão Plenária Ordinária do Conselho Federal de Economia.

Deliberação nº 4.896, de 26 de março de 2018

Homologa os processos administrativos apreciados na 683ª Sessão Plenária Ordinária do Conselho Federal de Economia.

Deliberação nº 4.897, de 26 de março de 2018
Homologa a Primeira Reformulação Orçamentária 2018 do Conselho Federal de Economia.
Deliberação nº 4.898, de 26 de março de 2018
Delibera sobre a utilização do Plenário João Paulo de Almeida Magalhães.

684ª SESSÃO PLENÁRIA

Resolução nº 1.990, de 28 de maio 2018
Inclui e altera dispositivos da Resolução nº 1.853, de 28 de maio de 2011, que dispõe sobre o Manual de Arrecadação do Sistema Cofecon/Corecon.
Resolução nº 1.991, de 28 de maio 2018
Altera e inclui dispositivos da Resolução nº 1.880, de 26 de outubro de 2012, que dispõe sobre os Procedimentos para Registro de Pessoas Jurídicas junto aos Conselhos Regionais de Economia.
Resolução nº 1.992, de 28 de maio de 2018
Aprova o calendário para a realização do processo eleitoral por meio de sistema eletrônico no exercício de 2018, e dá outras providências.

Deliberação nº 4.899, 28 de maio de 2018
Homologa processos contábeis apreciados na 684ª Sessão Plenária Ordinária do Conselho Federal de Economia.
Deliberação nº 4.900, de 28 de maio de 2018
Homologa os processos administrativos apreciados na 684ª Sessão Plenária Ordinária do Conselho Federal de Economia.

685ª SESSÃO PLENÁRIA

Resolução nº 1.993, de 13 de julho de 2018
Prorroga o prazo de inscrições no XXIV Prêmio Brasil de Economia - PBE.
Resolução nº 1.994, de 30 de julho de 2018
Altera o Regimento do Congresso Brasileiro de Economia - CBE.

Deliberação nº 4.901, de 5 de julho de 2018
Reajusta os valores das Tabelas Salariais do Plano de Cargos e Salários - PCS e Gratificações dos cargos de livre provimento.
Deliberação nº 4.902, 30 de julho de 2018
Homologa processos contábeis apreciados na 685ª Sessão Plenária Ordinária do Conselho Federal de Economia.
Deliberação nº 4.903, de 30 de julho de 2018
Homologa os processos administrativos apreciados na 685ª Sessão Plenária Ordinária do Conselho Federal de Economia.

686ª SESSÃO PLENÁRIA

Resolução nº 1.995, de 24 de setembro de 2018
Fixa os valores das anuidades, bem como dos emolumentos e multas devidos pelas pessoas físicas e jurídicas aos Conselhos de Economia, para o exercício de 2019 e dá outras providências.
Resolução nº 1.996, de 24 de setembro de 2018
Altera dispositivos do regimento relativo ao procedimento eleitoral no âmbito do Sistema Cofecon/Corecons, aprovado pela Resolução nº 1.981, de 23 de outubro de 2017.

Deliberação nº 4.904, de 11 de setembro de 2018

Homologa os resultados do XXIV Prêmio Brasil de Economia-2018.

Deliberação nº 4.905, de 24 de setembro de 2018

Homologa os processos administrativos apreciados na 686ª Sessão Plenária Ordinária do Conselho Federal de Economia.

687ª SESSÃO PLENÁRIA

Resolução nº 1.997, de 03 de dezembro de 2018

Regulamenta o registro profissional junto aos Conselhos Regionais de Economia dos egressos de cursos de graduação em grau de bacharelado e conexos ao de Economia, e dá outras providências.

Resolução nº 1.998, de 14 de dezembro de 2018

Decreta a intervenção no Conselho Regional de Economia da 23ª Região – Corecon/AC e dá outras providências.

Deliberação nº 4.906, de 28 de novembro de 2018

Suspende a participação dos Delegados-Eleitores Corecon-AC na Assembleia convocada para o dia 30 de novembro de 2018 na sede do Cofecon, em Brasília-DF.

Deliberação nº 4.907, de 29 de novembro de 2018.

Homologa os Dossiês Eleitorais dos Conselhos Regionais de Economia referentes ao exercício de 2018, considerando as ressalvas e as condições constantes dos pareceres da Comissão Eleitoral do Cofecon.

Deliberação nº 4.908, 3 de dezembro de 2018

Homologa processos contábeis apreciados na 687ª Sessão Plenária Ordinária do Conselho Federal de Economia.

Deliberação nº 4.909, de 05 de dezembro de 2018

Não homologar o Dossiê Eleitoral do Conselho Regional de Economia da 2ª Região, referente ao pleito de 2018, e determinar a realização de eleição complementar.

Deliberação nº 4.910, de 05 de dezembro de 2018

Não conhecer e não dar provimento ao recurso apresentado ao Plenário do Conselho Federal de Economia, e homologar o Dossiê Eleitoral do Conselho Regional de Economia da 9ª Região - PA/AP, referente ao pleito de 2018.

Deliberação nº 4.911, de 10 de dezembro de 2018

Homologa os processos administrativos apreciados na 687ª Sessão Plenária Ordinária do Conselho Federal de Economia.

Deliberação nº 4.912 de 12 de dezembro de 2018

Não homologa o Dossiê Eleitoral do Conselho Regional de Economia da 23ª Região – Corecon/AC, referente ao pleito de 2018 e não realização de eleição extraordinária.

Deliberação nº 4.913, de 12 de dezembro de 2018

Homologa os resultados do III Desafio Quero Ser Economista.

d) DEMANDAS DOS CORECONS NAS SESSÕES AMPLIADAS

Em 2018, foram realizadas duas sessões plenárias ampliadas, onde reuniram-se os conselheiros federais e os presidentes dos Conselhos Regionais de Economia, sendo a primeira delas em janeiro e a outra em setembro. Os presidentes dos Corecons apresentaram uma série de demandas ao Conselho Federal de Economia. Registramos o atendimento aos seguintes itens:

Quadro 5 – Demandas dos Corecons nas Sessões Ampliadas

ASSUNTO	STATUS
Isenção de pagamento de anuidades para empresas juniores - Corecon-RS.	Respondido no Ofício 680/2018 – Anexo parecer 171/2016.
Medidas para enfrentar precária situação financeira dos Corecons, decorrente da crise econômica nacional. Solicitado ao Cofecon um estudo que aponte soluções que permitam a sobrevivência financeira do sistema, que inclua, entre outros: - a proposta da agência de cobrança dos débitos em atraso; - ampliar para 6 (seis) o número de parcelas da anuidade. Os Corecons deverão ser ouvidos na elaboração desse estudo - Corecon-BA e Corecon-SE.	Encaminhado para o GT 1 - Estudar a situação financeira e patrimonial dos Conselhos Regionais de Economia
Realização de pesquisas e estudos sobre o mercado de trabalho dos economistas. Criação um GT para monitoramento do mercado de trabalho e apresentação de relatórios anuais sobre a profissão do economista - Corecon-BA.	Encaminhado para o GT 6 - Estatísticas Econômicas.
Realização de esforços junto ao Congresso Nacional, para votação e aprovação do Projeto de Lei de Regulação da Profissão de Economista. Deverá ser dada prioridade absoluta para a aprovação do PL em questão - Corecon-BA.	Encaminhado para o GT 14 - Articulações com o CFA.
Revisar normativo interno para compatibilizar o tempo de mandato dos Presidentes e Vice-Presidentes dos Corecons/Cofecon com o tempo de mandato dos conselheiros. Incluir no projeto de lei a compatibilização do tempo de mandato dos Presidentes e Vice-Presidentes do Sistema Cofecon/Corecons com o tempo do mandato de conselheiros - Corecon-BA.	Impossibilidade de inclusão no PLS. O Projeto só pode tratar-se das atividades profissionais desempenhadas pelos economistas. A definição acerca de questões relativas a mandatos e estrutura administrativa é prerrogativas do Poder Executivo.
Disponibilização do Programa Nacional de Recuperação de Créditos para 2018. Reeditar o programa nacional de recuperação de crédito para 2018, acrescido da possibilidade de desconto para pagamento integral, à vista, corrigido, com juros - Corecon-PA/AP, Corecon-MT, Corecon-MA.	O VII Programa Nacional de Recuperação de Créditos ainda está em andamento e, por ora, não há previsões para um novo.

<p>Substituição do Sistemas Siscaf, Siscont, Sipro – datas e custos. O Cofecon deve viabilizar novo sistema de informática para substituir a implanta e os custos sejam repassados a forma de rateio tomando como base o ECV.Os Corecons deverão ser ouvidos sobre o tema - Corecon-MG.</p>	<p>O novo sistema está em processo de licitação.</p>
<p>Discussão e definição de cronograma para regulamentar a absorção de cursos com o conteúdo de Economia. Acelerar absorção de profissionais com cursos com o conteúdo de Economia permitindo o seu registro, em seus respectivos Corecons - Corecon-MG.</p>	<p>A resolução 1.997 foi aprovada na 687ª Sessão Plenária do Cofecon.</p>
<p>Criação de resolução aprovando descontos de 10% sobre os valores corrigidos e atualizados monetariamente das anuidades, em atraso, anteriores a 2018, para pagamento à vista - Corecon-MG. Os presidentes também solicitam o apoio do Cofecon, no sentido de que possam obter sede própria para reduzir custos e melhor estabelecer estratégias de trabalho nos respectivos estados - Corecon-MG.</p>	<p>Encaminhado para o GT 1 - Estudar a situação financeira e patrimonial dos Conselhos Regionais de Economia</p>
<p>Manual e Sistematização do Parecer Técnico para julgamento dos pedidos de cancelamento, suspensão de registro e ativo com desconto- Corecon-DF.</p>	<p>Encaminhado para Comissão de Normas, Legislação e Ação Parlamentar.</p>
<p>Inserção do ensino de Economia no Ensino Médio. Formular e executar um Plano de Ação para que haja a inserção do ensino de economia no ensino médio, junto aos órgãos competentes - Corecon-DF.</p>	<p>Encaminhado para a Comissão de Educação.</p>
<p>Criação de ferramentas de trabalho para o exercício profissional dos economistas, como manualização de projetos de viabilidade econômico-financeira - Corecon-DF.</p>	<p>Encaminhado para Comissão de Normas, Legislação e Ação Parlamentar.</p>
<p>Promover ações de fiscalização conjunta com os Regionais de modo a garantir o máximo de cobertura e garantir que os conselhos que não possuam fiscal possam viabilizar ações de fiscalizações. Organizar uma central de treinamento para fiscais. Definir uma política de fiscalização que aponte caminho e soluções para os Corecons que não tenham condições de exercer a fiscalização - Corecon-MA.</p>	<p>Em razão de limitações orçamentárias e financeiras, o capacitação de funcionários do Sistema Cofecon/Corecons foi transferido para o exercício de 2019.</p>

<p>Organizar calendário de eventos do Cofecon (palestras, workshops) que contemple os conselhos de menor porte e transmissão ao vivo por meio de redes sociais - Corecon-MA.</p>	<p>O calendário de eventos do Cofecon está disponível no site. A autarquia já realiza transmissões ao vivo pelas suas redes sociais, com divulgação prévia aos seguidores.</p>
<p>Criação do Prêmio Corecon do Ano, como forma de destacar e difundir as melhores práticas dentro do Sistema - Corecon-MA.</p>	<p>Encaminhado para a Comissão de Planejamento Estratégico, Modernização e Qualidade de Gestão.</p>
<p>Organizar curso de capacitação online de modo a garantir formação continuada para os economistas do Brasil - Corecon-MA.</p>	<p>O assunto está sob responsabilidade da Comissão de Educação.</p>
<p>Proposta de compartilhamento dos custos do novo sistema de contabilidade. O Cofecon deve viabilizar novo sistema de informática para substituir a implanta e os custos sejam repassados a forma de rateio tomando como base o ECV. Os Corecons deverão ser ouvidos sobre o tema. Corecon-ES.</p>	<p>Encaminhado para a Comissão de Planejamento Estratégico, Modernização e Qualidade de Gestão.</p>
<p>Proposta de concurso público para o cargo de fiscal da profissão de economista para atender aos Corecons. O COFECON deverá realizar concurso público para contratação de fiscais a partir da demanda pelos Corecons até o final do semestre. Organizar uma central de treinamento para fiscais. Definir uma política de fiscalização que aponte caminho e soluções para os Corecons que não tenham condições de exercer a fiscalização. - Corecon-ES</p>	<p>O Cofecon não possui previsão para realização de concurso público, seja de âmbito exclusivo deste Cofecon, seja no âmbito do Sistema Cofecon/Corecon.</p>
<p>Editais de concursos públicos para que o campo profissional do Economista seja preservado. O Cofecon exercerá um acompanhamento dos editais de âmbito nacional que contemplem atividades da profissão de economista, garantindo sua participação - Corecon-GO.</p>	<p>A atribuição cabe em primeiro grau aos Conselhos Regionais. No Entanto, o Cofecon auxilia os Corecons que não possuem Setor Jurídico e se coloca à disposição para esclarecer dúvidas sobre os trâmites que devem ser adotados.</p>
<p>Sedes/Espaços físicos para os Corecons e Delegacias. Os presidentes solicitam o apoio do Cofecon, no sentido de que possam obter sede própria para reduzir custos e melhor estabelecer estratégias de trabalho nos respectivos estados - Corecon-MS.</p>	<p>Encaminhado para o GT 1. Estudar a situação financeira e patrimonial dos Conselhos Regionais.</p>

EVENTOS INTERNACIONAIS

a) III CONGRESSO INTERNACIONAL DE GESTÃO ECONÔMICA E DESENVOLVIMENTO

O presidente do Conselho Federal de Economia, Wellington Leonardo da Silva, ministrou conferência maestra sobre o Cenário Político do Brasil no III Congresso Internacional de Gestão Econômica e Desenvolvimento, realizado de 29 de maio a 1 de junho na cidade de Havana, Cuba. Na ocasião, tratou da conjuntura política, econômica e eleitoral do Brasil.

O evento deu especial atenção aos temas relacionados ao papel da Contabilidade Financeira e de Gestão no bom desempenho das organizações, a harmonização das Normas Internacionais de Relato Financeiro; a prática de Auditoria independente e governamental; o desenho e implementação de políticas públicas; a eficiência da administração pública; o papel do cooperativismo no desenvolvimento econômico territorial; Gestão bem-sucedida e experiências de gestão de negócios, com o objetivo de aumentar o impacto da gestão econômica no desenvolvimento sustentável e socialmente responsável.

b) SEMINÁRIO “A AMÉRICA LATINA E O CARIBE DIANTE DO NOVO CONTEXTO INTERNACIONAL. PRINCIPAIS DESAFIOS”

Nos dias 11 a 13 de setembro foi realizado em Havana, Cuba, o seminário “A Economia da América Latina e Caribe diante do novo contexto internacional. Principais desafios”. O evento foi promovido pela Associação de Economistas da América Latina e Caribe (AEALC), da qual o Cofecon é membro, e pela Associação Nacional de Economistas e Contadores de Cuba (ANEC).

O presidente do Cofecon, Wellington Leonardo da Silva, realizou a palestra principal do evento, transmitida pela TV local, na qual tratou da conjuntura política e econômica do Brasil.

EVENTOS NACIONAIS

a) XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DOS CONSELHOS DE ECONOMIA - SINCE

“Crise dos estados, responsabilidade fiscal e retomada do crescimento econômico” foi o tema central do XXVI Simpósio Nacional dos Conselhos de Economia (SINCE). Pela primeira vez, o encontro ocorreu na região Norte e foi organizado pelo Conselho Regional de Economia da 24ª Região – Rondônia, com o apoio do Conselho Federal de Economia. O simpósio ocorreu de 19 a 21 de setembro de 2018, na cidade de Porto Velho. Cerca de 200 economistas prestigiaram o evento.

O Simpósio é, tradicionalmente, dividido em três grupos de trabalho: GT1 – Formação, Aperfeiçoamento Profissional e Mercado de Trabalho do Economista; GT2 – Aperfeiçoamento do Sistema Cofecon/Corecons; e GT3 – Estrutura e Conjuntura Econômica, Política e Social do Brasil.

Entre as propostas do primeiro grupo de trabalho que foram aprovadas por unanimidade estão a criação de projeto de lei para exigir a contratação de economistas nas prefeituras, conselhos fiscais e sociedades de capital aberto, públicos e privados; a exigência de que o economista seja o profissional contratado para tratar de desenvolvimento local e regional, não restringindo sua atuação a questões exclusivamente orçamentárias; e o encaminhamento de portfólio da profissão de economista aos principais órgãos públicos, apresentando informações como campo de atuação, regulamentação e estrutura curricular básica.

No segundo grupo de trabalho, um dos temas de destaque foi a possibilidade de ampliar a plenária do Cofecon, de 18 para 24 conselheiros efetivos e suplentes. Em votação, a proposta de manter a plenária em 18 membros efetivos e suplentes obteve 60 votos favoráveis e 43 contrários.

Durante a plenária final, o terceiro grupo de trabalho apresentou uma proposta de documento sobre conjuntura política econômica para ser discutida com os demais delegados eleitores. Após sugestões e ajustes, foi aprovada a “Carta aberta à sociedade brasileira e aos candidatos à Presidência da República”, disponível no item 7.8 deste Relatório.

Destaque para o Fórum da Mulher Economista, o qual tem ocorrido tradicionalmente nos eventos nacionais do Sistema Cofecon/Corecons. A coordenadora do Grupo de Trabalho Mulher Economista no Cofecon, a vice-presidente Bianca Lopes de Andrade Rodrigues, esteve à frente das discussões sobre “Mulheres Economistas e suas propostas aos presidentiáveis”.

b) XXIV PRÊMIO BRASIL DE ECONOMIA

O Prêmio Brasil de Economia (PBE) é o projeto educativo mais tradicional do Sistema Cofecon/Corecons. Em 2018, o PBE alcançou sua 24ª edição. O projeto premia os melhores trabalhos nas categorias: Livros de economia, Tese de doutorado, Dissertação de mestrado, Artigo Técnico ou Artigo Científico, e Monografia ou Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Ciências Econômicas. Ao todo, foram distribuídos R\$ 26 mil em prêmios nesta edição.

c) 4.2.3 VIII GINCANA NACIONAL DE ECONOMIA

As estudantes Fernanda Almeida de Sousa e Giovanna de Almeida Gonçalves, da Universidade do Estado do Amazonas (UEA) foram as vencedoras da VIII Gincana Nacional de Economia. A competição ocorreu em Porto Velho, nos dias 20 e 21 de setembro, durante o XXVI Simpósio Nacional dos Conselhos de Economia (SINCE). A Gincana é uma iniciativa do Conselho Federal de Economia coordenada pela conselheira federal Denise Kassama Franco do Amaral, que coordena a Comissão de Educação do Cofecon.

Nesta edição, participaram 24 duplas de estudantes, provenientes de 14 estados. A Gincana é um dos principais projetos do Sistema Cofecon/Corecons. A Gincana oferece aos graduandos em Ciências Econômicas a oportunidade de entenderem a conjuntura econômica de um país por meio de uma simulação divertida e inteligente. Propor a compreensão da dinâmica da economia na prática é o propósito central da Gincana.

EVENTOS REGIONAIS

a) ENESUL

O presidente do Cofecon participou, nos dias 24 e 25 de agosto, do XXIII Encontro dos Economistas da Região Sul do país (Enesul) e do II Encontro de Economia, promovidos pelo Conselho Regional de Economia do Rio Grande do Sul (Corecon-RS).

O evento, realizado no Teatro da PUCRS, em Porto Alegre, contou com economistas de renome no cenário nacional e internacional para abordarem temas como a agenda econômica do governo que assumirá o país em 2019, as economias dos três estados da Região Sul, políticas públicas, desenvolvimento econômico e a profissão do economista. Samuel Pessôa, professor da FGV, e Sérgio Gobetti, economista do IPEA, foram os convidados do painel de abertura do evento, que discutiu “Pauta Mínima para 2019”.

Na ocasião, o presidente do Cofecon defendeu que o Brasil tenha um planejamento de desenvolvimento de longo prazo e criticou a falta de interesse de alguns partidos políticos em promover debates sobre a economia nacional. Wellington Leonardo citou livro elaborado pela Anfip e Fenafisco, inspirado nas discussões do Fórum Nacional pela Redução da Desigualdade – iniciativa coordenada pelo Cofecon —, sobre uma reforma tributária progressiva.

b) ENE

Os principais desafios econômicos nordestinos foram objeto de debate do XXX Encontro de Entidades de Economistas do Nordeste (ENE), que reuniu mais de 100 pessoas, entre profissionais e estudantes universitários, em Imperatriz, no Maranhão. O evento ocorreu de 30 de outubro a 1º de novembro de 2018 e foi realizado pelo Conselho Regional de Economia da 15ª Região – Maranhão, com o apoio do Conselho Federal de Economia e de diversos Corecons. Durante três dias de evento, debates com economistas qualificados aprofundaram discussões sobre os principais entraves para a economia nordestina.

5.3 Indicadores de Desempenho

A receita do Conselho Federal de Economia consiste, em sua quase totalidade, no percentual de 20% das anuidades pagas pelos economistas registrados junto ao respectivo Conselho Regional de Economia. O número de Economistas em Condição de Voto (ECV), que são aqueles profissionais ativos e adimplentes, vem caindo desde 2011, com uma redução de 3,48% em relação a 2017 e de 7,95% na comparação com 2012.

Gráfico 1 – Economistas em Condições de Voto



SEÇÃO 6 - ALOCAÇÃO DE RECURSOS E ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

6.1. Declaração dos titulares da Secretaria - Executiva responsável pelo planejamento, pelo orçamento e pela administração



DECLARAÇÃO

Declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações estão alinhadas com a estrutura conceitual exigida pela Decisão Normativa TCU 170/2018 e foram distribuídas de forma a deixar o relatório conciso, claro e objetivo, assegurando sua integridade e credibilidade. Apesar de nem todos os itens previstos na respectiva DN serem aplicáveis a realidade e estrutura administrativa do Conselho Federal de Economia, o relatório foi construído de forma atender aos princípios da publicidade e transparência, facilitando a leitura tanto pelos órgãos de controle, quanto pelos demais entes da sociedade.

Brasília, 30 de maio de 2019.



Econ. Wellington Leonardo da Silva
Presidente de Cofecon



Aline Tales Ferreira
Superintendente em exercício

6.2. Gestão Orçamentária e Financeira

Quadro 6 - Evolução das Receitas e Despesas do Conselho Federal de Economia: 2014 a 2018

	2014	2015	2016	2017	2018
Receita Total	5.078.988,35	5.784.266,81	5.692.797,65	5.475.509,66	6.191.152,49
Despesas Correntes	4.752.064,38	5,574606,83	5.995,210,29	5.460.258,46	5.603.070,67
1. Pessoal e encargos	2.318.303,94	2.567.364,07	2.913.118,92	2.677.319,86	3.019.791,94
2. Manutenção da sede	84.564,11	183.838,78	200.895,06	156.540,22	55.073,63
3. Material de consumo	30.757,77	26.253,47	51.541,01	27.927,50	26.872,37
4. Telefonia, Internet e Correios	155.938,03	130.665,66	170.504,59	298.503,86	78.274,40
5. Manutenção de Programas de Informática	318.860,38	367.843,71	401.368,78	466.373,26	485.225,61
6. Despesas bancárias	83.037,96	115.371,71	55.870,80	14.045,12	11.290,67
7. Diárias	379.503,50	406.290,00	431.105,34	435.086,17	318.997,51
8. Passagens aéreas	394.643,54	459.411,14	460.628,02	229.464,18	366.875,59
9. Serviço Gráfico e Publicidade	196.498,67	354.359,13	340.108,73	330.316,44	246.420,47
10. Assessoria Parlamentar	84.500,00	58.999,92	49.311,22	-	-
11. Despesas com Sessões Plenárias	89.629,43	153.142,21	91.437,07	55.843,54	41.573,78
12. Premiações	68.499,99	72.300,00	97.924,90	53.200,00	53.700,00
13. Transferências para os Regionais	184.170,40	236.927,13	270.081,89	211.196,00	172.588,92
14. Eleição eletrônica (inclui auditoria)	-	229.900,00	202.235,80	74.150,00	74.642,24
15. Impressão de carteira profissional	116.498,74	135.248,88	166.749,29	179.755,40	132.698,00

16. Outras despesas	219.871,92	51.875,68	88.328,04	426.103,08	519.045,54
Saldo Orçamentário Parcial	326.923,97	209.660,01	-302.412,64		
Despesas de capital	15.920,00	601.798,72	272.660,32	239.554,90	1.909,47
17. Obras e Instalações	-	533.735,96	213.459,25	-	-
18. Equipamento e material permanente	15.920,00	68.062,76	59.201,07	239.554,90	1.909,47
Despesa Total	4.767.984,38	6.176.405,55	62.67.870,61	5.699.813,36	5.604.980,14
Saldo Orçamentário Final	311.003,97	-392.138,71	-575.072,96		586.172,35
Resultado Extra Orçamentário	-52.643,93	-4.139,67	-6.321,19		
Saldo Financeiro	2.004.189,10	1.607.910,69	1.026.516,54	945.431,85	1.397.259,89

6.3. Gestão de Pessoas

Quadro 7 - Detalhamento de despesas com pessoal, diárias e passagens: 2012 a 2018

Indicadores	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Pessoal	1.765.744	1.981.940	2.104.384	2.754.272	2.913.118	2.677.319,86	3.019.791,94
Diárias	448.055	379.504	406.290	431.105	435.086	435.086,17	318.997,51
Passagens	486.290	382.957	394.644	459.411	460.628	229.464,18	366.875,59

6.4. Gestão de Licitações e Contratos

O Conselho Federal de Economia está sujeito à legislação que trata das compras públicas, a saber: Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores. Todas as despesas de 2018 foram executadas observando o disposto na legislação pertinente.

Durante o ano, o setor de Compras e Licitações fez a gestão de cerca de 40 contratos, que podem ser acompanhados via internet pelo portal de Acesso à Informação do Cofecon. Além disso, foram realizados os seguintes procedimentos:

- a) Cotação Eletrônica: foram realizadas 9 cotações eletrônicas pelo site www.comprasgovernamentais.gov.br, perfazendo um valor de aproximadamente R\$ 20.000,00. Dispensa de Licitação: no exercício de 2018 foram realizadas 26, nem todas finalizadas, com valor aproximado de R\$ 71.000,00, tratando-se inclusive de contratos que terão suas despesas realizadas durante o ano de 2019.
- b) Inexigibilidade de Licitação: ocorreu devido a necessidade de celebração de novo contrato com o Serviço Federal de Processamento de dados - SERPRO, com valor anual aproximado de R\$ 7.000,00, que permite ao Sistema Cofecon/Corecons realizar consulta de endereços na base da Receita Federal, permitindo e facilitando o trabalho de fiscalização.
- c) Pregão Eletrônico: No total de 4, com valor estimado de R\$ 100.000,00. Cabe ressaltar que as atas de registro de preços garantem ao Cofecon a contratação de serviços ou aquisição de bens dentro do rigor da legislação vigente, mas não necessariamente todos os bens/serviços licitados serão adquiridos. As aquisições acontecem conforme a necessidade da Autarquia.
- d) Além desses processos, o setor manteve a rotina de atualização do Portal da Transparência no tópico Licitações, desmembrado em “Editais e Resultados” e “Contratos Vigentes”.

6.5. Gestão Patrimonial e Infraestrutura

No exercício de 2018 não houve realização da depreciação dos bens, nem amortização e exaustão dos itens do patrimônio, por estarmos em fase de adequação a um novo sistema de controle patrimonial. Tais cálculos serão realizados a partir do exercício de 2019.

Em razão de restrições orçamentárias e financeiras, não foram realizados grandes investimentos de capital no exercício de 2018. Os principais investimentos foram com aquisição de equipamentos de informática e incorporação ao patrimônio de 50 microcomputadores doados pela Procuradoria Geral da República.

6.6. Gestão da Tecnologia da Informação

Em 2018, o setor de Tecnologia da Informação (TI) do Cofecon teve como diretrizes a modernização de seus sistemas e serviços, bem como o suporte no ambiente interno e aos Conselho Regionais, visando alcançar melhores níveis de proatividade a incidentes e melhora da qualidade dos serviços deste Conselho. Destacam-se as seguintes atividades:

1. Obtenção de 50 microcomputadores seminovos, por meio de doações com a Procuradoria Geral da República e o Superior Tribunal de Justiça, proporcionando uma economia de R\$ 170 mil para o Cofecon;
2. Contratação de serviço de backup em nuvem para os arquivos correntes e de banco de dados de sistemas do Cofecon, evitando perdas irreparáveis em casos de desastres locais;
3. Disponibilização de serviços de e-mail marketing para o Cofecon;
4. Configuração de pontos de telefone para todos os colaboradores do Cofecon;
5. Configuração de internet de backup automático, em caso de problemas com o serviço principal de internet, aumentando a disponibilidade deste serviço.
6. Criação de websites como o portal para a Campanha da Redução da Desigualdade Social e a reestruturação completa do portal do Núcleo de Estudos de Economia e Estatísticas;
7. Confecção de Projetos Básicos para contratação de serviços e equipamentos de TI;

- Sistema Contábil para o Cofecon e Corecons (em fase de conclusão);
 - Sistema de eleições eletrônicas (em fase de conclusão);
 - Consultoria para arquitetura de sistema financeiro e cadastral, e para elaboração de jogo para a Gincana Nacional de Economia (em fase de conclusão);
 - Aquisição de computadores para o Corecon-SC;
 - Serviço de suporte a infraestrutura de redes e para central telefônica por Unidade de Serviço de Tecnologia da Informação (em fase de conclusão).
8. Atualização de banco de dados do SISCAF nos Conselhos Regionais;
 9. Relatórios de Portais da Transparência em todo o Sistema Cofecon/Corecons
 10. Atendimentos via e-mail, para suportar sistemas de carteiras e do CNPEF (391 atendimentos);
 11. Apoio no processo das eleições eletrônicas dos Corecons;
 12. Elaboração de certificados, hotspots, e artes diversas;
 13. Construção de portal de teste para educação à distância (cofecon.aprendizagensvirtuais.com.br);
 14. Atendimento de 546 demandas via e-mail (até o dia 19/11/2018), conforme especificado abaixo:
 - 308 – Carteiras profissionais e seu respectivo sistema;
 - 101 – Cadastro Nacional de Peritos em Economia e Finanças, e seu respectivo sistema;
 - 56 – Solicitações diversas dos colaboradores do Cofecon;
 - 7 – Solicitações diversas dos conselheiros do Cofecon;
 - 74 – Solicitações diversas dos Conselhos Regionais.
 15. Disponibilização de software livre de escritório para todos os novos computadores do Cofecon (editor de texto, planilha, apresentações e cliente de e-mail), desonerando o Cofecon de qualquer despesa com software pagos como Microsoft Office;
 16. Instalação de novas câmeras de vigilância para maior segurança da sede do Cofecon;
 17. Disseminação de boas práticas no uso de recursos de TI;
 18. Implementação de backup semanal de conteúdos inseridos no provedor de hospedagem, como sites e sistemas on-line do Cofecon;
 19. Capacitação de profissional em programação na linguagem PHP;
 20. Aquisição de itens de informática, como notebook, ferramentas, novos telefones, câmeras de segurança, dentre outros;
 21. Proposição de aquisição de softwares para auxílio nas atividades do Cofecon:
 - Licença vitalícia para aplicativo de acesso remoto, para auxílio de demandas em computadores à distância;
 - Licença para aplicativos de edição de imagens e de vídeo, por meio do Adobe Creative Cloud;
 - Licença vitalícia para aplicativo editor de imagens gráficas (Corel Draw) para confecção de certificados diversos;
 - Licença vitalícia para aplicativo gerenciador de banco de dados para confecção de etiquetas e malas diretas (Microsoft Access);
 22. Suporte diverso à infraestrutura de rede, central telefônica e a estações de trabalho dos colaboradores do Cofecon.

6.7. Gestão dos Custos

A receita do Conselho Federal de Economia consiste, em sua quase totalidade, no percentual de 20% das anuidades pagas pelos economistas registrados junto ao respectivo Conselho Regional de Economia.

No exercício de 2018 não houve a gestão dos recursos através de centros de custos, porém todas as despesas foram realizadas em estrita observância dos objetivos estratégicos da Autarquia.

Destaca-se que o Cofecon atende os requisitos de conformidade legal previstos na Lei Complementar 101/2000, artigo 50, parágrafo 3º.

Quadro 8 - Detalhamento do percentual de despesas por grupo

Discriminação	Somatório por Grupo	Percentual da Despesa
Despesas com pessoal	2.748.740,80	49%
Material de consumo	26.872,37	0,48%
Serviços terceiros	2.336.175,18	42%
Despesas exercícios anteriores	318.693,40	6%
Transferências correntes	172.588,92	3%
Despesas de capital	1.909,47	0,03%
Total	5.604.980,14	100%

6.8. Sustentabilidade Ambiental

Por meio do Grupo de Trabalho Responsabilidade Social e Economia Solidária, foram realizados estudos para implantar programas de responsabilidade social e economia solidária no Sistema Cofecon/Corecons, de modo que suas ações impactem na sociedade de forma positiva.

De imediato, foram adotadas ações internas para a o reaproveitamento de papéis e resíduos de informática como cabos, pilha, baterias e afins, por meio de parcerias com cooperativas do Distrito Federal.

SEÇÃO 7 – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

7.1. Declaração do Contador



DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL

Declaro que os demonstrativos contábeis Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração de Variações Patrimoniais, previstos na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial do Conselho Federal de Economia no exercício de 2018.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Brasília, 30 de maio de 2019.


José Luiz Pereira Barboza
Contador
CRC RJ 07.1228/O-4 T-DF



7.2. Balanço Orçamentário

Conselho Federal de Economia - COFECON
CNPJ: 33.758.053/0001-25 - Siscontw - v. 2.0.56.00




Página : 1
Período: Janeiro / 2018 a Dezembro / 2018

Balanço Orçamentário

Contas	Previsão	Execução	Diferença	Contas	Fixação	Execução	Diferença
RECEITAS CORRENTES	6.678.505,46	6.191.152,49	(487.352,97)	DESPEAS CORRENTES	6.852.505,46	5.603.070,67	(1.249.434,79)
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	DESPEAS DE CUSTEIO	6.620.505,46	5.412.823,55	(1.207.681,91)
RECEITA PATRIMONIAL	200.000,00	137.079,28	(62.920,72)	TRANSFERENCIAS CORRENTES	232.000,00	190.247,12	(41.752,88)
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	5.950.000,00	5.588.783,28	(361.216,72)				
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	528.505,46	465.289,93	(63.215,53)				
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	DESPEAS DE CAPITAL	80.000,00	1.909,47	(78.090,53)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	INVESTIMENTOS	80.000,00	1.909,47	(78.090,53)
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00				
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00				
CRÉDITO ADICIONAL	0,00	0,00	0,00				
SUBTOTALS	6.678.505,46	6.191.152,49	(487.352,97)	SUBTOTALS	6.932.505,46	5.604.980,14	(1.327.525,32)
DÉFICIT	254.000,00	0,00	(254.000,00)	SUPERÁVIT	0,00	588.172,35	588.172,35
TOTALS	6.932.505,46	6.191.152,49	(741.352,97)	TOTALS	6.932.505,46	6.191.152,49	(741.352,97)

BRASILIA, 31 de dezembro de 2018


Econ. Wellington Leonardo da Silva
Presidente
CPF: 547.516.167-49


José Luiz Pereira Barboza
Tec. Contabilidade
CPF: 994.217.887-44


7.3. Balanço Patrimonial


Conselho Federal de Economia - COFECON
CNPJ: 33.758.053/0001-25 - Siscontw - v. 2.0.56.00

Página : 1
Período: Dezembro / 2018

Balanço Patrimonial		Balanço Patrimonial	
Ativo		Passivo	
ATIVO FINANCEIRO	1.543.516,52	PASSIVO FINANCEIRO	171.610,63
DISPONÍVEL	32.187,68	DÍVIDA FLUTUANTE	171.610,63
CAIXA	0,00	RESTOS A PAGAR	66.087,93
BANCOS-C/MOVIMENTO	1.822,46	SERVIÇO DA DÍVIDA A PAGAR	0,00
BANCOS-C/ARRECADÇÃO	30.365,22	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	0,00
DISPONIBILIDADE EM TRÁNSITO	0,00	CONSIGNAÇÕES	57.297,24
RESPONSÁVEL POR SUPRIMENTO	0,00	CREDORES DA ENTIDADE	0,00
DISPONÍVEL VINCULADO EM C/C BANCÁRIA	1.365.072,21	ENTIDADES PÚBLICAS CREDORAS	48.225,48
BANCOS-C/VINCULADA APLIC. EM CADERNETA DE POUPANÇA	4.443,50	RESULTADO PENDENTE	0,00
BANCOS-C/VINCULADA A APLICAÇÕES FINANCEIRAS	1.360.628,71	DESPESAS DE PESSOAL A PAGAR	0,00
REALIZÁVEL	106.508,82	DESPESAS DE SUPRIMENTO A COMPROVAR	0,00
DIVERSOS RESPONSÁVEIS	0,00	DESPESAS IRREGULARES	0,00
DEVEDORES DA ENTIDADE	0,00		
ENTIDADES PÚBLICAS DEVEDORAS	50.000,00		
TÍTULOS FEDERAIS	0,00		
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	58.508,82		
RESULTADO PENDENTE	37.747,81		
DESPESAS A REGULARIZAR	0,00		
DEPOSITOS JUDICIAIS	37.747,81		
ATIVO PERMANENTE	1.788.745,78	PASSIVO PERMANENTE	0,00
BENS PATRIMONIAIS	1.788.745,78	DÍVIDA FUNDADA	0,00
BENS MÓVEIS	759.361,69	Dívida Fundada	0,00
BENS IMÓVEIS	1.029.384,09		
BENS INTANGÍVEIS	0,00		
CRÉDITOS	0,00		
Dívida Ativa	0,00		
VALORES	0,00		
TÍTULOS DE EMPRESAS ESTATAIS	0,00		
TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA	0,00		
ALMOXARIFADOS	0,00		
OUTROS VALORES	0,00		
SOMA DO ATIVO REAL	3.332.262,30	SOMA DO PASSIVO REAL	171.610,63
SALDO PATRIMONIAL		SALDO PATRIMONIAL	
PATRIMONIO (Passivo Real a Descoberto)		PATRIMONIO (Ativo Real Líquido)	3.160.651,67
Total:	3.332.262,30	Total:	3.332.262,30

BRASILIA, 31 de dezembro de 2018


Econ. Wellington Leonardo da Silva
Presidente
CPF: 547.516.167-49


José Luiz Pereira Barboza
Tec. Contabilidade
CPF: 994.217.807-44

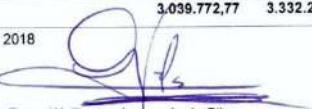


Balancço Patrimonial Comparado							
Ativo	Dez / 2017	Dez / 2018	Variacão	Passivo	Dez / 2017	Dez / 2018	Variacão
ATIVO FINANCEIRO	1.041.970,74	1.543.516,52	501.645,78+	PASSIVO FINANCEIRO	256.137,20	171.610,63	84.526,57 -
DISPONIVEL	14.151,95	32.167,98	18.035,73+	DIVIDA FLUTUANTE	256.137,20	171.610,63	84.526,57 -
CAIXA	0,00	0,00	0,00	RESTOS A PAGAR	159.275,77	66.087,93	93.187,84 -
BANCOS-C/MOVIMENTO	0,00	1.822,46	1.822,46+	SERVICO DA DIVIDA A PAGAR	0,00	0,00	0,00
BANCOS-C/ARRECADACAO	14.151,95	30.365,22	16.213,27+	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	0,00	0,00	0,00
DISPONIBILIDADE EM TRANSITO	0,00	0,00	0,00	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	0,00	0,00	0,00
RESPONSAVEL POR SUPRIMENTO	0,00	0,00	0,00	CONSIGNACOES	53.385,96	57.297,24	3.911,28+
DISPONIVEL VINCULADO EM C/C BANCARIA	931.279,90	1.365.072,21	433.792,31+	CREDORES DA ENTIDADE	0,00	0,00	0,00
BANCOS-C/VINCULADA APLIC. EM CADERNETA DE	4.185,34	4.443,50	258,16+	ENTIDADES PUBLICAS CREDORAS	43.475,47	48.225,46	4.749,99+
BANCOS-C/VINCULADA A APLICACOES FINANCEIRAS	927.094,56	1.360.628,71	433.534,15+	RESULTADO PENDENTE	0,00	0,00	0,00
REALIZAVEL	71.369,37	108.508,82	37.139,45+	DESPESAS DE PESSOAL A PAGAR	0,00	0,00	0,00
DIVERSOS RESPONSAVEIS	0,00	0,00	0,00	DESPESAS DE SUPRIMENTO A COMPROVAR	0,00	0,00	0,00
Suprimento de Fundos	0,00	0,00	0,00	DESPESAS IRREGULARES	0,00	0,00	0,00
Desfalques ou Desvios	0,00	0,00	0,00	Sem ou Além do Crédito	0,00	0,00	0,00
Comprovação Irregular	0,00	0,00	0,00	Por Falta de Empenho	0,00	0,00	0,00
Responsabilidade em Apuração	0,00	0,00	0,00	Por Classificação Imprópria	0,00	0,00	0,00
DEVEDORES DA ENTIDADE	0,00	0,00	0,00	Por Comprovação Irregular	0,00	0,00	0,00
ENTIDADES PUBLICAS DEVEDORAS	41.168,61	50.000,00	8.831,39+	Sem Comprovação	0,00	0,00	0,00
Corecon - 3ª - PE	0,00	0,00	0,00	Por falta de Licitação	0,00	0,00	0,00
Corecon - 8ª - CE	0,00	0,00	0,00				
Corecon - 9ª - PA	0,00	0,00	0,00				
Corecon - 19ª - RN	0,00	0,00	0,00				
Corecon - 24ª - RO	0,00	0,00	0,00				
Corecon - AP	0,00	0,00	0,00				
Corecon - RR	0,00	0,00	0,00				
TITULOS FEDERAIS	0,00	0,00	0,00				
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	30.200,76	58.508,82	28.308,06+				
RESULTADO PENDENTE	25.069,52	37.747,81	12.678,29+				
DESPESAS A REGULARIZAR	0,00	0,00	0,00				
DEPOSITOS JUDICIAIS	25.069,52	37.747,81	12.678,29+				
ATIVO PERMANENTE	1.997.902,03	1.788.745,78	209.156,25 -	PASSIVO PERMANENTE	0,00	0,00	0,00
BENS PATRIMONIAIS	1.997.902,03	1.788.745,78	209.156,25 -	DIVIDA FUNDADA	0,00	0,00	0,00
BENS MOVEIS	968.517,94	759.361,69	209.156,25 -	Divida Fundada	0,00	0,00	0,00
BENS IMOVEIS	1.029.384,09	1.029.384,09	0,00				
BENS INTANGIVEIS	0,00	0,00	0,00				
CRÉDITOS	0,00	0,00	0,00				
Divida Ativa	0,00	0,00	0,00				
VALORES	0,00	0,00	0,00				
TITULOS DE EMPRESAS ESTATAIS	0,00	0,00	0,00				
TITULOS DA DIVIDA PUBLICA	0,00	0,00	0,00				
ALMOXARIFADOS	0,00	0,00	0,00				
OUTROS VALORES	0,00	0,00	0,00				
SOMA DO ATIVO REAL	3.039.772,77	3.332.262,30	292.489,53+	SOMA DO PASSIVO REAL	256.137,20	171.610,63	84.526,57 -
SALDO PATRIMONIAL				SALDO PATRIMONIAL			



Balancço Patrimonial Comparado							
Ativo	Dez / 2017	Dez / 2018	Variacão	Passivo	Dez / 2017	Dez / 2018	Variacão
PATRIMONIO (Passivo Real a Descoberto)				PATRIMONIO (Ativo Real Líquido)	2.793.635,57	3.160.651,67	377.016,10 +
Total:	3.039.772,77	3.332.262,30	292.489,53+	Total:	3.039.772,77	3.332.262,30	292.489,53+

BRASILIA, 31 de dezembro de 2018


Econ. Wellington Leonardo da Silva
Presidente
CPF: 547.516.167-49


José Luiz Pereira Barboza
Tec. Contabilidade
CPF: 994.217.807-44

7.4. Balanço Financeiro

Conselho Federal de Economia - COFECON

Página : 1

CNPJ: 33.758.053/0001-25 - Siscontw - v. 2.0.56.00 Período: Janeiro / 2018 a Dezembro / 2018

Balanço Financeiro

Receita		Despesa	
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	6.191.152,49	DESPESA ORÇAMENTÁRIA	5.604.980,14
RECEITAS CORRENTES	6.191.152,49	DESPESAS CORRENTES	5.603.070,67
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	0,00	DESPESAS DE CUSTEIO	5.412.823,55
RECEITA PATRIMONIAL	137.079,28	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	190.247,12
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	5.588.783,28	DESPESAS DE CAPITAL	1.909,47
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	465.289,93	INVESTIMENTOS	1.909,47
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00		
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00		
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00		
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00		
CRÉDITO ADICIONAL	0,00		
RECEITA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	5.006.493,29	DESPESA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	5.140.837,60
DIVERSOS RESPONSÁVEIS	0,00	DIVERSOS RESPONSÁVEIS	0,00
DEVEDORES DA ENTIDADE	0,00	DEVEDORES DA ENTIDADE	0,00
ENTIDADES PÚBLICAS DEVEDORAS	53.606,97	ENTIDADES PÚBLICAS DEVEDORAS	62.438,36
TÍTULOS FEDERAIS	0,00	TÍTULOS FEDERAIS	0,00
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	302.866,58	ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	331.174,64
DESPESAS A REGULARIZAR	0,00	DESPESAS A REGULARIZAR	0,00
DEPOSITOS JUDICIAIS	0,00	DEPOSITOS JUDICIAIS	12.678,29
RESTOS A PAGAR	66.087,93	RESTOS A PAGAR	159.275,77
SERVIÇO DA DÍVIDA A PAGAR	0,00	SERVIÇO DA DÍVIDA A PAGAR	0,00
DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	0,00	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	0,00
CONSIGNAÇÕES	466.342,82	CONSIGNAÇÕES	462.431,54
CREDORES DA ENTIDADE	0,00	CREDORES DA ENTIDADE	0,00
ENTIDADES PÚBLICAS CREDORAS	48.225,46	ENTIDADES PÚBLICAS CREDORAS	43.475,47
DESPESAS DE PESSOAL A PAGAR	4.069.363,53	DESPESAS DE PESSOAL A PAGAR	4.069.363,53
DESPESAS DE SUPRIMENTO A COMPROVAR	0,00	DESPESAS DE SUPRIMENTO A COMPROVAR	0,00
DESPESAS IRREGULARES	0,00	DESPESAS IRREGULARES	0,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	0,00	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	0,00
RECEITA NÃO CLASSIFICADA	0,00	RECEITA NÃO CLASSIFICADA	0,00
PARCELA DE CONVERSÃO MONETÁRIA	0,00	PARCELA DE CONVERSÃO MONETÁRIA	0,00
SALDOS DO EXERCÍCIO ANTERIOR	945.431,85	SALDOS PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	1.397.259,89
CAIXA	0,00	CAIXA	0,00
BANCOS-C/MOVIMENTO	0,00	BANCOS-C/MOVIMENTO	1.822,46
BANCOS-C/ARRECADADO	14.151,95	BANCOS-C/ARRECADADO	30.365,22
DISPONIBILIDADE EM TRÂNSITO	0,00	DISPONIBILIDADE EM TRÂNSITO	0,00
RESPONSÁVEL POR SUPRIMENTO	0,00	RESPONSÁVEL POR SUPRIMENTO	0,00
BANCOS-C/VINCULADA APLIC. EM CADERNETA DE	4.185,34	BANCOS-C/VINCULADA APLIC. EM CADERNETA DE	4.443,50
BANCOS-C/VINCULADA A APLICAÇÕES FINANCEIRAS	927.094,56	BANCOS-C/VINCULADA A APLICAÇÕES FINANCEIRAS	1.360.628,71
Total:	12.143.077,63	Total:	12.143.077,63



BRASILIA, 31 de dezembro de 2018

Econ. Wellington Leonardo da Silva
Presidente
CPF: 547.516.167-49

José Luiz Pereira Barboza
Tec. Contabilidade
CPF: 994.217.807-44

7.5. Comparativo da Receita Orçada com Arrecadada 2018

Conselho Federal de Economia - COFECON

CNPJ: 33.758.053/0001-25 - Siscontw - v. 2.0.56.00

Página : 1

Período: 01/01/2018 a 31/12/2018

Comparativo da Receita Orçada com Arrecadada

Receita	Orçada	Arrec. Per.	Exercício	Diferença
1.0.00.00 - RECEITAS CORRENTES	6.678.505,46 -	6.191.152,49 -	6.191.152,49 -	487.352,97 -
1.3.00.00 - RECEITA PATRIMONIAL	200.000,00 -	137.079,28 -	137.079,28 -	62.920,72 -
1.3.10.00 - RECEITAS IMOBILIÁRIAS	3.000,00 -	0,00	0,00	3.000,00 -
1.3.20.00 - RECEITA DE VALORES MOBILIÁRIOS	197.000,00 -	137.079,28 -	137.079,28 -	59.920,72 -
1.3.20.04 - Caderneta de Poupança	2.000,00 -	258,16 -	258,16 -	1.741,84 -
1.3.20.05 - Títulos de Renda - CDB	195.000,00 -	136.821,12 -	136.821,12 -	58.178,88 -
1.7.00.00 - TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	5.950.000,00 -	5.588.783,28 -	5.588.783,28 -	361.216,72 -
1.7.10.00 - TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	5.950.000,00 -	5.588.783,28 -	5.588.783,28 -	361.216,72 -
1.7.10.01 - Contr. p/ Desenvolvimento das Atividades	5.780.000,00 -	5.510.191,77 -	5.510.191,77 -	269.808,23 -
1.7.10.01.01 - Corecon 1ª Região - RJ	1.450.000,00 -	23.352,59 -	23.352,59 -	1.426.647,41 -
1.7.10.01.02 - Corecon 2ª Região - SP	1.900.000,00 -	40.960,54 -	40.960,54 -	1.859.039,46 -
1.7.10.01.03 - Corecon 3ª Região - PE	95.000,00 -	11.714,57 -	11.714,57 -	83.285,43 -
1.7.10.01.04 - Corecon 4ª Região - RS	300.000,00 -	33.116,86 -	33.116,86 -	266.883,14 -
1.7.10.01.05 - Corecon 5ª Região - BA	190.000,00 -	16.951,59 -	16.951,59 -	173.048,41 -
1.7.10.01.06 - Corecon 6ª Região - PR	260.000,00 -	28.556,06 -	28.556,06 -	231.443,94 -
1.7.10.01.07 - Corecon 7ª Região - SC	95.000,00 -	6.104,66 -	6.104,66 -	88.895,34 -
1.7.10.01.08 - Corecon 8ª Região - CE	70.000,00 -	3.745,48 -	3.745,48 -	66.254,52 -
1.7.10.01.09 - Corecon 9ª Região - PA	130.000,00 -	1.717,02 -	1.717,02 -	128.282,98 -
1.7.10.01.10 - Corecon 10ª Região - MG	350.000,00 -	11.333,84 -	11.333,84 -	338.666,16 -
1.7.10.01.11 - Corecon 11ª Região - DF	210.000,00 -	7.872,42 -	7.872,42 -	202.127,58 -
1.7.10.01.12 - Corecon 12ª Região - AL	40.000,00 -	2.132,58 -	2.132,58 -	37.867,42 -
1.7.10.01.13 - Corecon 13ª Região - AM	120.000,00 -	11.681,14 -	11.681,14 -	108.318,86 -
1.7.10.01.14 - Corecon 14ª Região - MT	35.000,00 -	3.813,33 -	3.813,33 -	31.186,67 -
1.7.10.01.15 - Corecon 15ª Região - MA	50.000,00 -	1.482,58 -	1.482,58 -	48.517,42 -
1.7.10.01.16 - Corecon 16ª Região - SE	40.000,00 -	1.266,13 -	1.266,13 -	38.733,87 -
1.7.10.01.17 - Corecon 17ª Região - ES	55.000,00 -	5.885,51 -	5.885,51 -	49.114,49 -
1.7.10.01.18 - Corecon 18ª Região - GO	95.000,00 -	4.417,88 -	4.417,88 -	90.582,12 -
1.7.10.01.19 - Corecon 19ª Região - RN	55.000,00 -	78.202,42 -	78.202,42 -	23.202,42+
1.7.10.01.20 - Corecon 20ª Região - MS	60.000,00 -	5.582,70 -	5.582,70 -	54.417,30 -
1.7.10.01.21 - Corecon 21ª Região - PB	45.000,00 -	3.425,95 -	3.425,95 -	41.574,05 -
1.7.10.01.22 - Corecon 22ª Região - PI	45.000,00 -	1.699,16 -	1.699,16 -	43.300,84 -
1.7.10.01.23 - Corecon 23ª Região - AC	20.000,00 -	801,97 -	801,97 -	19.198,03 -
1.7.10.01.24 - Corecon 24ª Região - RO	25.000,00 -	2.856,83 -	2.856,83 -	22.143,17 -
1.7.10.01.25 - Corecon 25ª Região - TO	25.000,00 -	835,81 -	835,81 -	24.164,19 -
1.7.10.01.27 - Corecon 27ª Região - RR	20.000,00 -	812,70 -	812,70 -	19.187,30 -
1.7.10.01.99 - Transferências Corecon,s	0,00	5.199.869,44 -	5.199.869,44 -	5.199.869,44+
1.7.10.03 - TRANSFERÊNCIAS	170.000,00 -	78.591,51 -	78.591,51 -	91.408,49 -
1.9.00.00 - OUTRAS RECEITAS CORRENTES	528.505,46 -	465.289,93 -	465.289,93 -	63.215,53 -
1.9.90.00 - RECEITAS DIVERSAS	528.505,46 -	465.289,93 -	465.289,93 -	63.215,53 -
Total:	6.678.505,46 -	6.191.152,49 -	6.191.152,49 -	487.352,97 -

BRASILIA, 31 de dezembro de 2018

Econ. Wellington Leonardo da Silva
Presidente
CPF: 547.516.167-49

José Luiz Pereira Barboza
Tec. Contabilidade
CPF: 994.217.807-44



7.6. Comparativo da Receita Orçada com Arrecadada 2017

Conselho Federal de Economia - COFECON
CNPJ: 33.758.053/0001-25 - Siscontw - v. 2.0.56.00



Página: 1

Período: 01/01/2017 a 31/12/2017

Comparativo da Receita Orçada com Arrecadada

Receita	Orçada	Arrec. Per.	Exercício	Diferença
1.0.00.00 - RECEITAS CORRENTES	6.600.000,00 -	5.475.509,66 -	5.475.509,66 -	1.124.490,34 -
1.3.00.00 - RECEITA PATRIMONIAL	262.640,00 -	106.629,16 -	106.629,16 -	156.010,84 -
1.3.10.00 - RECEITAS IMOBILIÁRIAS	0,00 -	1.650,00 -	1.650,00 -	1.650,00+
1.3.20.00 - RECEITA DE VALORES MOBILIÁRIOS	262.640,00 -	104.979,16 -	104.979,16 -	157.660,84 -
1.3.20.04 - Caderneta de Poupança	1.000,00 -	2.023,63 -	2.023,63 -	1.023,63+
1.3.20.05 - Títulos de Renda - CDB	261.640,00 -	102.955,53 -	102.955,53 -	158.684,47 -
1.7.00.00 - TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	5.847.636,00 -	5.272.239,21 -	5.272.239,21 -	575.396,79 -
1.7.10.00 - TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	5.847.636,00 -	5.272.239,21 -	5.272.239,21 -	575.396,79 -
1.7.10.01 - Contr. p/ Desenvolvimento das Atividades	5.638.000,00 -	5.055.245,10 -	5.055.245,10 -	582.754,90 -
1.7.10.01.01 - Corecon 1ª Região - RJ	1.140.000,00 -	960.811,37 -	960.811,37 -	179.188,63 -
1.7.10.01.02 - Corecon 2ª Região - SP	0,00 -	1.447.325,59 -	1.447.325,59 -	1.447.325,59+
1.7.10.01.03 - Corecon 3ª Região - PE	0,00 -	17.107,79 -	17.107,79 -	17.107,79+
1.7.10.01.04 - Corecon 4ª Região - RS	0,00 -	17.058,89 -	17.058,89 -	17.058,89+
1.7.10.01.05 - Corecon 5ª Região - BA	0,00 -	42.724,71 -	42.724,71 -	42.724,71+
1.7.10.01.06 - Corecon 6ª Região - PR	0,00 -	26.736,86 -	26.736,86 -	26.736,86+
1.7.10.01.07 - Corecon 7ª Região - SC	0,00 -	5.292,42 -	5.292,42 -	5.292,42+
1.7.10.01.08 - Corecon 8ª Região - CE	0,00 -	4.151,12 -	4.151,12 -	4.151,12+
1.7.10.01.09 - Corecon 9ª Região - PA	0,00 -	21.324,96 -	21.324,96 -	21.324,96+
1.7.10.01.10 - Corecon 10ª Região - MG	0,00 -	26.491,70 -	26.491,70 -	26.491,70+
1.7.10.01.11 - Corecon 11ª Região - DF	0,00 -	14.823,97 -	14.823,97 -	14.823,97+
1.7.10.01.12 - Corecon 12ª Região - AL	0,00 -	1.841,28 -	1.841,28 -	1.841,28+
1.7.10.01.13 - Corecon 13ª Região - AM	0,00 -	4.110,75 -	4.110,75 -	4.110,75+
1.7.10.01.14 - Corecon 14ª Região - MT	0,00 -	8.832,31 -	8.832,31 -	8.832,31+
1.7.10.01.15 - Corecon 15ª Região - MA	0,00 -	4.162,10 -	4.162,10 -	4.162,10+
1.7.10.01.16 - Corecon 16ª Região - SE	0,00 -	1.389,78 -	1.389,78 -	1.389,78+
1.7.10.01.17 - Corecon 17ª Região - ES	0,00 -	1.997,18 -	1.997,18 -	1.997,18+
1.7.10.01.18 - Corecon 18ª Região - GO	0,00 -	27.080,46 -	27.080,46 -	27.080,46+
1.7.10.01.19 - Corecon 19ª Região - RN	80.000,00 -	58.963,82 -	58.963,82 -	21.036,18 -
1.7.10.01.20 - Corecon 20ª Região - MS	0,00 -	7.160,59 -	7.160,59 -	7.160,59+
1.7.10.01.21 - Corecon 21ª Região - PB	0,00 -	4.239,23 -	4.239,23 -	4.239,23+
1.7.10.01.22 - Corecon 22ª Região - PI	0,00 -	2.146,40 -	2.146,40 -	2.146,40+
1.7.10.01.23 - Corecon 23ª Região - AC	0,00 -	602,55 -	602,55 -	602,55+
1.7.10.01.24 - Corecon 24ª Região - RO	0,00 -	2.345,97 -	2.345,97 -	2.345,97+
1.7.10.01.25 - Corecon 25ª Região - TO	0,00 -	3.364,42 -	3.364,42 -	3.364,42+
1.7.10.01.27 - Corecon 27ª Região - RR	0,00 -	136,89 -	136,89 -	136,89+
1.7.10.01.99 - Transferências Corecon,s	4.418.000,00 -	2.343.021,97 -	2.343.021,97 -	2.074.978,03 -
1.7.10.03 - TRANSFERÊNCIAS	209.636,00 -	216.994,11 -	216.994,11 -	7.358,11+
1.9.00.00 - OUTRAS RECEITAS CORRENTES	489.724,00 -	96.641,29 -	96.641,29 -	393.082,71 -
1.9.20.00 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0,00 -	7.651,04 -	7.651,04 -	7.651,04+
1.9.90.00 - RECEITAS DIVERSAS	489.724,00 -	88.990,25 -	88.990,25 -	400.733,75 -
Total:	6.600.000,00 -	5.475.509,66 -	5.475.509,66 -	1.124.490,34 -

BRASILIA, 31 de dezembro de 2017.

Econ. Júlio Miragaya
Presidente
CPF: 411.815.737-34

José Luiz Pereira Barboza
Tec. Contabilidade
CPF: 994.217.807-44

7.7. Comparativo da Despesa Orçada com Arrecadada 2018

Conselho Federal de Economia - COFECON

CNPJ: 33.758.053/0001-25 - Siscontw - v. 2.0.56.00

Página : 1

Período: 01/01/2018 a 31/12/2018

Comparativo da Despesa Autorizada com Realizada

Despesa	Orçada	Exec. Per.	Exercício	Diferença
3.0.00.00 - DESPESAS CORRENTES	6.598.505,46+	5.603.070,67+	5.603.070,67+	995.434,79+
3.1.00.00 - DESPESAS DE CUSTEIO	6.366.505,46+	5.412.823,55+	5.412.823,55+	953.681,91+
3.1.10.00 - DESPESAS DE PESSOAL	3.538.000,00+	2.878.543,87+	2.878.543,87+	659.456,13+
3.1.10.10 - VENCIMENTOS E VANTAGENS	2.204.000,00+	1.681.150,01+	1.681.150,01+	522.849,99+
3.1.10.10.01 - Salários	1.450.000,00+	1.131.138,01+	1.131.138,01+	318.861,99+
3.1.10.10.02 - 13º Salário	187.000,00+	136.043,62+	136.043,62+	50.956,38+
3.1.10.10.04 - Gratificações de Função	377.000,00+	280.829,15+	280.829,15+	96.170,85+
3.1.10.10.05 - Anuênio - ATS	130.000,00+	95.922,60+	95.922,60+	34.077,40+
3.1.10.10.06 - Abono Constitucional de Férias	60.000,00+	37.216,63+	37.216,63+	22.783,37+
3.1.10.20 - DESPESAS VARIÁVEIS	724.000,00+	678.288,28+	678.288,28+	45.711,72+
3.1.10.20.01 - Abono Pecuniário de Férias	35.000,00+	29.890,69+	29.890,69+	5.109,31+
3.1.10.20.02 - Diárias de Funcionários	30.000,00+	22.125,00+	22.125,00+	7.875,00+
3.1.10.20.03 - Diárias de Conselheiros Efetivos e Suplentes	297.000,00+	290.332,51+	290.332,51+	6.667,49+
3.1.10.20.04 - Diárias de Presidentes e Convidados	70.000,00+	65.400,00+	65.400,00+	4.600,00+
3.1.10.20.05 - Gratificação p/ Serv. Extraordinário (Hora Extra)	12.000,00+	10.894,56+	10.894,56+	1.105,44+
3.1.10.20.06 - Vale Transporte	45.000,00+	41.426,86+	41.426,86+	3.573,14+
3.1.10.20.07 - Vale Refeição	215.000,00+	208.943,16+	208.943,16+	6.056,84+
3.1.10.20.08 - Auxílio Creche	10.000,00+	6.820,30+	6.820,30+	3.179,70+
3.1.10.20.09 - Auxílio Educação	5.000,00+	0,00	0,00	5.000,00+
3.1.10.20.09.01 - Graduação	4.000,00+	0,00	0,00	4.000,00+
3.1.10.20.09.02 - Pós-Graduação	1.000,00+	0,00	0,00	1.000,00+
3.1.10.20.99 - Outras Despesas Variáveis	5.000,00+	2.455,20+	2.455,20+	2.544,80+
3.1.10.30 - OBRIGACÕES PATRONAIS	610.000,00+	519.105,58+	519.105,58+	90.894,42+
3.1.10.30.01 - I.N.S.S.	410.000,00+	376.548,57+	376.548,57+	33.451,43+
3.1.10.30.02 - F.G.T.S	200.000,00+	142.557,01+	142.557,01+	57.442,99+
3.1.20.00 - MATERIAL DE CONSUMO	61.000,00+	26.872,37+	26.872,37+	34.127,63+
3.1.20.01 - Artigos de Expediente, Copa e Cozinha	25.000,00+	11.821,50+	11.821,50+	13.178,50+
3.1.20.02 - Artigos de Higiene e Conservação	3.000,00+	0,00	0,00	3.000,00+
3.1.20.03 - Material Acessório p/ Máq. Apar. e Móveis	5.000,00+	587,40+	587,40+	4.412,60+
3.1.20.07 - Material para homengens,doação e bindes.	5.000,00+	1.876,00+	1.876,00+	3.124,00+
3.1.20.09 - Material de Informática	20.000,00+	10.442,07+	10.442,07+	9.557,93+
3.1.20.99 - Outros Materiais de Consumo	3.000,00+	2.145,40+	2.145,40+	854,60+
3.1.30.00 - SERVIÇO DE TERCEIROS EM GERAL	2.395.811,96+	2.188.713,82+	2.188.713,82+	207.098,14+
3.1.30.01 - SERVIÇOS PESSOAIS	75.000,00+	72.153,90+	72.153,90+	2.846,10+
3.1.30.01.01 - Bolsa/Estágio	75.000,00+	72.153,90+	72.153,90+	2.846,10+
3.1.30.02 - SERVIÇOS DE TERCEIROS	2.263.811,96+	2.062.859,92+	2.062.859,92+	200.952,04+
3.1.30.02.01 - Transporte de Encomendas e Cargas	2.000,00+	1.408,30+	1.408,30+	591,70+
3.1.30.02.02 - Transporte de Pessoal e Suas Bagagens	390.000,00+	368.731,86+	368.731,86+	21.268,14+
3.1.30.02.02.01 - Passagens Aéreas	388.000,00+	366.875,59+	366.875,59+	21.124,41+
3.1.30.02.02.02 - Transporte Terrestre (Táxi, ônibus)	2.000,00+	1.856,27+	1.856,27+	143,73+
3.1.30.02.03 - Assinaturas de Periódicos e Técnicos	1.000,00+	680,00+	680,00+	320,00+
3.1.30.02.04 - Fornecimento de Energia Elétrica e Gás	40.000,00+	37.072,80+	37.072,80+	2.927,20+
3.1.30.02.05 - Conservação de Bens Móveis e Imóveis	57.000,00+	55.073,63+	55.073,63+	1.926,37+
3.1.30.02.06 - DIVULGAÇÃO/PUBLICIDADE	494.811,96+	426.208,34+	426.208,34+	68.603,62+
3.1.30.02.06.01 - Impressão de Carteira Profissional e Outros	135.000,00+	132.698,00+	132.698,00+	2.302,00+
3.1.30.02.06.02 - Publicação (Imprensa Nacional)	50.000,00+	47.089,87+	47.089,87+	2.910,13+
3.1.30.02.06.03 - Serviços Graficos	209.811,96+	147.045,20+	147.045,20+	62.766,76+
3.1.30.02.06.04 - Publicidade e Marketing	100.000,00+	99.375,27+	99.375,27+	624,73+
3.1.30.02.07 - Serviço de Assistência a Saúde	3.000,00+	2.090,00+	2.090,00+	910,00+
3.1.30.02.08 - Serviço de Comunicação em Geral	95.000,00+	78.274,40+	78.274,40+	16.725,60+
3.1.30.02.08.01 - Telefone Fixo	5.000,00+	187,99+	187,99+	4.812,01+
3.1.30.02.08.02 - Telefone Móvel	5.000,00+	1.471,86+	1.471,86+	3.528,14+
3.1.30.02.08.03 - Internet, Telefone fixo e móvel	20.000,00+	15.771,83+	15.771,83+	4.228,17+
3.1.30.02.08.04 - Correios	65.000,00+	60.842,72+	60.842,72+	4.157,28+
3.1.30.02.09 - Despesa com Condomínio	77.000,00+	71.942,41+	71.942,41+	5.057,59+
3.1.30.02.09.01 - Taxa Ordinária e Fundo de Reserva	77.000,00+	71.942,41+	71.942,41+	5.057,59+
3.1.30.02.10 - Seguros em Geral	3.000,00+	1.277,17+	1.277,17+	1.722,83+
3.1.30.02.11 - Taxa Limpeza Urbana - TLP	6.000,00+	3.166,43+	3.166,43+	2.833,57+
3.1.30.02.12 - Despesas Bancárias	16.000,00+	11.290,67+	11.290,67+	4.709,33+
3.1.30.02.12.01 - Serviço de cobrança bancaria	6.000,00+	5.033,88+	5.033,88+	966,12+
3.1.30.02.12.02 - Tarifa DOC/TED Eletrônico	10.000,00+	6.256,79+	6.256,79+	3.743,21+
3.1.30.02.13 - Despesas com Cursos de Perícia nos Corecon,s	140.000,00+	135.806,62+	135.806,62+	4.193,38+

Comparativo da Despesa Autorizada com Realizada

Despesa	Orçada	Exec. Per.	Exercício	Diferença
3.1.30.02.14 - OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO	517.000,00+	485.225,61+	485.225,61+	31.774,39+
3.1.30.02.14.01 - Licença e programas de informática	17.000,00+	16.177,26+	16.177,26+	822,74+
3.1.30.02.14.02 - Manutenção de programas de informática	500.000,00+	469.048,35+	469.048,35+	30.951,65+
3.1.30.02.16 - Material de Distribuição Gratuita	10.000,00+	0,00	0,00	10.000,00+
3.1.30.02.18 - Despesas Com Sessão Plenárias e Eventos	45.000,00+	41.573,78+	41.573,78+	3.426,22+
3.1.30.02.19 - Reembolso e despesa com plano e seguro saúde	265.000,00+	262.742,13+	262.742,13+	2.257,87+
3.1.30.02.23 - Serviço de Assistência Odontologica - Prima Vida	10.000,00+	5.653,53+	5.653,53+	4.346,47+
3.1.30.02.24 - Auditoria Eletrônica	10.000,00+	3.950,00+	3.950,00+	6.050,00+
3.1.30.02.25 - Eleições Voto Eletrônico	72.000,00+	70.692,24+	70.692,24+	1.307,76+
3.1.30.02.99 - Consultoria, cursos e assemelhados	10.000,00+	0,00	0,00	10.000,00+
3.1.30.03 - PREMIAÇÕES	57.000,00+	53.700,00+	53.700,00+	3.300,00+
3.1.30.03.01 - Prêmio Brasil de Economia	27.000,00+	26.000,00+	26.000,00+	1.000,00+
3.1.30.03.02 - Gincana	30.000,00+	27.700,00+	27.700,00+	2.300,00+
3.1.90.00 - Outras Despesas de Custeio	371.693,50+	318.693,49+	318.693,49+	53.000,01+
3.1.90.02 - Despesas de Exercícios Anteriores	371.693,50+	318.693,49+	318.693,49+	53.000,01+
3.1.90.02.01 - Setença Judiciais	368.693,50+	318.693,49+	318.693,49+	50.000,01+
3.1.90.02.02 - ATMMULTA E JUROS	3.000,00+	0,00	0,00	3.000,00+
3.2.00.00 - TRANSFERENCIAS CORRENTES	232.000,00+	190.247,12+	190.247,12+	41.752,88+
3.2.10.00 - TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	205.000,00+	172.588,92+	172.588,92+	32.411,08+
3.2.10.01 - Transferências Operacionais	205.000,00+	172.588,92+	172.588,92+	32.411,08+
3.2.10.01.01 - Transferências para Prêmio de Monografia	25.000,00+	18.000,00+	18.000,00+	7.000,00+
3.2.10.01.02 - Transferências para (SINCE e CONGRESSO)	130.000,00+	130.000,00+	130.000,00+	0,00
3.2.10.01.03 - Transferências Encontros Regionais (ENE,s)	20.000,00+	6.000,00+	6.000,00+	14.000,00+
3.2.10.01.07 - Transferências Modernização Tecnológica	5.000,00+	0,00	0,00	5.000,00+
3.2.10.01.08 - Transferências p/Reforma nos Corecon,s	10.000,00+	6.588,92+	6.588,92+	3.411,08+
3.2.10.01.10 - Transferências para Outros Eventos	15.000,00+	12.000,00+	12.000,00+	3.000,00+
3.2.80.00 - CONTRIBUIÇÃO PASEP	27.000,00+	17.658,20+	17.658,20+	9.341,80+
3.2.80.01 - PASEP	27.000,00+	17.658,20+	17.658,20+	9.341,80+
4.0.00.00 - DESPESAS DE CAPITAL	80.000,00+	1.909,47+	1.909,47+	78.090,53+
4.1.00.00 - INVESTIMENTOS	80.000,00+	1.909,47+	1.909,47+	78.090,53+
4.1.20.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	80.000,00+	1.909,47+	1.909,47+	78.090,53+
4.1.20.01 - Mobiliário e Utensílios de Escritórios	10.000,00+	0,00	0,00	10.000,00+
4.1.20.02 - Máquinas, Motores e Aparelhos	30.000,00+	1.909,47+	1.909,47+	28.090,53+
4.1.20.03 - Equipamentos de Informática	40.000,00+	0,00	0,00	40.000,00+
Total:	6.678.505,46+	5.604.980,14+	5.604.980,14+	1.073.525,32+

BRASILIA, 31 de dezembro de 2018.

Econ. Wellington Leonardo da Silva
Presidente
CPF: 547.516.167-49

José Luiz Pereira Barboza
Tec. Contabilidade
CPF: 994.217.807-44



7.8. Comparativo da Despesa Orçada com Arrecadada 2017

Conselho Federal de Economia - COFECON
CNPJ: 33.758.053/0001-25 - Siscontw - v. 2.0.56.00



Página : 1

Período: 01/01/2017 a 31/12/2017

Comparativo da Despesa Autorizada com Realizada

Despesa	Orçada	Exec. Per.	Exercício	Diferença
3.0.00.00 - DESPESAS CORRENTES	6.320.000,00+	5.460.258,46+	5.460.258,46+	859.741,54+
3.1.00.00 - DESPESAS DE CUSTEIO	6.065.000,00+	5.228.319,44+	5.228.319,44+	836.680,56+
3.1.10.00 - DESPESAS DE PESSOAL	3.425.000,00+	2.936.839,86+	2.936.839,86+	488.160,14+
3.1.10.10 - VENCIMENTOS E VANTAGENS	2.135.000,00+	1.815.885,63+	1.815.885,63+	319.114,37+
3.1.10.10.01 - Salários	1.550.000,00+	1.324.817,09+	1.324.817,09+	225.182,91+
3.1.10.10.02 - 13º Salário	200.000,00+	139.351,47+	139.351,47+	60.648,53+
3.1.10.10.04 - Gratificações de Função	210.000,00+	198.903,87+	198.903,87+	11.096,13+
3.1.10.10.05 - Anuênio - ATS	110.000,00+	103.300,83+	103.300,83+	6.699,17+
3.1.10.10.06 - Abono Constitucional de Férias	65.000,00+	49.512,37+	49.512,37+	15.487,63+
3.1.10.20 - DESPESAS VARIÁVEIS	710.000,00+	562.197,03+	562.197,03+	147.802,97+
3.1.10.20.01 - Abono Pecuniário de Férias	40.000,00+	27.999,40+	27.999,40+	12.000,60+
3.1.10.20.02 - Diárias de Funcionários	30.000,00+	13.325,00+	13.325,00+	16.675,00+
3.1.10.20.03 - Diárias de Conselheiros Efetivos e Suplentes	249.000,00+	198.210,00+	198.210,00+	50.790,00+
3.1.10.20.04 - Diárias de Presidentes e Convidados	65.000,00+	47.925,00+	47.925,00+	17.075,00+
3.1.10.20.05 - Gratificação p/ Serv. Extraordinário (Hora Extra)	10.000,00+	9.498,04+	9.498,04+	501,96+
3.1.10.20.06 - Vale Transporte	60.000,00+	47.134,50+	47.134,50+	12.865,50+
3.1.10.20.07 - Vale Refeição	240.000,00+	211.010,69+	211.010,69+	28.989,31+
3.1.10.20.08 - Auxílio Creche	5.000,00+	2.555,54+	2.555,54+	2.444,46+
3.1.10.20.09 - Auxílio Educação	9.000,00+	4.400,27+	4.400,27+	4.599,73+
3.1.10.20.09.01 - Graduação	6.000,00+	4.400,27+	4.400,27+	1.599,73+
3.1.10.20.09.02 - Pós-Graduação	3.000,00+	0,00	0,00	3.000,00+
3.1.10.20.99 - Outras Despesas Variáveis	2.000,00+	138,59+	138,59+	1.861,41+
3.1.10.30 - OBRIGACOES PATRONAIS	580.000,00+	558.757,20+	558.757,20+	21.242,80+
3.1.10.30.01 - I.N.S.S	405.000,00+	400.096,88+	400.096,88+	4.903,12+
3.1.10.30.02 - F G T S	175.000,00+	158.660,32+	158.660,32+	16.339,68+
3.1.20.00 - MATERIAL DE CONSUMO	56.000,00+	27.927,50+	27.927,50+	28.072,50+
3.1.20.01 - Artigos de Expediente, Copa e Cozinha	31.000,00+	12.181,23+	12.181,23+	18.818,77+
3.1.20.02 - Artigos de Higiene e Conservação	4.000,00+	1.944,60+	1.944,60+	2.055,40+
3.1.20.03 - Material Acessório p/ Máq. Apar. e Móveis	3.000,00+	0,00	0,00	3.000,00+
3.1.20.07 - Material para homengens doação e bindes.	12.000,00+	10.047,56+	10.047,56+	1.952,44+
3.1.20.99 - Outros Materiais de Consumo	6.000,00+	3.754,11+	3.754,11+	2.245,89+
3.1.30.00 - SERVIÇO DE TERCEIROS EM GERAL	2.553.000,00+	2.258.292,00+	2.258.292,00+	294.708,00+
3.1.30.01 - SERVIÇOS PESSOAIS	72.000,00+	61.839,44+	61.839,44+	10.160,56+
3.1.30.01.01 - Bolsa/Estágio	72.000,00+	61.839,44+	61.839,44+	10.160,56+
3.1.30.02 - SERVIÇOS DE TERCEIROS	2.421.000,00+	2.143.252,56+	2.143.252,56+	277.747,44+
3.1.30.02.01 - Transporte de Encomendas e Cargas	2.000,00+	645,00+	645,00+	1.355,00+
3.1.30.02.02 - Transporte de Pessoal e Suas Bagagens	240.000,00+	236.838,43+	236.838,43+	3.161,57+
3.1.30.02.02.01 - Passagens Aéreas	231.000,00+	229.464,18+	229.464,18+	1.535,82+
3.1.30.02.02.02 - Transporte Terrestre (Táxi, ônibus)	9.000,00+	7.374,25+	7.374,25+	1.625,75+
3.1.30.02.03 - Assinaturas de Periódicos e Técnicos	5.000,00+	3.480,00+	3.480,00+	1.520,00+
3.1.30.02.04 - Fornecimento de Energia Elétrica e Gás	40.000,00+	38.221,84+	38.221,84+	1.778,16+
3.1.30.02.05 - Conservação de Bens Móveis e Imóveis	70.000,00+	61.031,21+	61.031,21+	8.968,79+
3.1.30.02.06 - DIVULGAÇÃO/PUBLICIDADE	648.000,00+	572.026,12+	572.026,12+	75.973,88+
3.1.30.02.06.01 - Impressão de Carteira Profissional e Outros	188.000,00+	179.755,40+	179.755,40+	8.244,60+
3.1.30.02.06.02 - Publicação (Imprensa Nacional)	100.000,00+	61.954,28+	61.954,28+	38.045,72+
3.1.30.02.06.03 - Serviços Gráficos	100.000,00+	77.588,97+	77.588,97+	22.411,03+
3.1.30.02.06.04 - Publicidade e Marketing	260.000,00+	252.727,47+	252.727,47+	7.272,53+
3.1.30.02.08 - Serviço de Comunicação em Geral	330.000,00+	298.503,86+	298.503,86+	31.496,14+
3.1.30.02.08.01 - Telefone Fixo	5.000,00+	1.355,96+	1.355,96+	3.643,04+
3.1.30.02.08.02 - Telefone Móvel	20.000,00+	18.404,53+	18.404,53+	1.595,47+
3.1.30.02.08.03 - Internet, Telefone fixo e móvel	70.000,00+	61.643,47+	61.643,47+	8.356,53+
3.1.30.02.08.04 - Correios	235.000,00+	217.098,90+	217.098,90+	17.901,10+
3.1.30.02.09 - Despesa com Condomínio	90.000,00+	86.642,91+	86.642,91+	3.357,09+
3.1.30.02.09.01 - Taxa Ordinária e Fundo de Reserva	90.000,00+	86.642,91+	86.642,91+	3.357,09+
3.1.30.02.10 - Seguros em Geral	2.000,00+	1.682,69+	1.682,69+	317,31+
3.1.30.02.11 - Taxa Limpeza Urbana - TLP	5.000,00+	3.703,50+	3.703,50+	1.296,50+
3.1.30.02.12 - Despesas Bancárias	54.000,00+	14.045,12+	14.045,12+	39.954,88+
3.1.30.02.12.01 - Serviço de cobrança bancária	4.000,00+	35,69+	35,69+	3.964,31+
3.1.30.02.12.02 - Tarifa DOC/TEDELETRÔNICO	50.000,00+	14.009,43+	14.009,43+	35.990,57+
3.1.30.02.14 - OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO	500.000,00+	471.173,26+	471.173,26+	28.826,74+
3.1.30.02.14.01 - Licença e programas de informática	10.000,00+	4.800,00+	4.800,00+	5.200,00+
3.1.30.02.14.02 - Manutenção de programas de informática	490.000,00+	466.373,26+	466.373,26+	23.626,74+

Comparativo da Despesa Autorizada com Realizada

Despesa	Orçada	Exec. Per.	Exercício	Diferença
3.1.30.02.14 - OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO	517.000,00+	485.225,61+	485.225,61+	31.774,39+
3.1.30.02.14.01 - Licença e programas de informática	17.000,00+	16.177,26+	16.177,26+	822,74+
3.1.30.02.14.02 - Manutenção de programas de informática	500.000,00+	469.048,35+	469.048,35+	30.951,65+
3.1.30.02.16 - Material de Distribuição Gratuita	10.000,00+	0,00	0,00	10.000,00+
3.1.30.02.18 - Despesas Com Sessão Plenárias e Eventos	45.000,00+	41.573,78+	41.573,78+	3.426,22+
3.1.30.02.19 - Reembolso e despesa com plano e seguro saúde	265.000,00+	262.742,13+	262.742,13+	2.257,87+
3.1.30.02.23 - Serviço de Assistência Odontologica - Prima Vida	10.000,00+	5.653,53+	5.653,53+	4.346,47+
3.1.30.02.24 - Auditoria Eletronica	10.000,00+	3.950,00+	3.950,00+	6.050,00+
3.1.30.02.25 - Eleições Voto Eletronico	72.000,00+	70.692,24+	70.692,24+	1.307,76+
3.1.30.02.99 - Consultoria, cursos e assemelhados	10.000,00+	0,00	0,00	10.000,00+
3.1.30.03 - PREMIAÇÕES	57.000,00+	53.700,00+	53.700,00+	3.300,00+
3.1.30.03.01 - Prêmio Brasil de Economia	27.000,00+	26.000,00+	26.000,00+	1.000,00+
3.1.30.03.02 - Gincana	30.000,00+	27.700,00+	27.700,00+	2.300,00+
3.1.90.00 - Outras Despesas de Custeio	371.693,50+	318.693,49+	318.693,49+	53.000,01+
3.1.90.02 - Despesas de Exercícios Anteriores	371.693,50+	318.693,49+	318.693,49+	53.000,01+
3.1.90.02.01 - Setença Judiciais	368.693,50+	318.693,49+	318.693,49+	50.000,01+
3.1.90.02.02 - ATMMULTA E JUROS	3.000,00+	0,00	0,00	3.000,00+
3.2.00.00 - TRANSFERENCIAS CORRENTES	232.000,00+	190.247,12+	190.247,12+	41.752,88+
3.2.10.00 - TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	205.000,00+	172.588,92+	172.588,92+	32.411,08+
3.2.10.01 - Transferências Operacionais	205.000,00+	172.588,92+	172.588,92+	32.411,08+
3.2.10.01.01 - Transferências para Prêmio de Monografia	25.000,00+	18.000,00+	18.000,00+	7.000,00+
3.2.10.01.02 - Transferências para (SINCE e CONGRESSO)	130.000,00+	130.000,00+	130.000,00+	0,00
3.2.10.01.03 - Transferências Encontros Regionais (ENE,s)	20.000,00+	6.000,00+	6.000,00+	14.000,00+
3.2.10.01.07 - Transferências Modernização Tecnológica	5.000,00+	0,00	0,00	5.000,00+
3.2.10.01.08 - Transferências p/Reforma nos Corecon,s	10.000,00+	6.588,92+	6.588,92+	3.411,08+
3.2.10.01.10 - Transferências para Outros Eventos	15.000,00+	12.000,00+	12.000,00+	3.000,00+
3.2.80.00 - CONTRIBUIÇÃO PASEP	27.000,00+	17.658,20+	17.658,20+	9.341,80+
3.2.80.01 - PASEP	27.000,00+	17.658,20+	17.658,20+	9.341,80+
4.0.00.00 - DESPESAS DE CAPITAL	80.000,00+	1.909,47+	1.909,47+	78.090,53+
4.1.00.00 - INVESTIMENTOS	80.000,00+	1.909,47+	1.909,47+	78.090,53+
4.1.20.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	80.000,00+	1.909,47+	1.909,47+	78.090,53+
4.1.20.01 - Mobiliário e Utensílios de Escritórios	10.000,00+	0,00	0,00	10.000,00+
4.1.20.02 - Máquinas, Motores e Aparelhos	30.000,00+	1.909,47+	1.909,47+	28.090,53+
4.1.20.03 - Equipamentos de Informática	40.000,00+	0,00	0,00	40.000,00+
Total:	6.678.505,46+	5.604.980,14+	5.604.980,14+	1.073.525,32+

BRASILIA, 31 de dezembro de 2018.

Econ. Wellington Leonardo da Silva
Presidente
CPF: 547.516.167-49

José Luiz Pereira Barboza
Tec. Contabilidade
CPF: 994.217.807-44



7.9. Demonstrativo das Variações Patrimoniais

Conselho Federal de Economia - COFECON

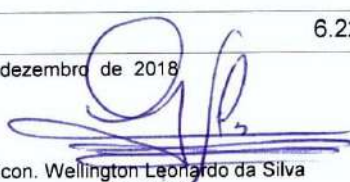
Página : 1


CNPJ: 33.758.053/0001-25 - Siscontw - v. 2.0.56.00 Período: Janeiro / 2018 a Dezembro / 2018

Demonstrativo das Variações Patrimoniais

Variações Ativas		Variações Passivas	
RESULTANTES EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	6.227.439,00	RESULTANTES EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	5.850.422,90
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	6.191.152,49	DESPESA ORÇAMENTÁRIA	5.604.980,14
RECEITAS CORRENTES	6.191.152,49	DESPESAS CORRENTES	5.603.070,67
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	0,00	DESPESAS DE CUSTEIO	5.412.823,55
RECEITA PATRIMONIAL	137.079,28	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	190.247,12
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	5.588.783,28	DESPESAS DE CAPITAL	1.909,47
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	465.289,93	INVESTIMENTOS	1.909,47
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00		
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00		
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00		
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00		
CRÉDITO ADICIONAL	0,00		
MUTAÇÕES PATRIMONIAIS	36.286,51	MUTAÇÕES PATRIMONIAIS	245.442,76
Aquisição de Bens Móveis	36.286,51	Cobrança da Dívida Ativa	0,00
Construção ou Aquisição de Bens Imóveis	0,00	Alienação de Bens Móveis	245.442,76
Aquisição de Bens Intangíveis	0,00	Alienação de Bens Imóveis	0,00
Aquisição de Títulos e Valores	0,00	Alienação de Títulos e Valores	0,00
Doação de Bens Móveis	0,00	Empréstimos Tomados	0,00
Empréstimos Concedidos	0,00	Recebimento de Créditos	0,00
Diversos	0,00	Diversos	0,00
INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	0,00	INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	0,00
Inscrição da Dívida Ativa	0,00	Cancelamento da Dívida Ativa	0,00
Inscrição de Outros Créditos	0,00	Baixa de Bens Móveis	0,00
Incorporação de Bens	0,00	Superviniências Diversas	0,00
De Outras Dívidas Passivas	0,00	Obra de Arte	0,00
Diversas	0,00	Baixa de Bens Imóveis	0,00
Reavaliação de Bens Móveis	0,00		
Reavaliação de Bens Imóveis	0,00		
Obra de Arte	0,00		
Total das Variações Ativas	6.227.439,00	Total das Variações Passivas	5.850.422,90
Resultado Patrimonial		Resultado Patrimonial	
- Déficit do Exercício	-	- Superavit do Exercício	377.016,10
Total:	6.227.439,00	Total:	6.227.439,00

BRASILIA, 31 de dezembro de 2018


Econ. Wellington Leonardo da Silva
Presidente
CPF: 547.516.167-49


José Luiz Pereira Barboza
Tec. Contabilidade
CPF: 994.217.807-44

SEÇÃO 8 – ANEXOS E APÊNDICES

8.1. Declaração de integridade, pelos responsáveis pela governança, do relato integrado.



10.1 Declaração de integridade, pelos responsáveis pela governança, do relato integrado, conforme estabelece a Estrutura Internacional para Relato Integrado

O Conselho Federal de Economia – Cofecon é autarquia instituída pela Lei nº 1.411, de 13 de agosto de 1951, e alterações promovidas pelo Decreto nº 31.794/52 e pelas Leis nº 6.021/74 e nº 6.537/78, comprometido com a busca das melhores práticas de ética e transparência, em consonância com as exigências legais tendo por principal missão contribuir para o desenvolvimento socioeconômico do país e assegurar o exercício legal e ético da profissão do economista. Visando ser referência como entidade profissional que contribui de forma decisiva para o desenvolvimento econômico com justiça social.

Nesse contexto, o Cofecon envidou esforços para assegurar a integridade do Relatório de Gestão de 2018 na forma de relatório integrado conforme anexo único da Portaria TCU nº 369, de 17 de dezembro de 2018, aplicando o pensamento coletivo na preparação e apresentação do relatório integrado.

Assim, foram realizadas reuniões entre técnicos para a elaboração de um Relatório de Gestão que ofereça uma ampla visão das estratégias adotadas pela autarquia para que os seus objetivos sejam alcançados. A construção coletiva do documento em tela permitiu o desenvolvimento de um texto conciso e objetivo, que priorizou a utilização de uma linguagem simples e clara, para facilitar a leitura e compreensão dos temas apresentados.

Deve-se ressaltar a participação decisiva da alta direção na condução dos trabalhos das equipes técnicas que atuaram no desenvolvimento deste relato acerca do exercício de 2018, o que garante a confiabilidade e completude das informações disponibilizadas instituição à sociedade brasileira.

Conclui-se, portanto, que a apresentação do presente Relatório de Gestão de 2018 encontra-se, na maior parte, de acordo com a estrutura de um relatório integrado.

Brasília, 30 de maio de 2019.



Econ. Wellington Leonardo da Silva
Presidente de Cofecon



Aline Tales Ferreira
Superintendente em exercício





COFECON

CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

www.cofecon.gov.br